

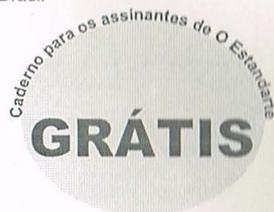
O Estandarte



2º Caderno do Centenário

Caderno de O Estandarte

Publicação especial em comemoração ao Centenário da IPI do Brasil
Janeiro/2003



ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Rev. Gerson Correia de Lacerda (*relator*)

Rev. Josué Xavier

Rev. Eduardo Galasso Faria

Presb. Nilson Zanela

Alberto Klein

Diretor e Editor:

Rev. Gerson Correia de Lacerda

Revisão:

Rev. Gerson Correia de Lacerda

Jornalista responsável:

Dr. Uassyr Ferreira

Reg. MT 6220 - SJPEPSP 65381

Matr. Sind. nº 12763

Redação:

Rua Amaral Gurgel, 452 - Sobreloja

CEP 01221-000 - São Paulo-SP

Fone/fax: (011)3258-1422 / 3258-7967

E-mail: estandarte@ipib.org

Expediente: 2ª a 6ª, das 9 às 18 hs.

Editora Pendão Real

Sheila de Amorim Souza

(*Arte e Editoração Eletrônica*)

João Júnior Marques

(*Atendimento e Cadastro*)

Exemplar avulso: R\$ 3,00

Depósito no Bradesco

Agência 095-7 C/C 151.212-9

Tiragem: 6.000 exemplares.

Impressão: Gráfica Potyguara(11) 6969-4077

Artigos assinados não representam necessariamente a opinião da IPI do Brasil, nem da própria direção do jornal. Matérias enviadas sem solicitação da Redação só serão publicadas a critério da diretoria. Os originais não são devolvidos.

Capa:



1º Congresso de Projetos Sociais da IPI do Brasil

O Estandarte no Centenário da Igreja

Para nos libertarmos da infância perpétua

Rev. Gerson Correia de Lacerda

Ao iniciarmos o ano de 2003, quando a IPI do Brasil está comemorando o centenário de sua organização, colocamos à disposição do público o 2º Caderno do Centenário.

Como tem acontecido com os outros Cadernos publicados a partir de 2001, este também é gratuito para todos os assinantes do órgão oficial de nossa igreja. Para as pessoas que não são assinantes, a Editora Pendão Real o vende ao preço de R\$ 3,00.

Atualmente, O Estandarte conta com 4.886 assinantes. É um número expressivo, mas que pode ser dobrado ou até triplicado se houver, de fato, no coração dos membros da IPI do Brasil muito amor pela igreja que formam.

Nosso desejo, ao entregarmos este 2º Caderno do Centenário, é que ele possa contribuir para o conhecimento do passado denominacional e para o fortalecimento do compromisso com o Corpo do Senhor Jesus representado pela IPI do Brasil.

O reformador Filipe Melancton ensinava que a memória nos liberta da infância perpétua. “Se não conhecemos nossa história, somos como crianças que são facilmente manipuladas...”.

A IPI do Brasil, no ano do centenário, não pode e não deve ser “como criança, agitada de um lado para outro e levada ao redor por todo vento de doutrina”. Ao contrário, temos, como igreja, de “crescer em tudo até alcançarmos a altura espiritual de Cristo” (Ef 4.14-15).

Oramos para que este Caderno seja um instrumento nas mãos de Deus para que tal objetivo seja alcançado.

Índice

Apresentação

1	A IPI do Brasil e o pentecostalismo na década de 70	5
2	A IPI do Brasil, o avivamento e o pentecostalismo	20
3	A IPI do Brasil e o movimento ecumênico	40
4	A IPI do Brasil e a ação social e política	66
5	A IPI do Brasil nos anos de chumbo	85

Erramos – No 1^o *Caderno do Centenário*, publicado em julho de 2002, à página 29, fizemos constar equivocadamente entre os pastores provisionados, os Revs. Adiel Tito de Figueiredo e Jonan Cruz que, ao contrário, foram pastores que concluíram regularmente o curso de bacharel em teologia no Seminário de São Paulo.

Apresentação

Rev. Eduardo Galasso Faria

Com este 2º *Caderno do Centenário* de O Estandarte damos prosseguimento às publicações que visam à comemoração do centenário da IPI do Brasil.

No 1º *Caderno do Centenário* focalizamos os acontecimentos na vida da igreja nas décadas de 40 e 50. Agora, estamos com os olhos voltados para o período subsequente, desde a década de 1960 até o fim do período militar, quando o Brasil voltou à democracia.

Com *A IPI do Brasil e o Pentecostalismo na Década de 70*, a Profa. Maria Delma de Carvalho estuda o caso da introdução do pentecostalismo na 1ª IPI de Assis, SP.

Também o Rev. Mathias Quintela de Souza se dedica à análise do avivamento e do pentecostalismo. Em *A IPI do Brasil, o Avivamento e o Pentecostalismo*, ele busca as raízes históricas e teológicas desse movimento, para então se dedicar ao ocorrido nas fileiras da IPI na década de 60, com a renovação espiritual.

O Rev. Antonio Gouvêa Mendonça faz um ampanhado sobre o movimento ecumênico em todo o mundo e também sobre o modo como esse movimento tem sido recebido na IPI do Brasil.

Já o Rev. Márcio Pereira de Souza, em *A IPI do Brasil e a Ação Social e Política*, faz um levantamento dos sinais e das realizações da igreja no que se refere à ação social e política nos seus cem anos.

Finalizando, o Rev. Leonildo Silveira Campos aborda os caminhos da igreja em um período difícil da recente história do Brasil, com implicações para o testemunho cristão em *A IPI do Brasil nos Anos de Chumbo (1964-85)*.

Estamos perseguindo o objetivo de fazer um levantamento histórico em torno dos acontecimentos na vida da IPI do Brasil. E isso se torna importante para que os mais novos que, naturalmente, se acham distanciados do passado, possam compreender os seus passos como uma

igreja que, aos poucos, vem assumindo posturas próprias que a distinguem dentro do mundo presbiteriano e evangélico em nosso país. Tais características têm a ver com a sua história que requer análise, principalmente se estamos preocupados com o futuro que nos espera no início de um segundo século de existência.

Fazer ligações, por mais tênues que sejam, com a nossa história e seus personagens é uma outra forma de nos envolvermos com aquilo que recebemos e que tem sua parte naquilo que somos hoje. Também é uma forma de vivenciarmos o amor pela igreja da qual somos parte e para a qual atualmente damos a nossa contribuição.

Por outro lado e subjacente a este trabalho, está a expectativa de se poder fazer uma análise dos dados, tendo coragem de criticá-los, sem conotação negativa, mas dentro do que mais positivo temos em uma herança que busca cumprir o lema de uma igreja que se considera reformada e que anseia por estar sempre se reformando, para ser fiel ao seu Senhor. Nem é preciso dizer que esse lugar comum é um enorme desafio.

Para que a revista alcançasse os leitores na forma em que está, inúmeros esforços e grande dedicação foram necessários. Em primeiro lugar, estão os autores dos diversos escritos de quem se exigiu muita pesquisa e trabalho. Em seguida, temos o esforço editorial do Rev. Gerson Correia de Lacerda, preocupado principalmente com a forma e o tamanho do texto para que o seu conteúdo não fosse prejudicado e para que o resultado final – a efetiva leitura por parte da igreja – seja alcançado. Com o seu trabalho, temos o da Sheila de Amorim Souza, responsável pela arte e editoração eletrônica, além de outras colaborações, como a do Rev. Éber Ferreira Silveira Lima, na seleção das fotos estampadas na revista.

A todos registramos o nosso agradecimento, mas somos especialmente gratos ao nosso Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, de quem recebemos o dom da vida seja nossa, seja da igreja a que servimos, seja do nosso mundo tão conturbado, mas, como tudo ao nosso redor, objeto do verdadeiro amor de Deus em nosso Senhor Jesus Cristo. A Ele glória para sempre e sempre!



A IPI do Brasil e o Pentecostalismo na década de 70

Profª. Maria Delma Carvalho

O avanço do pentecostalismo no Brasil, intensificado a partir dos anos 60, repercutiu com toda força em igrejas presbiterianas independentes no interior de São Paulo, como Assis, Bauru e outras cidades do norte do Paraná, provocando uma divisão do corpo eclesial, mas principalmente na composição dos membros, trazendo consequências imprevisíveis.

O propósito desse artigo é apresentar como o pentecostalismo se inseriu no interior da 1ª IPI de Assis, SP, entre os anos 60-70. Os dados apresentados são originários de uma pesquisa, base de um trabalho acadêmico, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, no programa de pós-graduação, em 1985.

O Presbiterianismo no interior do processo político brasileiro

A história do presbiterianismo brasileiro pode ser situada no contexto histórico maior em que liberdade religiosa tornava-se premente. A criação de um estado laico com a proclamação da República em 1889, confirmada na Constituição de 1891, e a separação entre Igreja e Estado serviram como ponto de apoio ao crescimento do protestantismo no Brasil.

O tempo que separa a Constituição Republicana e a criação da IPI do Brasil (1903) foi de apenas quatorze anos. Em 1913, dez anos depois, instalou-se a IPI de Assis.

A organização da IPI do Brasil e a sua expansão pelo interior

As diferentes facções do protestantismo encontraram uma forte resistência para instalar-se no Brasil. As várias denominações definiram o seu crescimento, dependendo de como eram tolerantes às práticas católicas ou de como se inseriram no contexto político e social brasileiro. Além do proselitismo religioso, as outras saídas encontradas para uma atuação efetiva foram: a educação, o jornalismo e a beneficência. Houve também um investimento no trabalho missionário nas cidades do interior do Brasil.

A expansão territorial e populacional foi marcada pelo apego e zelo nas leituras e práticas bíblicas e de uma literatura traduzida dos Estados Unidos e Inglaterra. Os conteúdos dessas eram marcados pelos usos e costumes daqueles países e eram seguidos, basicamente, pelos chamados “protestantes históricos” (presbiterianos, batistas, luteranos).

As denominações protestantes de apelo popular e de maior aproximação das camadas menos favorecidas da população centraram suas linhas de ação nos chamados movimentos pentecostais. Esses, de certa forma, eram combatidos pela liderança do presbiterianismo tradicional, levantando inclusive o fato de que o pentecostalismo era formado de “eleitores inconscientes que obedeciam à orientação política dos seus líderes”.

Os pressupostos que embasaram a ação de uma liderança emergente do presbiterianismo brasileiro e a criação da IPI do Brasil, em 31 de julho de 1903, estavam fundamentados em textos bíblicos, que, segundo a liderança, buscavam uma aproximação maior da “pureza” e da “essência” do Evangelho. Com isso elaboraram um rol de questionamentos básicos: o primeiro sobre a ajuda estrangeira e conseqüente ingerência na ação da igreja no país, e o segundo a respeito da ação da maçonaria em seu meio. Considerada, às vezes, como instituição política, outras, como benemérita e até como seita religiosa, a maçonaria foi considerada incompatível com a fé cristã pelos organizadores da IPI do Brasil.

A luta pela independência política e econômica de países estrangeiros, a proibição do presbiteriano pertencer à Maçonaria e a liberdade educacional pontuaram as reuniões e assembléias que culminaram, no

31 de julho de 1903, com a fundação da IPI do Brasil.

A liderança que se afirmava, com tantos desafios e a responder desde o corpo doutrinário até o atendimento de necessidades materiais e espirituais dos adeptos, foi se condicionando a um isolamento dos problemas globais da sociedade brasileira.

A fundação do jornal *O Estandarte* constituiu o meio de circular notícias, orientações da direção, e tudo o que se passava nas unidades que iam sendo criadas pelo interior de São Paulo e do Brasil. Com isso, não havia espaço, praticamente, para a análise da realidade brasileira, definindo para si uma postura conciliatória, evitando críticas profundas aos atos políticos gerados pelas inconstâncias das nossas instituições. A exemplo disso, para os problemas ou males da sociedade apresentavam a solução “das boas novas do evangelho e do seu poder de mudar as vidas” (individualmente).

Com base nos princípios da chamada “Plataforma” de Eduardo Carlos Pereira, a IPI do Brasil defendeu : 1) Independência absoluta ou soberania espiritual da Igreja Presbiteriana no Brasil; 2) Desligamento dos missionários dos presbitérios nacionais; 3) Declaração oficial da incompatibilidade da maçonaria com o evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo; 4) Conversão das missões nacionais em missões presbiteriais ou autonomia dos presbitérios na evangelização dos seus territórios; 5) Educação sistematizada dos filhos da igreja, pela igreja e para a igreja”.

A IPI de Assis - a “ Antioquia da Sorocabana ” - e seu significado

Um dos propósitos do grupo que formou a IPI do Brasil era o de desenvolver o trabalho missionário.

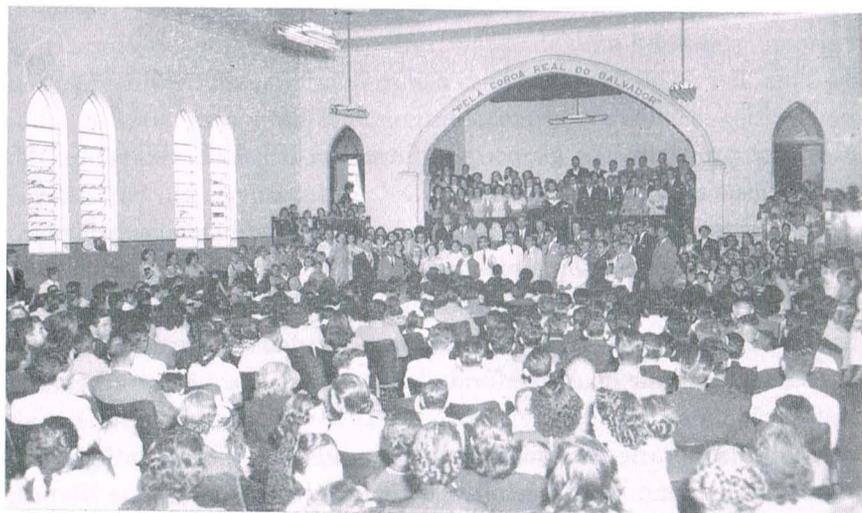
Os registros das incursões pelo interior eram divulgados pelo jornal, por depoimentos de pastores-missionários. Mesmo havendo outras tentativas de ocupação e início da exploração das terras do Vale do Paranapanema, essas terras permaneciam brutas e inexploradas. No entanto, foi a cidade de Assis, fundada em 1º/7/1905, a escolhida para a instalação da sede da primeira IPI, em 1913. Essa unidade religiosa, cujo trabalho evangelizador e educacional marcou a história do presbiterianismo no Brasil, também foi palco do movimento de “Renovação Espiritual”.

As experiências de Paulo sempre foram inspiradoras de muitos trabalhos evangélicos. A recém-instalada Igreja de Assis, à semelhança de Antioquia da Síria, passou a receber pregadores de São Paulo e de outras cidades maiores, enquanto não possuía condições de ter seu próprio pastor.

O processo de instalação e posterior crescimento da comunidade presbiteriana independente de Assis esteve cercada de alusões às dificuldades.

Chamada de “Antioquia da Sorocabana”, a IPI de Assis, singular e extremamente ponderada nas suas posições frente à política local e estadual, cresceu ao longo das décadas de 30, 40 e 50 em ritmo seguro, marcado pela presença de um pastor, líder espiritual de muitas almas e respeitado cidadão assisense, o Rev. Azor Etz Rodrigues. Essa liderança, exercida desde fevereiro de 1930, ocupou vários cargos de responsabilidade dentro da Igreja Nacional. O Rev. Azor manteve, com sua fidelidade às doutrinas e objetivos do presbiterianismo independente, a unidade da igreja local e a manutenção dos bens que foram adquiridos ao longo de várias décadas.

A chamada “Antioquia da Sorocabana” foi a mãe de outras igrejas independentes nas cidades de Cândido Mota, Aldeia, Anhuminhas, Paraguaçu Paulista, Marabá Paulista, Rancharia, Ibirarema, Ourinhos, Londrina, Maringá, Jaguapitã, Mandaguari, Paranavaí, essas cinco



Escola Dominical da 1ª IPI de Assis, em 29/6/1958, com mais de 700 alunos

últimas no Estado do Paraná.

O estudo da introdução das idéias e práticas pentecostais no interior da 1ª IPI de Assis, a partir da segunda metade dos anos 60, verificou-se pela leitura dos documentos. Foi constatado que a mesma já possuía registros de envolvimento de seus membros com as doutrinas e trabalhos pentecostais desde 1935, estendendo-se até os anos 40.

A postura rígida e inflexível adotada pela direção nacional e local contrária a toda e qualquer participação dos membros da IPI nos trabalhos pentecostais tiveram conseqüências de grande ordem: o afastamento de muitos membros e o desconhecimento de como eram as práticas pentecostais, com a conseqüente criação de um ambiente de antagonismo.

Estudos feitos da realidade brasileira, detectados em pesquisas feitas em comunidades pentecostais na cidade de São Paulo, por exemplo, apontaram a existência de um espaço religioso participativo para as pessoas das camadas menos favorecidas da sociedade, principalmente migrantes nordestinos, que encontraram nelas uma forma de ascensão social.

Da mesma forma; embora por mecanismos um pouco diferenciados, foi também o caso da presença e atuação de membros ou simpatizantes dos cultos pentecostais no interior, que ofereciam oportunidades a todos, indistintamente, independente do seu grau de escolaridade ou saber cultural.

O número de igrejas aumentava na proporção que o trabalho avançava e encontrava um público aberto a um evangelismo mais pragmático e rigoroso no que tangia não só à interpretação literal dos textos bíblicos, como dos usos e costumes, que deveriam fazer o diferencial entre as demais denominações protestantes e o catolicismo.

A 1ª IPI de Assis, pela atuação da sua liderança, despontou como baluarte e defensora dos dogmas originais, não só no cotidiano da igreja, como em eventos promovidos pela denominação, no plano regional e



*Templo antigo da 1ª IPI de Assis,
a "Antioquia da Sorocabana"*

nacional, incluindo o espaço do jornal O Estandarte. Todos esses esforços deixavam claro a defesa do “status quo” denominacional.

O Presbitério de Assis

A criação do Presbitério de Assis foi decorrente da expansão do trabalho evangélico, definida pelo crescimento numérico dos membros da 1ª IPI de Assis e orientada não só para a construção de um novo templo, mas também para a instalação de novas igrejas na cidade de Assis em bairros mais afastados da sede.

Nos anos 60 havia uma intensa procura de espaços onde a religiosidade pudesse ser colocada para fora com toda liberdade, uma contradição com relação aos anos de censura e perseguição política que marcaram a ditadura militar no Brasil.

O ideário doutrinário do movimento de Renovação Espiritual

O conteúdo dogmático a ser apropriado para dar suporte ao novo trabalho, chamado de avivamento espiritual ou renovação espiritual, era baseado na crença do batismo do Espírito Santo e a difusão dos dons carismáticos, decorrentes do batismo.



*Rev. José Ferreira Filho,
candidato da ala da
renovação à presidência do
Supremo Concílio, em
Brasília, 1972*

Com o movimento renovador surgiram duas configurações distintas no interior da comunidade: a primeira, embora de reação moderada e atenta, aceitava as inovações quanto às mudanças nos hábitos e costumes pessoais e novas práticas nos cultos, sempre muito movimentados; e a segunda, de reação contrária, mas não explícita, sempre aguardando orientações das autoridades centrais, numa espécie de contraponto, mas que também desejava o crescimento da instituição.

Os fundamentos estavam contidos nos livros de Atos dos Apóstolos, Romanos, Coríntios e Efésios, os mais lidos e comen-

tados daquele momento, e que fundamentaram também a lista de mudanças nos usos e costumes, que passavam pelas roupas, proibindo-se o uso de calças compridas para as mulheres, cabelos longos para os homens, assim como pelo combate ao consumo de bebidas alcoólicas e ao fumo.

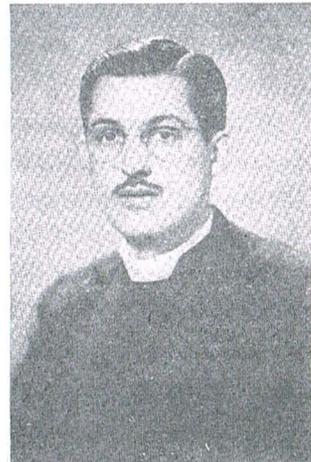
Os que aderiram inicialmente ao movimento já exteriorizavam as mudanças no vestuário e no comprimento dos cabelos. A cada dia o grupo se destacava dos demais.

Todas essas mudanças se refletiram na ordem, na programação e direção dos cultos, os dominicais principalmente. Os hinos tradicionais foram substituídos gradativamente pelos corinhos ou hinos do avivamento, de apelo e compreensão fáceis, e por um vocabulário com uso abundante de expressões como “mandar”, “batiza”, “fogo”, “poder”, entremeados de muitos “glória a Deus”, “aleluia”, “amém”, destacando-se também um espaço para os testemunhos de vida, oportunidade em que as pessoas relatavam alguma transformação profunda, a cura de doença ou a solução de algum problema.

As reuniões específicas de oração pelas pessoas doentes, com problemas ou “endemoniadas”, eram cuidadas especialmente por equipes ou dirigentes com dons espirituais especiais.

Enquanto nas igrejas essas reuniões aconteciam freqüentemente, o jornal *O Estandarte* publicava artigos de pastores e autoridades eclesiásticas sobre o perigo de embustes e de charlatanismo por parte de pessoas não muito conhecidas.

Para complementar essas práticas que, pouco a pouco, ganhavam mais espaço, adeptos e defensores, uma mudança foi introduzida nos programas dos cultos semanais: a substituição dos instrumentos musicais tradicionais (órgão, piano, violino) por instrumentos mais populares e, conseqüentemente, mais provocativos: guitarras elétricas, teclados, baterias. O templo, enquanto local de recolhimento e silêncio, foi transformado em espaço de participação, palmas e expressões de lou-



Rev. Abel Amaral Camargo, líder da renovação, em 1972

vor. Uma mudança radical.

Em pouco tempo as IPIs de Assis, Londrina, Maringá, Bauru revelavam-se pioneiras e na dianteira do movimento de renovação espiritual, com uma liderança que dava sinais de não admitir nenhuma forma de controle, censura ou impedimento.

O zelo pela doutrina independente, revelado pela direção geral da instituição, levou-a a usar mais ainda o jornal para procurar conter os excessos do avivamento.

O avanço do movimento, a separação e a organização da Igreja Presbiteriana Renovada

“Por Cristo prontos a sofrer/ Bem alto erguei o seu pendão,/ Firmes sempre até morrer!” ou *“Obra santa do Espírito...Esta causa é do Senhor!”*

Os três primeiros versos são do Hino Oficial da IPI do Brasil. Os dois últimos foram extraídos do hino *“Avivamento Espiritual”*, muito cantado durante o movimento de renovação espiritual do final dos anos 60 e década de 70.

Não havia uma contradição fundamental entre eles, apenas no uso de expressões linguísticas. As do primeiro, mais eruditas, e as do segundo, mais livres e de grande apelo emocional.

Além dos vários depoimentos e artigos escritos a respeito do avanço e do progresso do movimento de renovação espiritual, a propaganda das curas e solução dos problemas, todas elas atreladas à crença no batismo do Espírito Santo, compõe o conjunto de dados que fizeram o crescimento do trabalho.

No breve histórico do movimento publicado no jornal *“Aleluia”*, pelo Rev. Abel Amaral Camargo, em outubro de 1983, ele afirmou que: *“O trabalho tornou-se intenso, sem que houvesse tempo para descansar. E*



Rev. Palmiro de Andrade, um dos líderes da Igreja Presbiteriana Renovada, após deixar a IPI do Brasil em 1972

foi assim que no dia 23/1/1970, Deus deu à minha esposa a mesma visão de Isaías 33.30. Entendemos que Deus queria que armássemos uma tenda para trazer as almas aos seus pés, o que se tornou uma realidade a 6 de dezembro daquele ano. Ela foi armada à rua Santa Rosa, Jardim Paulista, e muitas almas foram ganhas para Jesus. Foi a primeira tenda no arraial presbiteriano independente”.

As visões pessoais pesaram profundamente no coletivo, considerando-se que os que vivenciaram essas experiências possuíam um grau muito alto de credibilidade junto à comunidade. Juntaram-se a elas alguns fatores que incidiram sobre a maioria dos jovens da igreja, alguns ansiosos por novas formas de participação e expressão. Para aqueles que aderiram à experiência foi dada toda atenção. Aos jovens que permaneceram fora dela foram aplicadas sanções e todo o tipo de advertência nos sermões dominicais.

Na Faculdade de Teologia, houve a ocorrência de crises, não só na compreensão doutrinária do movimento, como ideológica.

Uma das características cruciais do movimento de renovação espiritual era que o alcance da pregação era para o coletivo e a graça dos dons era uma conquista individual. Isso dava oportunidade à formação de grupos de elite, criando uma distância perigosa dos demais.

Na medida em que o tempo do trabalho renovado acrescentava novos membros, novas contribuições e novas igrejas à denominação, nos seus líderes crescia a certeza do cumprimento das metas e dos objetivos do evangelismo cristão.

O grande momento para o grupo mostrar a sua força, a relevância do trabalho, as intenções, a franqueza, o respeito à instituição maior foi o Supremo Concílio de 1972, quando seria eleita a direção da Igreja Nacional. Dois grupos disputavam a diretoria e sobre os ombros do escolhido repousaria a responsabilidade dos desdobramentos do movimento, naquele momento instalado em igrejas de todo o Brasil.

O grupo renovado fez-se representar



Rev. Azor Etz Rodrigues, 1929. Na década de 70, o Rev. Azor acabou por condenar a divisão produzida pela renovação

na reunião e, estrategicamente, calou-se e fez calar os que queriam expor o andamento do movimento e de como ele estava favorecendo o crescimento da igreja.

A vitória do grupo que continuaria defendendo as doutrinas presbiterianas independentes mais tradicionais foi o sinal para que se estabelecessem as regras, as formas de culto, de manifestação e de condução a serem seguidas pelos pastores em cada um dos seus campos de trabalho.

Os documentos emitidos pelo Supremo Concílio de 1972 rejeitavam pentecostais como membros das igrejas; faziam defesa intransigente do doutrinário presbiteriano independente; advertiam pastores e oficiais adeptos do movimento; e, segundo o Código Disciplinar, os pastores não deveriam permitir que os púlpitos fossem ocupados por pregadores que podiam deixar ou criar dúvidas na consciência dos seus seguidores e deveriam examinar rigorosamente os que pedissem transferência para a IPI do Brasil vindos de igrejas pentecostais.

Com essas medidas, toda e qualquer mostra de tolerância, aceitação, boa vontade caíram por terra, tornando mais aguda ainda a crise e dificultando a acomodação ou mesmo o ajustamento dos grupos formados no interior da igreja local.

Para dar legitimidade e agilidade ao processo de cumprimento das normas, foi resolvido o seguinte: *“a) que a Mesa Administrativa elaborasse um roteiro de seu trabalho e comunicasse em ofício aos sínodos, presbitérios e conselhos de todas as Igrejas Presbiterianas Independentes do Brasil as providências que estavam tomando; b) que a Junta de Missões ficasse encarregada de elaborar um documento de orientação sobre o genuíno trabalho de evangelização e avivamento espiritual para as nossas igrejas; c) que a Comissão de Educação Cristã colaborasse com a Comissão de Atividades Leigas e promovesse cursos intensivos sobre a matéria em nossas Igrejas e em nossos Seminários, antes, de acordo com as suas direções; d) que em tudo se procedesse com a maior cautela e maior amor e que sempre considerasse cada caso separadamente e nunca em grupo”*.

As orientações do Supremo Concílio demarcaram o território e acabaram por separar o grupo pentecostal ou renovado da IPI do Brasil.

O Supremo Concílio de 1972 aprofundou posições, inclusive no campo do ecumenismo, e estabeleceu uma nova maneira de pensar a ação da

igreja em tempos politicamente difíceis, no Brasil e na América Latina.

Era o oposto do que sucedia na Igreja Católica, que despertou para a ajuda a refugiados e presos políticos, através de uma das suas alas, defendendo propósitos mais populares e de esquerda, quebrando a ligação que possuía com os poderes políticos constituídos.

Muitas das posições firmadas no Supremo Concílio atingiram diretamente a liberdade de pensamento e de interpretação da Bíblia.

Os desdobramentos das decisões do Supremo Concílio começaram a ser sentidos a partir dos meses seguintes. Em Assis, o pastor da 1ª IPI convocou o Conselho. Foi elaborado um manifesto, com os seguintes pontos:

1- “Nunca pairou em nossos corações... o desejo de dividir a igreja ou uma denominação”;

2- “O avivamento de Assis...foi sem intenção pentecostal”;

3- Estavam de “consciência limpa...defendiam a unidade da igreja”.

A maior preocupação foi a de deixar bem claro ao Supremo Concílio que uma divisão era impensável. O manifesto procurou comprovar os benefícios que o movimento de renovação espiritual trouxe à igreja local, não só no crescimento numérico de seus membros, como nas contribuições e expansão territorial, tudo entendido como sinais de bênçãos. As manifestações dos dons espirituais não se constituíam em problema para o Conselho, pois eles eram uma realidade. Nos momentos oportunos eram dadas as orientações de que igreja necessitava.

Segundo depoimentos tomados e os registros de atas do Conselho da Igreja, a direção nacional nunca ficou sem informações a respeito do que se passava nas unidades de sua jurisdição, apesar de serem muito claros os ajustamentos às realidades locais e à liberdade que gozavam essas mesmas unidades.

No dia 23/5/1972, foi realizada a reunião extraordinária do Presbitério de Assis e apresentado o manifesto de repúdio às medidas do Supremo Concílio. A posição dos pastores já estava definida, inclusive quanto às acusações de desobediência à autoridade maior, firmada em um documento definitivo, elaborado no mês de abril de 1972, na cidade de Araçongas, PR.

O presidente do Presbitério, Rev. Abel Amaral Camargo, apresentou os motivos da convocação da reunião extraordinária dizendo que os conciliares deveriam se posicionar quanto à crise instalada nos seus res-

pectivos arraiais. A reunião durou 28 horas. Nela foram tomadas medidas que contrariavam frontalmente o Supremo Concílio, como por exemplo: ao invés de punição para os pastores simpatizantes do pentecostalismo, foram colocados em disponibilidade ativa, o que era uma retirada temporária das funções eclesiásticas.

A 3ª e 4ª Igrejas de Assis e a de Pirapozinho consideraram-se quase 100% favoráveis ao movimento e julgaram-se livres da jurisdição da Igreja Nacional, permanecendo nos respectivos templos, incorporando-os ao patrimônio da comunidade dissidente, fato que provocou revolta naqueles que não aderiram ao movimento e à separação.

Os pastores líderes do movimento, Abel Amaral Camargo, Nilton Tuller, Laércio Dias e Adolfo Neves, bem como os estudantes Natanael Palazin, Alvino de Paula e Francisco José da Silva expuseram em cartas demissórias suas posições pessoais quanto ao movimento de renovação espiritual e às decisões do Supremo Concílio. Mais tarde, foram eles os formadores do primeiro corpo eclesiástico da futura denominação, juntando-se a eles a maioria dos oficiais leigos: presbíteros, diáconos e de outras ocupações nas igrejas.

De espanto e perplexidade foi a reação de uma parte da comunidade, mesmo porque, nesse primeiro momento, somente uma minoria apreendeu o alcance imediato e os desdobramentos de longo prazo do movimento.

Passados os momentos iniciais da cisão, apresentou-se a necessidade de retomada dos trabalhos e de elaboração de um quadro geral de membros das igrejas, bem como de medidas burocráticas, inclusive com a eliminação de membros do rol e a adoção de condutas muito delicadas, a partir da constatação que houve separação dentro das famílias, entre pais e filhos, marido e mulher.

Nesses momentos iniciais da crise, a palavra de ordem era união, a qual tomou conta dos artigos, editoriais e pastorais publicados pelo jornal *O Estandarte*.

A IPI de Assis, como um todo, pareceu desestruturar-se diante do que acontecera.

Entre as medidas iniciais, estava a do reaproveitamento e remanejamento do pessoal que já há algum tempo estava afastado da liderança, devido às divergências com o grupo dissidente. O grande desafio não era só o de reconstruir o quadro administrativo e eclesiástico,

mas também o de desenvolver programas para a conquista de novos adeptos, somado ao imenso trabalho de reorganizar a vida financeira das igrejas locais, que mantiveram seus patrimônios originais, mas que chegaram a perder 50 a 60% dos seus membros efetivos e contribuintes.

Num esforço conjunto, todas as divergências foram deixadas de lado em nome de um trabalho maior e desafiador. A reafirmação dos dogmas e crenças que sustentaram durante décadas o trabalho presbiteriano independente foi recolocada à comunidade dos membros, não só para serem lembradas, mas para dar segurança doutrinária aos que permaneceram fiéis à denominação.

Tudo levava a crer, num primeiro momento, que a diferença entre os dois grupos era praticamente nenhuma. Porém, segundo relatos, ao evangelizar, ao atender às necessidades e procurar dar respostas espirituais aos problemas materiais de uma comunidade que crescia dia-a-dia, o movimento de renovação espiritual atendia aos princípios negligenciados pela igreja tradicional, como o “*batismo do Espírito Santo*”, a “*posse*” dos “*dons carismáticos ou espirituais*”, que passaram a ser pedra fundamental da ‘*Constituição da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil*’, nos artigos de número 3, 20 e 27, baseados nos textos de Lucas 11.9, Efésios 5.18, 1º Coríntios 14.1.

Foi adotada uma pregação voltada para um público mais sensível a apelos emocionais, com linguagem direta, de vocabulário mais popular.



26ª Reunião do Presbitério da Sorocabana - Londrina, 1959.
Em primeiro plano, Rev. José Coelho Ferraz (o 1º da esq. p/dir.), Rev. Azor
Etz Rodrigues (o 3º), Rev. Francisco Guedelha (o 5º)

Com isso, a comunidade renovada cresceu a olhos vistos a ponto de definir, com urgência, os critérios para a constituição de seu corpo eclesialístico, para o que bastava ser: “a) vocacionado por Deus; b) ser ordenado pelo Presbitério; c) apresentar-se com conduta moral íntegra e ter convicções bíblicas doutrinárias sobre o governo da Igreja e tendo experiência de 2 anos”.

Se houve medidas de emergência, elas foram necessárias para que o grupo não se dispersasse e passasse, imediatamente, à continuação de suas práticas.

A nova congregação chamou-se inicialmente Igreja Presbiteriana Independente Renovada do Brasil. No ano seguinte, em 1973, teve seus instrumentos institucionais reformulados porque agregou, a partir de reunião de dirigentes, a Igreja Cristã Presbiteriana, ramo cindido do presbiterianismo brasileiro em 1965.

Com o novo nome de Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil estabeleceu sua sede na cidade de Maringá, PR. Assim decidido, as duas instituições aglutinaram suas forças para melhor trabalhar em regiões menos povoadas e que não comportassem muita divisão na área de atuação.

Conclusão

Não há como estabelecer uma conclusão ou um encerramento conclusivo, a partir de um estudo de caso de um assunto da amplitude e complexidade como o que foi apresentado nessas páginas. Cabe alertar os leitores que os dados apresentados passaram por uma primeira interpretação numa dissertação de Mestrado pela Universidade Estadual Paulista, defendida em 1985. Desse tempo, esses mesmos dados não passaram mais por nenhuma reflexão.

A partir de agora tornou-se necessária toda uma revisão nos quadros interpretativos que embasaram o estudo, mesmo porque o olhar e os novos dados que foram levantados permitirão mais clareza no entendimento dos atos, atitudes e tomadas de decisão por parte daqueles que tão brevemente foram apresentados nesse artigo.

As doutrinas defendidas pelo movimento de “Renovação Espiritual” não eram incompatíveis com as definidas pelo presbiterianismo independente do Brasil, mas nas páginas do jornal “O Estandarte” acumulavam-se as críticas e os desajustes, levantados como pressupostos no

ideário do movimento renovado conforme as notícias eram veiculadas ou como elas chegavam às reuniões oficiais da direção da denominação independente.

Como o movimento de “Renovação Espiritual” possuiu características próprias, específicas, geradas e organizadas por grupos que estavam ligados diretamente à Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, criaram-se condições para o confronto de duas correntes que, nos seus desdobramentos, configurou-se, inclusive, uma disputa pela liderança da Igreja Nacional.

A adoção da doutrina do ‘Espírito Santo’ e dos ‘dons espirituais’ não seriam capazes de resolver o impasse da crise por nenhuma dessas lideranças.

Extrapolando do interior da comunidade presbiteriana independente para o todo, foi possível observar que a expansão das seitas pentecostais significava concorrência para a igreja estabelecida e um desafio “de fato” para a sobrevivência das instituições tradicionais e conservadoras. Essas faziam contraposição àquelas que apregoavam e valorizavam os ideais das classes populares, sem contudo oferecer-lhes condições de luta contra a opressão e a exploração da sociedade envolvente.



A Maria Delma é professora do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis e da Fundação Educacional do Município de Assis (E-mail: delma@femanet.com.br - Fone: (18) 322-4284)

A IPI do Brasil, o avivamento e o pentecostalismo

Rev. Mathias Quintela de Souza

O presente texto tem como objetivo: a) compreender a posição da IPI do Brasil em relação ao avivamento (ou reavivamento) espiritual à luz das suas origens ortodoxas; b) analisar a influência tanto do pentecostalismo histórico quanto do carismatismo como movimento transconfessional a partir da década de 60 na IPI do Brasil e nas igrejas históricas; c) refletir sobre as medidas tomadas pelas autoridades eclesíásticas e concílios quanto a esta questão e suas implicações para a o dia-a-dia das igrejas locais; d) sugerir uma agenda de trabalho para enfrentar o desafio que o pentecostalismo representa à nossa igreja.

A tradição histórica da IPI do Brasil

Aplica-se à IPI do Brasil a afirmação de Émile Leonard de que o protestantismo implantado no Brasil estava muito distante das suas fontes. Daí a importância de conhecer as origens históricas da igreja a partir das suas raízes ortodoxas, do desenvolvimento nas etapas posteriores e dos acréscimos que passaram a fazer parte da sua tradição.

A Reforma Protestante do Século XVI surgiu na crise da cristandade medieval, que se baseava na síntese do poder espiritual (Igreja) e temporal (Império), e foi uma das forças que marcaram a transição da Idade Média para a Idade Moderna. Os reformadores exerceram função profética porque deram expressão aos anseios latentes por reforma na igreja reprimidos pela cristandade medieval. Esses líderes, além da formação teológica e do compromisso com o evangelho, foram sensíveis às condições de vida das pessoas e trouxeram uma mensagem que respondia aos anseios das pessoas. A conquista de espaço no campo eclesial, no entanto, não foi sem luta nem violência. Pelo contrário, as guer-



Rev. Tércio Moraes Pereira prega ao ar livre no congresso da juventude evangélica realizado em São Paulo no ano de 1946

ras religiosas desencadeadas a partir da Reforma ensangüentaram a Europa. Por parte dos católicos, a luta foi para manter a cristandade medieval e a situação estabelecida; por parte dos protestantes, para garantir a conquista de espaços e vencer a resistência dos radicais, que insistiam na rejeição total da cristandade medieval.

Com o compromisso *cujus regio, ejus religio* (1555), isto é, cada súdito devia adotar a mesma religião do seu rei, começou um processo de tentativa de estabelecimento de micros-cristandades nos territórios ocupados pelos protestantes. Essa nova ordem foi tomando forma com os grandes documentos que definiram a doutrina e o governo nos três principais ramos do protestantismo: no *anglicanismo*, os Trinta e Nove Artigos, em 1563; no *luteranismo*, a Fórmula da Concórdia, em 1577; e no *calvinismo*, a Confissão de Fé de Westminster, adotada em 27/8/1647 pela Assembléia Geral da Escócia. Aqui encontram-se também as raízes ortodoxas da IPI do Brasil.

Estabelecida a ortodoxia protestante, não só os católicos, mas também os protestantes usaram métodos repressivos para a manutenção da ordem. Os inconformados com essa situação organizaram-se em igrejas livres (batistas, congregacionais, menonitas, etc.) e foram perseguidos tanto por católicos quanto por protestantes.



*Rev. Otoniel Gonçalves,
líder na região do Norte do
Paraná, que sustentou e
defendeu a denominação na
divisão de 1972*

O puritanismo, embora fizesse parte da ortodoxia calvinista, assumiu características próprias como um movimento piedoso e com forte ênfase na moral evangélica. Enfrentou dificuldades com a Igreja Oficial na Inglaterra e exerceu acentuada influência na formação do protestantismo da América do Norte na fase da colonização. No final do século XVII e começo do XVIII, a ortodoxia havia se transformado numa espécie de escolasticismo protestante. O resultado foi o desenvolvimento de um formalismo religioso e de um ritualismo no culto que causaram insatisfação e desejo de mudanças.

O início da Revolução Industrial, principalmente na Inglaterra, colocou desafios que

exigiram novas respostas.

A primeira reação de choque à ortodoxia protestante foi o pietismo, no meio luterano, com desdobramentos na Inglaterra, com John Wesley, e, no campo calvinista, com uma série de movimentos cujo ponto culminante foi o Grande Despertamento, na Nova Inglaterra, com Jonathan Edwards. “Cansados das especulações teológicas dos escolásticos protestantes, os pietistas assinalavam o poder prático e penetrante do evangelho na medida em que afetava os corações e as vontades dos homens”. Essa ênfase aparece nos inúmeros hinos compostos naquela época e que se tornaram populares em toda a tradição protestante posterior que herdamos através dos missionários que nos evangelizaram. Os pietistas, principalmente através dos metodistas na Inglaterra, nos legaram também o interesse pelos movimentos sociais relacionados com as dificuldades suscitadas pela Revolução Industrial.

A segunda reação à ortodoxia protestante foi o liberalismo teológico que surgiu no século XIX e alcançou notável síntese teórica com Schleiermacher (1786-1834) e Ritschl (1822-1889). Romperam com a compreensão da vida cristã tanto nos moldes da ortodoxia protestante quanto do iluminismo, baseando as crenças na experiência viva da fé, e prepararam o caminho para a crítica bíblica e para uma nova relação com a ciência. Deram ênfase central à experiência religiosa,

relativizando as formulações dogmáticas.

O século XIX foi o período em que a reação ao liberalismo teológico resultou em movimentos de avivamento espiritual e no Grande Despertamento missionário, quando as potências européias protestantes, principalmente a Inglaterra, enviaram missionários às suas colônias e os Estados Unidos da América do Norte não só enviaram missionários, mas começaram também a estender a sua influência política, econômica e cultural nos países da América Latina, conquistando espaços antes ocupados pela Inglaterra, Espanha e Portugal.

A mensagem que recebemos dos missionários refletia as influências acrescentadas aos princípios originais do calvinismo pelo puritanismo inglês, pelo pietismo e pelas controvérsias suscitadas pelos avivamentos que surgiram nos Estados Unidos e que produziram o voluntarismo, o perfeccionismo e o denominacionalismo norte-americanos. Essas influências marcaram profundamente a vida piedosa como pode ser facilmente constatado principalmente através dos hinos cantados nas celebrações litúrgicas presbiterianas.

Avivamento e pentecostalismo

O conceito e a prática do avivamento espiritual fazem parte, portanto, da nossa tradição histórica. Ele é sempre entendido como um retorno ao primeiro amor. Exemplos de avivamento espiritual são encontrados na história bíblica e na história da igreja.



Auditério da 3ª IPI de São Paulo na década de 50. A 3ª igreja foi bastante atingida pelo movimento avivalista na década mencionada

No Brasil, foram feitas diversas campanhas de avivamento nas décadas de 40 e 50 por J. Edwin Orr, George Ridout, William Dunlap, Donald Philips e Carl Han. Walter Augusto Ermel, diretor da Faculdade de Teologia de S. Paulo da IPI do Brasil, relatou o resultado da campanha realizada em 1951 por Edwin Orr na capital de São Paulo em artigo publicado no *Estandarte*: “Daquela semana em diante começamos a realizar em nossa Faculdade de Teologia reuniões semanais de oração a favor do reavivamento. As bênçãos que temos recebido nessas reuniões são incontáveis. Sabemos que mais de oitenta igrejas organizaram reuniões semelhantes e muitas estão sendo mantidas e têm crescido não só em número como também em poder” .

Em 1952, o mesmo avivalista retornou ao Brasil a convite da Comissão do Centenário da Igreja Presbiteriana, permanecendo por aqui por quase dez meses. No mesmo artigo publicado em *O Estandarte*, Walter Ermel afirmou que “a nossa Pátria, de Norte a Sul, foi alcançada pelas suas abençoadíssimas campanhas, vidas verdadeiramente transformadas, nova visão espiritual, decisões radicais permanentes e reais são o atestado do vulto da obra realizada em nosso meio”. Ele reconheceu, ainda, que a evangelização do Brasil estava relacionada com o reavivamento que inspirou essa obra e referiu-se à tese de doutorado de Edwin Orr sobre a continuidade do avivamento na história da igreja.

Concluindo seu depoimento, Walter Ermel afirmou que “estamos em uma época de reavivamento. Clamemos a Deus por um grande reavivamento, pela operação poderosa do seu poder nos corações dos crentes, dos oficiais das igrejas, dos líderes e também nos corações daqueles que estão longe de Cristo e precisam de salvação”.



*Rev. Walter Ermel,
reitor da Faculdade de
Teologia da IPI do
Brasil e entusiasta do
avivalismo*

Na edição especial de *O Estandarte* em comemoração ao cinquentenário da IPI do Brasil, Alfredo Borges Teixeira, professor da Faculdade de Teologia e um dos fundadores da denominação, expressando a esperança de a IPI e a IPB se unirem no futuro, afirmou: “Creio, porém, que virá o dia em que essa união se dará porque nas duas igrejas há bons sinais de avivamento espiritual promovido, aliás, pela Igreja Presbiteriana

na sua campanha do centenário. Pequenos rios que correm paralelamente podem, por ocasião de grandes enchentes, formar um só e imenso caudal”.

Essa noção de avivamento é bem diferente do movimento pentecostal que surgiu no início do século XX. Embora tendo suas raízes nos avivamentos anteriores, tinha características distintas, como a doutrina do batismo com o Espírito Santo como uma experiência subsequente à conversão, com a evidência de línguas estranhas e a ênfase nos dons espirituais, como experiências extáticas.

Os pentecostais entendem que as origens desse movimento estão em Atos 2. Mas, a rigor, as experiências pentecostais modernas tiveram início em 1901, na Escola Bíblica Betel, em Topeka, Kansas, sob a liderança de Charles Parham, que ensinava doutrinas e práticas que se tornaram universais no movimento. O jovem negro William Seymour converteu-se ao pentecostalismo e foi expulso da sua igreja. Passou a reunir-se com simpatizantes na Rua Ázua, 312, Los Angeles, iniciando um movimento sob o nome de “A Fé Apostólica”. Desse endereço o movimento espalhou-se para o mundo inteiro.

Os pentecostais crêem que o seu movimento é um sucessor digno, e talvez até mesmo superior, da Reforma do Século XVI e do reavivamento evangélico inglês do século XVIII, sendo uma reprodução fiel do movimento apostólico do século I.

A emergência do movimento pentecostal pode ser vista como um protesto ao racionalismo que contribuiu para o esvaziamento do conteúdo espiritual da mensagem da igreja ao fazer concessões à cosmovisão moderna.

O movimento pentecostal chegou ao Brasil, de acordo com Paul Freston, em três ondas consecutivas. A primeira onda, através de Daniel Berg e Gunnar Vingren, dois discípulos de Durham, que vieram para Belém do Pará, em 1910, e fundaram a Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Na mesma época, o italiano Luigi Francescon, naturalizado norte-americano, iniciou seu trabalho no Paraná e, mais tarde, entre os imigrantes italianos no bairro do Brás, em São Paulo. Foi o fundador da Congregação Cristã no Brasil.

As relações dessas igrejas com as igrejas protestantes já implantadas no Brasil foram, durante muito tempo, de confronto, em virtude da

acusação de proselitismo praticado por essas igrejas, como ilustra a série de artigos publicados por Manoel Machado, em *O Estandarte* em 1919 sob o título “A Invasão Pentecostista”. As igrejas pentecostais foram aos poucos conquistando espaço e obtendo o reconhecimento das igrejas históricas.

Na década de 50, a segunda onda pentecostal procedente dos Estados Unidos alcançou o Brasil através dos missionários Harold Williams e Raymond Boatright, que deram origem à Igreja do Evangelho Quadrangular. As mensagens desses missionários enfatizando a salvação, o batismo com o Espírito Santo, a cura divina e a volta de Jesus causaram forte impacto nas igrejas históricas. Algumas igrejas presbiterianas independentes, como as do Cambuçi, em São Paulo, e Curitiba, no Paraná, perderam membros, que se filiaram à nova igreja pentecostal. Muitas igrejas pentecostais surgiram desse movimento com características distintas das Igrejas Assembléia de Deus e Congregação Cristã no Brasil, consideradas, agora, igrejas pentecostais tradicionais.

A partir do final da década de 50, teve início a terceira onda conhecida como movimento de renovação carismática, renovação espiritual ou neo-pentecostalismo. Esse movimento tornou-se transconfessional, manifestando-se nas igrejas protestantes históricas e na Igreja Católica. Esta última conseguiu assimilar esse movimento, dando-lhe espaço dentro de orientações definidas pela Conferência Nacional dos Bispos, mas nas igrejas evangélicas históricas os confrontos foram inevitáveis e novas denominações surgiram, como a Igreja Presbiteriana Renovada, a Igreja Metodista Wesleyana, etc.

Na Igreja Evangélica Luterana, o avivamento espiritual assumiu características próprias e foi mantido principalmente através do Movimento Encontrão.

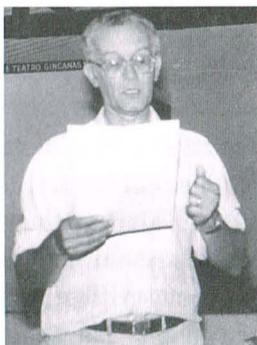
A IPI do Brasil foi alcançada em cheio pela renovação espiritual a partir de meados da década de 60, gerando crises. Convém considerar o contexto histórico no qual essas crises tiveram lugar.

Da questão doutrinária à crise pentecostal

A IPI do Brasil teve um desenvolvimento tão acentuado nas duas primeiras décadas de sua existência que passou a ser conhecida como a *Igrejinha dos milagres*. No entanto, logo após a morte do Rev. Eduardo Carlos Pereira, em meados da década de 20, começou um processo de

crise que alcançou o seu ponto culminante no final da década de 30 e início da década de 40 com a chamada Questão Doutrinária. O desfecho dessa crise foi a organização das Igrejas Presbiteriana Conservadora e Cristã de São Paulo e o enfraquecimento da Faculdade de Teologia, que por pouco não deixou de funcionar. Essa situação foi o resultado de controvérsias teológicas que envolveram toda a igreja, mas principalmente os professores e alunos da Faculdade de Teologia, tendo como tema inicial *as penas eternas*, mas evoluindo para discussões mais amplas que polarizaram liberais e conservadores. O vazio deixado por líderes que aliavam reflexão teológica à prática foi sendo ocupado por uma liderança leiga vigorosa que imprimiu forte dinamismo nas atividades da igreja, mas que se ressentia de uma fundamentação teológica mais sólida e que, por isso, contribuiu para que a igreja se tornasse vulnerável às influências externas.

A Guerra Fria atingiu um ponto crítico na década de 60. As dificuldades acentuaram-se em virtude da polarização política, alimentada pelas duas potências mundiais da época, os Estados Unidos da América e a União Soviética. De um lado, estavam os que buscavam respostas para os agudos problemas sociais que afligiam o Brasil e toda a América Latina; do outro lado, os fundamentalistas que consideravam quase sempre como *modernistas e comunistas* todos os cristãos que enfatizavam a responsabilidade social da igreja



Rev. Izaías Garcia
Vieira, um dos
membros da
"Comissão dos Doze"

O Setor de Responsabilidade Social, da Confederação Evangélica do Brasil, apoiava institucionalmente os movimentos de estudos sobre a realidade brasileira com o objetivo de encontrar respostas aos desafios da nova situação. Foi significativa a Conferência do Nordeste, realizada em julho de 1962, cujo tema foi *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*. Antes, outras três reuniões de estudo já tinham sido realizadas com os temas: *A Responsabilidade Social da Igreja*, *A Igreja e as Rápidas Transformações Sociais do Brasil e A Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade*.

A IPI do Brasil participou ativamente des-

ses estudos, principalmente através da liderança nacional da sua mocidade. Alguns mentores dos líderes nacionais da mocidade eram seminaristas. Os seminários de algumas igrejas históricas, dentre eles a Faculdade de Teologia da IPI do Brasil, tornaram-se centro de reflexão e de difusão de novas idéias, destacando-se o Seminário Presbiteriano do Sul, onde era professor o missionário norte-americano Richard Shaull, profundamente envolvido na busca de soluções para os problemas sociais e políticos do Brasil e da América Latina.

A Confederação Nacional da Mocidade Presbiteriana Independente do Brasil (CMPIB), organizada na década de 40, abriu espaço nos seus congressos e encontros nacionais e regionais para os temas que eram debatidos nos encontros da Confederação Evangélica do Brasil e nos Seminários Teológicos. O Congresso Regional realizado em Londrina, PR, em 1962, teve um tema sugestivo: *O Senhor da Igreja é o Senhor do mundo*. Mas o trabalho mais significativo realizado na época pela mocidade foi o Congresso Nacional na cidade de Curitiba, PR, em julho de 1965, que deu continuidade à mesma linha de pensamento do Congresso de Londrina. O preleitor oficial foi Rubem Alves.

Uma Comissão Especial foi nomeada pela direção da igreja para acompanhar o Congresso.

As reflexões de Rubem Alves basearam-se em Isaías 42 e 53 e identificavam nas experiências de Israel no exílio babilônico muitas semelhanças com a situação do povo brasileiro. Na conclusão, alertava que a igreja não tem o direito de se manter como espectadora no mundo que agoniza. A relação da igreja com o mundo só pode ser descrita em termos de presença e participação. No cumprimento da sua missão, a igreja entra em conflito com as forças desumanizantes e não tem o direito de adotar a filosofia da prudência. A conclusão final foi ousada, quando ele disse que “o sacudir de Deus nas estruturas no mundo do Ocidente não deve ser motivo de tristeza nem de desapontamento, mas de ação



Rev. Antonio de Godoy Sobrinho, relator da "Comissão dos Doze", que elaborou livro sobre a doutrina do Espírito Santo

de graças. É exatamente quando Deus coloca o fogo no pasto, que depois a santa semente pode levantar”.

Nos meios acadêmicos teológicos discutia-se, na década de 60, o processo de secularização como altamente positivo para a desmistificação da religiosidade alienante, que constituía barreira para a participação dos cristãos no processo revolucionário brasileiro. As idéias de demitização, de Rudolf Bultmann, e o Manifesto *Revelação Como História*, de teólogos europeus que reagiam ao que chamavam de *transcendentalização* da neo-ortodoxia, popularizaram-se com a publicação de *Honest to God*, de John Robinson (1963) e *The Secular City*, de Harvey Cox (1965). Essas discussões alcançaram o ponto culminante com o movimento *A Morte de Deus*, que agitou o cenário protestante no Brasil e no mundo.

Essas posições não encontraram ressonância no imaginário popular da IPI do Brasil, nem do protestantismo popular daquela época, e os líderes que promoviam essas atividades, na sua maioria leigos, não tinham o carisma profético necessário para mobilizar o povo evangélico num projeto de transformação social e política do País pela mensagem que transmitiam e pelas atividades que promoviam. Ao contrário, o resultado disto foi a reação por parte de clérigos e leigos em duas direções opostas: de um lado, a adesão a um rígido fundamentalismo teológico na linha de legitimação da ordem política instaurada no País pelos militares; do outro lado, a adesão ao avivamento e pentecostalismo com características acentuadamente emocionais.

A primeira reação encontrou respaldo nas instâncias do poder denominacional. Um grupo de pastores e presbíteros, representativo dessa posição, enviou um documento à Mesa Administrativa do Supremo Concílio, demonstrando preocupação com fatos “públicos e notórios” e solicitando providências urgentes. O conteúdo desse documento consistia em referências e acusações a pastores e líderes da denominação; a seminaristas considerados modernistas; a um licenciado que havia sido preso como subversivo no movimento estudantil; às teses do Congresso Nacional da Mocidade realizado em Curitiba que deveriam ser examinadas antes de serem publicadas; denunciava nominalmente três pastores recém-ordenados que, em virtude dos seus escritos e declarações, não tinham condições para ocupar cargos de liderança na Confederação da Mocidade.

Essa denúncia foi acatada pela Mesa Administrativa que indiciou os três pastores pelas razões alegadas e oficiou os presbitérios aos quais estavam jurisdicionados para que tomassem as medidas cabíveis com a máxima urgência. (Os três pastores denunciados foram Roberto Vicente Cruz Themudo Lessa, Moisés Campos de Aguiar Neto e Mathias Quintela de Souza. O primeiro foi julgado e condenado pelo seu Presbitério. Em recurso interposto junto ao Sínodo, o processo foi desfeito por nulidade legal, mas o pastor ficou sem ambiente na IPI do Brasil e buscou refúgio, durante algum tempo, na Igreja Episcopal Brasileira. O segundo, pressionado pelo seu presbitério, renunciou ao ministério e à jurisdição da igreja e desapareceu do cenário eclesiástico presbiteriano independente. O terceiro foi julgado e absolvido pelo seu presbitério, mas ficou, durante uma década, dedicando-se exclusivamente ao pastorado de igrejas locais.)

Dentre outros fatos acontecidos, merece destaque a exclusão de praticamente todos os alunos da Faculdade de Teologia quase dois anos depois. (Dentre os alunos excluídos, alguns ocupariam posições de destaque tanto na IPI do Brasil como no cenário evangélico nacional, tais como Assir Pereira, Dimas Barbosa Lima, Leontino Farias dos Santos, Gerson Correia de Lacerda e Leonildo Silveira Campos.) De acordo com o *Manifesto da Faculdade de Teologia*, a razão principal para a medida disciplinar foi a recusa dos alunos de participar dos exames de final de semestre até que fossem atendidos em suas reivindicações, que podem ser assim resumidas: alterações e reestruturações de currículo, programas e métodos; estabelecimento de um clima universitário com livre ventilação de idéias sem o policiamento intelectual das autoridades da igreja.

A crise pentecostal

A outra reação às propostas de engajamento da igreja no processo de transformação histórica verificou-se na direção de experiências de natureza emocional. As controvérsias teológicas entre liberais e conservadores e os posicionamentos políticos causaram cansaço e fadiga em muitos pastores e leigos. Muitos pastores tinham sido discípulos de Walter Ermel na Faculdade de Teologia e identificavam-se mais com a tradição histórica dos avivamentos. Estavam em melhor sintonia com os anseios dos membros da igreja, que permaneciam alheios às questões

que agitavam e preocupavam uma elite pensante da igreja. Por isso a terceira onda do movimento pentecostal, a Renovação Carismática, que transpôs todas as fronteiras denominacionais, encontrou calorosa acolhida por parte de pastores e leigos da IPI do Brasil, mas criou também tensões e teve multiformes desdobramentos.

O movimento de renovação espiritual da década de 60 teve algumas características bem diferentes daquelas testemunhadas e esperadas por Walter Ermel e Alfredo Borges Teixeira nos pronunciamentos que fizeram por ocasião das celebrações do cinquentenário da igreja. Dúvidas surgiram principalmente em relação ao exercício dos dons espirituais. O assunto mereceu a consideração do Supremo Concílio em sua reunião de janeiro de 1969, que tomou a seguinte decisão: *"I – O Supremo Concílio sente a necessidade urgente de um despertar da Igreja, para uma vida espiritual mais profunda e poderosa no testemunho do Evangelho. II – Não se conforma com uma posição de indiferença espiritual, e não admite fanatismos que geram desordens, mas procura orientar esse movimento, no sentido de que todos os crentes se encontrem aos pés de Cristo. III – Nesse propósito, o Supremo Concílio hipoteca irrestrita solidariedade aos pastores que, com seriedade e sensatez, vêm promovendo um autêntico avivamento em nossas igrejas, no espírito de fidelidade às Escrituras e sob a orientação do Espírito Santo, sem os exageros e fanatismos desnecessários, tendo em vista o ensino de Paulo: "Mas*



Revs. José Coelho Ferraz e Seth Ferraz. O primeiro era presidente do Supremo Concílio em 1972. O segundo era pastor emérito da 3ª IPI de São Paulo

faça tudo decentemente e com ordem" (1 Co 14.40). IV – Embora admitindo a existência de dons especiais, que o Espírito concede a quem Ele quer e como quer (1 Co 12.1-11), julga o Supremo Concílio deva ser dada toda ênfase ao fruto do Espírito, de acordo com Gálatas 5.22-23, e não a tais dons".

De acordo com a de-

cisão do Supremo Concílio, toda ênfase deveria ser dada ao fruto do Espírito (caráter) e não aos dons (carisma). Ao referir-se a esses dons como *especiais*, o Supremo não os reconhecia como parte da vida ordinária da igreja no que se refere à liturgia e à missão, mas, por serem extáticos, ocupariam uma situação de marginalidade. Seria possível a integração desses carismas na vida da igreja ou seria inevitável o surgimento de uma nova comunidade onde seriam rotinizados?

O Estandarte, a partir de 1969, retrata a controvérsia que aconteceu sobre o assunto e como foi tratado pelos concílios. Por exemplo, foi publicada uma notícia sobre o Encontro de Avivamento, realizado em Campo Mourão, PR, pelas Igrejas Presbiteriana e Presbiteriana Independente da região, de 3 a 6 de abril de 1969, após, portanto, a reunião do Supremo Concílio. Sessenta e três igrejas se fizeram representar de diferentes cidades de São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Cerca de 750 pessoas participaram e, no culto de encerramento, houve cerca de 2.000 pessoas. O autor da notícia informa que “muitos foram batizados com o Espírito e outros deixaram os seus pecados aos pés da cruz. Muito choro, muita alegria, muitas orações. Houve barulho sim, graças a Deus, porque a igreja não está morta, mas viva e, quando o povo de Deus se alegra, há barulho no Espírito Santo, o barulho da glorificação e louvor a Deus. Mas houve ordem e decência”. Esta notícia demonstra a aceitação de doutrinas e práticas litúrgicas carismáticas. A dificuldade estaria sempre em alcançar consenso quanto aos limites dessa *ordem e decência*, referidas no documento do Supremo Concílio e reafirmadas em outras decisões conciliares e pronunciamentos pessoais.

Na mesma edição, Azor Etz Rodrigues testemunhou o que acontecia em Assis em *Notícias de Ouro e Fogo*.

Na edição seguinte, Palmiro Francisco de Andrade defendeu a tese de que o crente deve buscar o fruto e os dons do Espírito e que eles são inseparáveis. Querer apenas uma parte é limitar a obra do Espírito e conclui: “esqueçamos o passado, libertemo-nos do mundo e seus atrativos e revistamo-nos do poder do alto sem limitação e bitolamento”.

A tensão entre os que defendiam a *ordem* e os que defendiam a *liberdade do Espírito* tornou-se patente.

Nessa mesma edição, o pastor da 1ª IPI de Assis defendeu o avivamento da acusação de que explorava os sentimentos das pessoas.

Um dos editoriais do Estandarte, depois de citar a decisão do Supre-

mo Concílio, fez “um veemente apelo aos nossos pastores e conselhos locais, para que estejam atentos a essa ponderada resolução do Supremo Concílio e evitem atitudes e publicações que firam a tomada de posição da IPI sobre o assunto. Haja ordem e cuidado nos movimentos espirituais e de avivamento que devem ser estimulados, tendo merecido a irrestrita solidariedade do Supremo Concílio, mas sem exageros e fanatismos que só criam problemas e dificuldades desvirtuando a sua alta e inspiradora finalidade”.

Essas exortações não surtiram os efeitos desejados. Dificuldades com o avivamento surgiram em diversas regiões do país. O Sínodo Ocidental, em reunião realizada em janeiro de 1971, decidiu solicitar “uma reunião extraordinária ao Supremo Concílio para o estudo e a solução do problema suscitado pelo movimento pentecostal no seio da igreja”.

Essa reunião não chegou a acontecer, mas a Mesa Administrativa publicou o relatório de uma comissão nomeada para tratar do assunto. Adolfo Machado Corrêa, veterano pastor, escreveu 4 cartas fraternais aos presbiterianos independentes, analisando o movimento em seus vários aspectos e conclamando todos à unidade.

Os avivados mobilizaram-se politicamente e, mesmo não tendo conseguido eleger o presidente do Supremo Concílio na reunião realizada em março de 1972 em Brasília, conseguiram mais de um terço dos votos ao candidato do grupo. Na mesma reunião, o Supremo Concílio condenou todas as práticas que considerou pentecostais, como *unção com óleo, ósculo santo, cumprimentos na Paz do Senhor, uso de línguas estranhas, atividades de curas divinas, etc.* e deu plenos poderes à Mesa Administrativa para funcionar como Assembléia Geral, no sentido de advertir, disciplinar e tomar todas as medidas necessárias à manutenção da ordem e fidelidade à IPI do Brasil em todos os seus arraiais, recomendando que “em tudo se proceda com a maior cautela, maior amor e que sempre se considere cada caso separadamente e nunca em grupo”.

O Rev. Azor Etz Rodrigues, numa série de 5 artigos publicados no órgão oficial, historiou a evolução e o desfecho da questão do avivamento espiritual. Ele participou da reunião do Supremo em Brasília e afirmou que estava preparado para a defesa desse movimento em seus aspectos bíblicos, essenciais e positivos. Rendeu-se, no entanto, à pressão dos seus companheiros de avivamento para que não se manifestas-

se, tendo em vista a sua idade avançada e a sua condição de ministro jubilado. Estava certo de que eles, jovens e brilhantes oradores, o fizessem. Mas o parecer da Comissão de Papéis e Consultas sobre o assunto foi aprovado sem discussão, sem nenhum voto contrário, sem nenhuma manifestação [!]. Fiel aos princípios e aos votos feitos na ordenação ao ministério da Palavra, submeteu-se à decisão do Supremo que foi tomada, no seu entendimento, por unanimidade. O grupo, que se manteve em silêncio na reunião do Supremo, manifestou-se depois em reuniões de concílios e em reuniões informais contra a decisão tomada [!]. O resultado foi a cisão da igreja, com a organização da Igreja Presbiteriana Independente Renovada (IPIR), que, mais tarde, uniu-se com o grupo que havia saído da Igreja Presbiteriana do Brasil pelo mesmo motivo, dando origem a Igreja Presbiteriana Renovada.

A situação de marginalidade dos carismáticos que ficou latente na decisão do Supremo Concílio em janeiro de 1969, quando os dons do Espírito foram considerados *dons especiais*, tornou-se patente na reunião de Brasília em 1972, mas sem luta, sem discussão, sem defesa por parte daqueles que, por amor à igreja, deveriam lutar para que as experiências carismáticas pudessem ser reconhecidas no que tinham de bíblicas e legítimas para o enriquecimento da igreja, como esperavam todos aqueles que se identificavam com o Rev. Azor Etz Rodrigues no propósito de defender o avivamento espiritual em seus aspectos *bíblicos, essenciais e positivos*.

Da radicalização ao diálogo

A situação acomodou-se após o desfecho da crise do pentecostalismo na reunião do Supremo Concílio em Brasília. Coincidindo com o processo de abertura democrática no país, foi eleita nova diretoria da IPI do Brasil no início da década de 80, que assumiu uma posição pastoral, evitando o confronto, como aconteceu nas décadas de 60 e 70, e buscando a reconciliação entre as diversas correntes da igreja.

Em sua primeira *Palavra* publicada em O Estandarte, o presidente, Rev. Abival Pires da Silveira, afirmou: “Mais que presidente, mais que moderador, possa o Supremo Pastor conceder-me a sabedoria do alto, sob a autoridade do Espírito Santo, para conduzir pastoralmente o grande rebanho que Ele me tem confiado”.

Esse cuidado pastoral incluía o compromisso com a identidade cris-

tã-reformada da igreja. O movimento pentecostal assumiu novas formas e, nessa nova fase, tem sido chamado de pentecostalismo autônomo e tem sido campo de pesquisa para estudiosos de ciências sociais. Neste novo contexto, o presidente do Supremo Concílio se pronunciou sobre aspectos negativos desse movimento: “As afirmações feitas por Stanley Jones de que o pentecostalismo tem causado um grande mal ao pentecostes parecem fortes demais, mas elas procedem e são uma oportuna advertência à igreja no momento em que a doutrina do Espírito Santo e seu lugar na vida da igreja está no centro de nossas preocupações”.

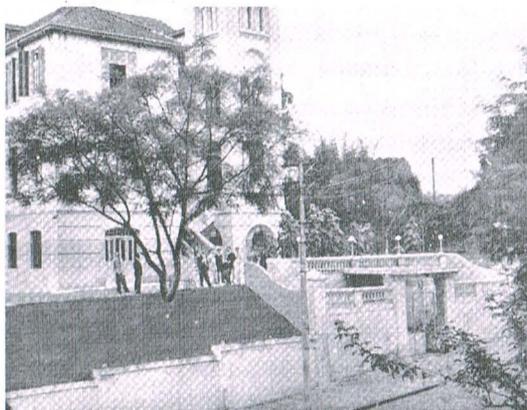
A situação econômica, social e política do Brasil mudou com a transnacionalização do capitalismo e a hegemonia norte-americana após a queda do muro de Berlin. O desenvolvimento capitalista não exige mais a presença física dos seus agentes, porque os seus interesses são administrados acima da política, da economia e da cultura particular dos países periféricos. Isto se reflete nas igrejas dos países da periferia que se tornam receptoras de pessoal, capital, programas e modelos, marcados pela eficiência da corporação, que pretendem ajudar no desenvolvimento através das igrejas desses países.

O velho liberalismo retornou com força redobrada na forma do neoliberalismo. O mercado torna-se o ídolo que não poupa sacrifícios humanos em nome do progresso e reforça a sua presença no campo religioso.

Neste ambiente, manifestou-se uma versão pentecostal identificada com o espírito da época e atraente: a teologia da prosperidade.

Neste clima, a rígida hierarquia religiosa perdeu prestígio e surgiu um vácuo que pessoas e grupos ocupam, organizando comunidades como espaços alternativos para celebração e atuação. Com o pentecostalismo autônomo surgiram também redes de igrejas como verdadeiros sistemas de franquia, integrados no processo de globalização, como atestam qualificativos usados como *universal* e *internacional*. A lógica de mercado passou a dominar o campo religioso. A IPI do Brasil, como a maioria das igrejas históricas, passou a perder quantidade considerável de membros para essas comunidades, ao mesmo tempo que passou também a consumir os seus produtos, principalmente as músicas que passaram a ser usadas nas celebrações.

Diante deste quadro, a IPI do Brasil ou se acomoda à lógica do mercado e entra firme na competição com os concorrentes, ou resiste, afirmando os valores da sua tradição. Uma solução intermediária seria



Edifício sede do Seminário Teológico da IPI do Brasil, à Rua Visconde de Ouro Preto em São Paulo.

dialogar com os movimentos religiosos cristãos no sentido de enriquecimento mútuo, mantendo-se autêntica quanto à sua identidade cristã e reformada, mas buscando ser relevante na situação atual através de renovação mental e estrutural (Romanos 12.2).

O caminho escolhido pela IPI do Brasil foi o do diálogo, buscando a unidade espiritual na diversidade de formas de vivência da fé e do cumprimento da sua missão no mundo. Para isto, reuniu-se o Supremo Concílio no mês de fevereiro de 1993. Nessa reunião, foram produzidos dois documentos: *A Doutrina do Espírito Santo e seu lugar na vida da Igreja* e *O Fortalecimento Institucional da Igreja*. Esses documentos foram produzidos depois de diversas sessões de estudos, que revelaram as diferentes tendências na igreja.

O que de novo aconteceu nesta reunião do Supremo Concílio foi o reconhecimento da contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, conforme a decisão tomada: “Cremos que, à luz das Santas Escrituras, todos os dons e ministérios deles conseqüentes são também para os nossos dias e que esta sua rica contemporaneidade visa à edificação do Corpo de Cristo, conforme, especialmente, o ensino paulino exarado em Coríntios, Romanos e Efésios, e que, no exercício desses dons e ministérios, tudo se faça realmente *com ordem e decência*”.

Quanto à relação entre o fruto do Espírito e os dons do Espírito, a decisão foi: “Recomendamos que seja dada prioridade à busca do fruto do Espírito Santo, conforme ensino expresso em Gálatas 5.22-23, visto que, pela manifestação do fruto do Espírito, nós nos apossamos do ver-

dadeiro conteúdo da espiritualidade genuinamente cristã”.

O exame dos documentos dessa reunião revela atitudes novas em relação às reuniões e decisões anteriores: disposição para o diálogo; decisões baseadas num consenso após reflexões bíblicas-teológicas sobre os temas propostos; produção de material para reflexão da igreja; e providências previstas para associar teoria e prática na vida da igreja.

Uma comissão nomeada nesta reunião produziu um livro com reflexões sobre a pessoa e a obra do Espírito Santo e diretrizes pastorais para que as decisões tomadas sejam cumpridas de tal maneira a contribuir para a unidade e o desenvolvimento da igreja .

Na eleição da diretoria em fevereiro de 1995, os receios de radicalização se desfizeram quando houve renúncia das duas chapas, em virtude do empate em dois escrutínios secretos, e o Supremo Concílio, com liberdade para votar individualmente, escolheu uma diretoria composta de pessoas que compunham as duas chapas. A sinalização foi muito clara no sentido de que a igreja deveria prosseguir na busca da unidade através do diálogo e a superação de conflitos através da ação pastoral.

O paradigma pastoral da igreja

À luz da identidade da IPI do Brasil, da sua tradição ortodoxa e das experiências da sua caminhada histórica, os critérios para discernir a presença e a ação do Espírito Santo devem ser éticos, espirituais, bíblicos e teológicos. As dificuldades em relação aos dons espirituais (carismas)



Revs. Messias Anacleto Rosa e Mathias Quintela de Souza, 1º vice presidente e presidente do Supremo Concílio, de 1995 a 1998.

acontecem quando fenômenos extáticos como glossolalia, quedas, exorcismos, profecias, etc. são considerados como manifestações privilegiadas do Espírito Santo, conferindo aos seus portadores *status espiritual*, em vez de reconhecer todos os dons espirituais, sem destaques para alguns deles, apenas como ferramentas coloca-

das por Deus nas mãos dos seus servos para a edificação do Corpo de Cristo. A prova de espiritualidade não é o exercício de dons espirituais, mas, sim, a manifestação do fruto do Espírito na vida do cristão e da comunidade.

Jesus de Nazaré é o paradigma da pastoral que é exercida pela presença e a ação do Espírito Santo. Ele tinha a plenitude do Espírito Santo. Por isso, no seu ministério terreno como testemunhado nos evangelhos, manifestaram-se todos os dons do Espírito Santo. Consumada a sua missão, tendo sido obediente até à morte de cruz, foi exaltado à direita do Pai e derramou o Espírito Santo que uniu, na terra, os crentes entre si e uniu todos com o seu cabeça no céu, formando, assim, o que Paulo chama de o Corpo de Cristo. A partir do Pentecostes, todos os que crêem são inseridos no Corpo e bebem do mesmo Espírito. Através desse Corpo, Jesus continua presente e agindo na terra. Em nenhum membro do Corpo, isoladamente, manifestam-se todos os dons, mas cada membro, de acordo com o ensino bíblico, exerce um ou mais dons.

Conseqüentemente, todos os dons necessários para a edificação do Corpo e para o exercício do ministério no mundo manifestam-se na igreja como comunidade do Espírito. Os dons espirituais (carismas), nesta perspectiva, deixam de ser considerados como manifestações *especiais, extraordinárias e sobrenaturais* do Espírito Santo. Eles são o princípio de organização da estrutura eclesial que, em sua essência, é carismática e não burocrática.

Quanto à hierarquia eclesiástica que divide clérigos e leigos, vale lembrar a tese defendida por Leonardo Boff de que “a distinção entre *Ecclesia docens* e *Ecclesia discens* só é teologicamente válida quando previamente se tiver assumido e ultrapassado a reflexão sócio-analítica acerca da divisão religiosa do trabalho”. Ou seja, os ministros docentes, à luz de Efésios 4.11-12, têm a função de facilitar o ministério de todos os crentes.

A estrutura eclesial em que todos os dons e ministérios são igualmente importantes possibilita o exercício integral do princípio reformado do sacerdócio universal dos crentes. A teologia oficial das igrejas protestantes históricas, inclusive da IPI do Brasil, tem descuidado o aspecto da obra do Espírito Santo relacionada com os dons. Em virtude desse descuido, o sacerdócio universal dos crentes tem sido um princípio mais postulado do que praticado.

A obra produzida pela Comissão dos Doze, nomeada pelo Supremo Concílio em sua reunião de 1993, sob o título “A Doutrina do Espírito Santo” traz contribuições para entender a pessoa e a obra do Espírito Santo na vida da igreja, mas não satisfaz à necessidade de um aprofundamento teológico.

Entre vós não é assim

Concluindo, convém considerar a advertência feita por Jesus aos seus discípulos. Tiago e João, insensíveis para entender a natureza da missão de Jesus e empolgados com a idéia da implantação iminente do reino messiânico, pediram ao Mestre posições honrosas e elevados no seu Reino. Os outros dez, ao se indignarem contra Tiago e João, deixaram clara a disputa pelo poder no colégio apostólico. A advertência de Jesus aos seus discípulos é oportuna para todos os que professam a fé cristã: “Sabeis que os que são considerados governadores dos povos têm-nos sob seu domínio, e sobre eles os seus maiores exercem autoridade. Mas entre vós não é assim; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, esse será o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós será servo de todos. Pois o próprio Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos”.

Essa advertência lembra-nos sempre que Jesus é o paradigma do exercício da autoridade que manifesta o Reino de Deus e promove o ser humano. Ele é o sacerdote que se fez sacrifício; o rei que se fez servo; o profeta que se fez palavra. Ele reina pelo poder da palavra e o seu trono é a cruz.

O caminho da igreja é o mesmo caminho do seu Senhor e Mestre. Ela se esvazia para encher-se da plenitude de Deus; renuncia ao que tem para viver e distribuir as riquezas do céu; sacrifica-se na obediência até à morte de cruz para viver e refletir a glória de Deus. Em Cristo, a igreja exerce função profética, sacerdotal e real. Para isto, não pode amoldar-se ao mundo nem acomodar-se à lógica de mercado que predomina hoje no campo religioso, mesmo entre os evangélicos, mas deve cumprir com fidelidade a sua missão nas situações de conflito em que vive para que seja autêntica e relevante ao mesmo tempo como *sal da terra e luz do mundo*.



A IPI do Brasil e o movimento ecumênico

Rev. Dr. Antonio Gouvêa Mendonça

Konrad Raiser, atual Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), em seu relatório apresentado à Assembléia de Harare, Zimbábue, África, em 1998, relembra os objetivos do movimento ecumênico. O Conselho Mundial de Igrejas foi fundado em Amsterdam, Holanda, em 1948. Konrad Raiser recorda o conceito de espaço ecumênico como sendo uma comunidade de fé e moral baseada no senhorio absoluto de Jesus Cristo. Este conceito ampliado permite-nos entender o CMI como uma fraternidade de igrejas.



Rev. Abival Pires da Silveira
(presidente do Supremo Concílio da
IPI do Brasil) e Rev. Jaime Wright
(líder presbiteriano e defensor árduo
dos direitos humanos)

Logo no início do relatório, Konrad Raiser remete-nos ao pronunciamento do primeiro Secretário Geral do CMI, W. A. Visser't Hooft, reformado holandês, na Assembléia fundadora de Amsterdam: *“Somos um conselho de igrejas, não o conselho de uma igreja não dividida. Nosso nome indica nossa fraqueza e nossa vergonha perante Deus porque, afinal, há só uma igreja de Cristo sobre a terra... Nosso Conselho representa uma solução de emergência - um estágio no caminho - um corpo vivendo em tempo de completo isolamento entre as igrejas e um tempo - na terra ou no céu - quando será visivelmente verdadeiro que há um só rebanho e um só*

pastor”.

No relatório de Raiser, percebemos a evolução histórica do ideal ecumênico. Visser't Hooft sonhava com a unificação do cristianismo, enquanto Raiser já fala em “espaço ecumênico” de entendimento e convivência entre as igrejas. Se o sonho de Amsterdam expresso nas palavras do primeiro secretário geral, a utopia do macro-ecumenismo, não se realizou, tampouco o ideal do micro-ecumenismo, ou pan-protestantismo, veio à luz. O “espaço ecumênico” pan-protestante foi se extinguindo e o que resta perdeu a expressão ou está agônico. Sobrevive o consolo do diálogo inter-religioso que do grande sonho ecumênico conserva pouca coisa.

A história do Conselho Mundial de Igrejas mostra-nos duas grandes vertentes ou tendências: a primeira, promover uma convergência das igrejas cristãs em torno da aceitação comum dos pontos fundamentais do cristianismo que são a causa mais evidente das divisões, como o batismo, a eucaristia e o ministério; a segunda, mobilizar as igrejas cristãs no sentido do compromisso com as grandes questões oriundas das transformações sociais, econômicas e políticas.

A primeira dessas vertentes constituiu-se num extenso debate teológico no âmbito da Comissão de Fé e Constituição, composta por teólogos dos quatro grandes blocos do cristianismo mundial (o catolicismo romano, o anglicanismo, as igrejas orientais e o protestantismo). Há grandes diferenças de concepção e ritual a respeito do batismo, eucaristia e ministério, diferenças acentuadas na Reforma e que persistem mesmo entre algumas igrejas dela procedentes. O chamado Documento de Lima (*Batismo, Eucaristia e Ministério - BEM*, 1982), resultado de trabalhosos estudos que começaram bem antes da fundação do CMI (Lausanne, 1927), apesar de ser um dos mais importantes documentos do movimento ecumênico, não representa ainda um consenso entre as igrejas. Embora tenha gerado alguns acordos, esse documento não mudou praticamente em nada o relacionamento entre as igrejas quanto ao sentido e o rito dos sacramentos do batismo e eucaristia, assim como não conseguiu superar as velhas divergências quanto à autoridade do ministério.

Se as discussões teológicas básicas ficaram no âmbito exclusivo e fechado dos teólogos e não chegaram às igrejas e, portanto, não produziram nelas nenhum abalo, a segunda grande tendência do CMI de

mobilizar as igrejas no sentido do comprometimento com as questões sociais e políticas, causou grande alvoroço, particularmente partindo de jovens pastores, estudantes de teologia e líderes de movimentos de juventude.

Com o apoio do CMI, foram surgindo organismos ecumênicos que, em geral, assumiram os programas por ele estabelecidos. Mas no seio de suas lideranças foram surgindo dissidências entre conservadores de direita política e agentes mobilizadores de esquerda que pregavam reformas sociais de base com a colaboração das igrejas. Os desencontros entre essas lideranças passaram a agitar internamente as igrejas, principalmente por causa da desconfiança que as organizações de juventude atraíam por causa de sua simpatia pelos movimentos de reforma social.

O mais importante desses organismos na América Latina foi ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina), constituído em 1955, após a Conferência do CMI em Evanston, EUA, em 1954. Líderes pioneiros de ISAL foram os presbiterianos brasileiros Benjamim Moraes, seu primeiro presidente, e Waldo César, secretário. ISAL foi gestada no interior dos movimentos de jovens intelectuais sul-americanos como ULAJE (União Latino-Americana de Jovens Evangélicos) e MEC (Movimento Estudantil Cristão). Esses movimentos desenvolveram um pensamento crítico para a sociedade e as igrejas latino-americanas a partir da crítica ao capitalismo e à teoria desenvolvimentista. Nos anos 60, esse pensamento ganhou estrutura a partir das contribuições intelectuais de sociólogos como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, assim como de um teólogo, que foi missionário presbiteriano norte-americano e professor no Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, Richard Shaull.

Richard Shaull (1919-2002), atuante na Assembléia de Evanston, (Estados Unidos, 1954), no ensino teológico no Brasil e nos vários movimentos evangélicos estudantis na América Latina, desenvolveu sua Teologia da Revolução tida como predecessora da Teologia da Libertação. ISAL, que tinha por objetivo repensar o papel da igreja e redirecionar sua ação pastoral, teve em Shaull seu grande pensador e articulador.

Tiveram papel importante na elaboração desse projeto teológico, além de Shaull, Julio de Santa Ana, Rubem Alves, Hugo Assmann e José Míguez-Bonino. A partir da Consulta de Ñaña, Peru, 1975, ISAL decidiu corrigir sua rota de ação até então orientada para as elites e dirigir

seus esforços para a educação das bases populares, quando ganhou popularidade a palavra “conscientização”. O método escolhido foi o do grande educador brasileiro Paulo Freire. A repressão que as igrejas sofriram por parte dos governos militares motivou essa mudança de rota.

O principal órgão de difusão do pensamento de ISAL foi a revista *Cristianismo y Sociedad*, fundada em 1962, em Montevidéu, Uruguai. A reestruturação de ISAL deu origem à ASEL (Ação Social Ecumênica Latino-Americana), cujo órgão de difusão continuou sendo *Cristianismo y Sociedad*. O movimento perdeu força por causa da repressão política, da falta de apoio por parte das organizações religiosas, da dispersão da maioria de seus intelectuais e logo praticamente se extinguiu.

Em suma, imaginar um macro-ecumenismo como pensavam talvez alguns cientistas da religião, como Nathan Söderblom (1866-1931), arcebispo luterano sueco, e seu discípulo Frederico Heiler (1892-1967), seria, e foi, demasiadamente utópico. Cremos que os idealistas do ecumenismo nunca foram além de uma utopia muito menor, quer dizer, a livre fraternidade de todo o cristianismo.

A utopia do pan-cristianismo realizou-se em parte, como toda utopia razoável, porque o relatório de Konrad Raiser à Assembléia de Harare apontava a presença de representantes de mais de 330 igrejas-membros do CMI. Pouco talvez, mas significativo, porque o número de membros do CMI soma-se exclusivamente no universo do cristianismo não católico romano, universo característico por seus antagonismos e divisões. Por isso, identificamos hoje o ecumenismo como um pan-protestantismo, conceito já por si equivocado porque muitas das igrejas nele incluídas, como as pertencentes à Comunhão Anglicana e as Ortodoxas, não se incluem entre as protestantes.

Entretanto, com todas as restrições e dificuldades que limitaram a abrangência institucional do movimento ecumênico, o ecumenismo foi um dos mais importantes, talvez mesmo o mais importante, dos eventos mundiais do cristianismo. Se, de um lado, os antagonismos acirraram-se, de outro, as aproximações e diálogos entre tradições até então distantes umas das outras foram facilitados. Em síntese, não seria fora de propósito afirmar que o *espírito* ecumênico foi muito mais abrangente do que suas *institucionalizações*.

Neste ponto, cabe a pergunta: todo esse amplo movimento não teve reflexos no Brasil? Estava o nosso protestantismo adormecido ou indi-

ferente ao que acontecia ?

Não estava, e vamos resumir em poucas linhas os clarões do espírito ecumênico no restrito, mas decidido, protestantismo brasileiro no período entre o Congresso da Obra Cristã na América Latina, em 1916, conhecido simplesmente por Congresso do Panamá, e o colapso da Confederação Evangélica do Brasil e seus efeitos nos anos 60. Os eventos desse período serão melhor entendidos se forem divididos em três partes segundo as tendências do espírito ecumênico: do Congresso do Panamá até a fundação da Confederação Evangélica (1934), daqui até o seu colapso (1962) e suas conseqüências (anos 60).

O Congresso do Panamá foi uma conseqüência da Conferência de Edimburgo, Escócia, realizada seis anos antes (1910). A Conferência de Edimburgo, ao restringir a tarefa missionária às áreas não-cristãs do mundo, pôs em questão as missões já estabelecidas em países católicos como os da América Latina. Mas a reação de Panamá contra essa política foi ambígua. Sob a influência do pan-americanismo da Doutrina Monroe, que não desejava conflitos com os governos latino-americanos, quase todos aliados da Igreja Católica, o Congresso acabou reconhecendo a presença católica como expressão do cristianismo e restringiu a ação missionária às áreas não alcançadas por ela, particularmente as indígenas.

Panamá, com seu espírito tolerante e mesmo ecumênico em relação à Igreja Católica, provocou a primeira grande divisão ideológica entre os protestantes brasileiros. De um lado, ficaram os que aceitaram as decisões do Congresso e suas propostas de cooperação entre as igrejas, principalmente na evangelização e educação teológica e, de outro, aqueles que recusaram duramente qualquer reconhecimento da obra evangelística católica na América Latina.

Representante principal do primeiro grupo no Brasil foi o notável presbiteriano Erasmo Braga (1877-1932) que, encarregado de resumir o espírito do Congresso para a América Latina, escreveu o livro *Pan-Americanismo – Aspecto Religioso*, publicado no mesmo ano do Congresso. Espírito aberto e tolerante, Erasmo Braga trouxe para o Brasil o espírito pan-protestante sem sectarismo, tornado concreto na Comissão de Cooperação da América Latina que proporcionou a fundação do Seminário Unido, no Rio de Janeiro, extinto em 1933, e da Confederação Evangélica, fundada no ano seguinte e que sobreviveu até os pri-

meiros anos da década de 60. A Confederação Evangélica, após ter prestado grande serviço ao protestantismo no Brasil, agonizou e morreu no esquecimento. Em suma, o objetivo de união das igrejas em torno de um preparo teológico de melhor qualidade ao lado do esforço comum na evangelização e representação social dos evangélicos ruíram por terra antes mesmo que seus resultados fossem consolidados.

No segundo grupo, estavam Eduardo Carlos Pereira, pastor da 1ª IPI de São Paulo, cuja moção contrária à tendência do primeiro sequer entrara na agenda do Congresso, e Álvaro Reis, pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. Os dissidentes do Congresso, voltando pela rota marítima do Pacífico, vieram realizando conferências defendendo seus pontos de vista em capitais de diversos países até o Rio de Janeiro. O principal trabalho retratando a tese dos contrários às decisões do Congresso foi o de Eduardo Carlos Pereira, *O Problema Religioso da América Latina*, publicado em 1920, livro que causou a maior polêmica entre o protestantismo e o catolicismo no Brasil. Nessa polêmica, o catolicismo foi representado pelo padre jesuíta Leonel Franca (1893-1948), que iniciou o debate com *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (1923), atacando o trabalho de Eduardo Carlos Pereira, já então falecido. A polêmica prolongou-se por um bom tempo, entrando nela Otoniel Mota, Ernesto Luiz de Oliveira e Remígio Cerqueira Leite, todos presbiterianos independentes.



Rev. Milan Opocenski, secretário geral, por muitos anos, da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (AMIR). A IPI do Brasil é membro da AMIR e de muitas outras instituições de caráter ecumênico

O maior portador dos ideais de união do protestantismo foi o pastor presbiteriano independente Epaminondas Melo do Amaral (1893-1962), que os expressou de maneira enfática em *Magno Problema*, publicado em 1934, ano da fundação da Confederação Evangélica. Amaral foi grande colaborador de Erasmo Braga e primeiro secretário geral da Confe-

deração. Reconhecendo a remota possibilidade de reunir os três grandes ramos cristãos – o romano, o ortodoxo e o protestante –, Amaral defende a tese, mais tarde retomada em sua obra póstuma *O Protestantismo e a Reforma* (1963), de que ao menos a união das igrejas protestantes seria possível.

O idealizador da Confederação Evangélica do Brasil, Erasmo Braga, falecido em 1932, não viu sua fundação em 1934. O propósito da CEB, segundo seu idealizador, era “estimular e expressar a unidade do protestantismo, coordenar suas forças em ação conjunta e manter relações com a Igreja de Cristo em todo o mundo”. De certo modo, a CEB desempenhou seu papel representando as igrejas perante o Governo Brasileiro em vários momentos durante a Segunda Guerra Mundial, publicou por muitos anos lições para a Escola Dominical usadas praticamente por todas as igrejas, preparou o *Hinário Evangélico* e um *Manual de Liturgia*. Aliás, à semelhança da Reforma, Amaral desejava uma igreja unida, com grande flexibilidade na forma de governo, na liturgia e na doutrina: “nas coisas essenciais, unidade; nas secundárias, liberdade; em todas, caridade” (*Magno Problema*, p. 13).

Não importando as posições teológicas de Epaminondas Melo do Amaral, sem dúvida um dos principais pensadores do protestantismo brasileiro, é necessário que a igreja lhe faça justiça. É imperativo que o faça, e logo.

O colapso da Confederação Evangélica do Brasil pode ter começado com a criação, em 1955, do Departamento de Igreja e Sociedade. Este departamento propunha-se a promover o compromisso da igreja com os problemas sociais e políticos emergentes no Brasil. Com participação significativa de leigos, foi realizada, em São Paulo, uma primeira reunião para tratar da “participação dos evangélicos na política, do desafio do comunismo à igreja, do proletariado industrial e dos trabalhadores rurais”. Uma segunda reunião foi realizada em 1956 a fim de trabalhar o tema “A Igreja e as Rápidas Transformações Sociais no Brasil”. A terceira, em 1960, tratou do tema “Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade”. Todas estas consultas foram idealizadas e realizadas sob o clima de intenso fervor pela reorganização do país em torno da retomada da nacionalidade e da democracia.

A ação tumultuada do Departamento, combatida por algumas das igrejas arroladas na CEB sob a alegação de que se tratava de um movi-

mento de esquerda política, não o impediu de realizar a Conferência do Nordeste, em 1962. Esta Conferência, cujo tema orientador foi “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”, tinha por objetivo estudar a “conjuntura política, econômica e social do Brasil” e suas relações com o compromisso social das igrejas. Foi o “canto do cisne” do movimento de unificação das igrejas em torno de seu compromisso social no Brasil.

Na IPI do Brasil esse canto final fez-se ouvir no Congresso da Mocidade realizado em Curitiba, em 1965. Os preletores desse Congresso foram Rubem Alves e Armando Gonçalves, ambos prejudicados pela pressão exercida pela igreja, inclusive com a presença de observadores oficiais nomeados pela Mesa Administrativa, hoje Comissão Executiva, para acompanhar os trabalhos. A partir de Curitiba, o entusiástico movimento de mocidade iniciado pela CERAL (Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas), em princípios dos anos 40, praticamente desapareceu com a perda de engajamento e objetividade.

Embora desarticulado, o movimento de “conscientização” política desenvolvido nas igrejas brasileiras, principalmente por jovens líderes e estudantes de teologia, prosseguiu até 1968, quando praticamente se extinguiu pela repressão política e eclesiástica. O balanço desse período mostra a perda, por parte das igrejas, de cabeças promissoras, tanto de líderes leigos como de futuros pastores.

Fazendo a correlação entre essa periodização e o que ocorria no mundo ecumênico, não é difícil perceber a articulação que ela tem com dois momentos da história do ecumenismo: primeiro, o desejo intenso de uma união entre as igrejas cristãs e, segundo, de uma participação das igrejas na construção de um mundo justo e fraterno.

Conflitos e antagonismos no movimento ecumênico

O período histórico que antecedeu a fundação do Conselho Mundial de Igrejas, assim como o que o sucedeu, foi marcado por intensos debates entre o conservadorismo e o liberalismo. A polarização entre o tradicionalismo teológico e as novas maneiras de pensar produziu a grande controvérsia do século representada pela luta entre o fundamentalismo e o chamado “modernismo”.

Se fundamentalismo é um conceito mais ou menos conhecido, o mesmo não acontece com “modernismo”. O que é mesmo modernismo? Tra-

ta-se de um conceito carregado de pré-conceito. Ele só pode ser definido por oposição ao conservadorismo e ao fundamentalismo. Assim, o modernismo seria tudo o que representasse novidade perante a tradição teológica, como a Alta Crítica – entenda-se como aplicação da crítica literária ao estudo da Bíblia –, a questão do Jesus Histórico, o Evangelho Social e o ecumenismo. Diante desse quadro, o clima entre os presbiterianos brasileiros no período da propaganda ecumênica, se não era fundamentalista, era, ao menos, ortodoxo.

Episódio que exemplifica o clima ortodoxo do presbiterianismo brasileiro foi a Questão Doutrinária, que abalou a IPI do Brasil entre 1938 e 1942. Essa crise se deu por causa da visão ortodoxa, de um lado, e da visão liberal, de outro, com respeito aos Símbolos de Westminster.

O clima conservador do protestantismo brasileiro, particularmente o presbiteriano, foi propício e, ao mesmo tempo, indefeso, diante da formidável controvérsia que se instalou no seu interior por causa do movimento ecumênico. A dependência do pensamento teológico externo, principalmente da ala conservadora das igrejas norte-americanas, não lhe permitia criar uma reflexão teológica autônoma e, assim, ser capaz de construir uma crítica independente perante a revolução de idéias que o envolveu. Foi por isso que um organismo fraco em adesões explícitas ou formais, como o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, praticamente sufocou, no presbiterianismo brasileiro, o forte Conselho Mundial de Igrejas.

Se o movimento ecumênico, institucionalizado no CMI, não conseguiu vencer a multiplicidade e a desunião das igrejas protestantes, a reafirmação tácita da Igreja Católica Romana, em documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), de sua exclusividade como verdadeira igreja de Cristo frustrou de vez a utopia da união. Sobre o ecumenismo, o Concílio aprovou dois documentos: a Constituição Dogmática *Lumen*



Miriam Monteiro Puccio fala à Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUSA), traduzida pelo Rev. Benjamin Gutierrez.

Gentium (Luz dos Povos) e o Decreto *Unitatis Redintegratio* (Reintegração da Unidade). Nesses documentos conciliares, o ecumenismo é considerado um caminho de volta das igrejas cristãs ao seio da Igreja Romana. Mais tarde, em 25 de maio de 1995, o Papa João Paulo II, na Carta Encíclica *Ut Unum Sint* (Para Que Sejam Um), reafirma a tese da “centralidade do bispo de Roma”.

Pode-se dizer agora que, com a Declaração *Dominus Iesu* da Congregação Para a Doutrina da Fé, do Vaticano, datada de 6 de agosto de 2000, estará por muito tempo sepultada a utopia da aproximação das igrejas na sua direção.

Reflexos do ecumenismo no Brasil

Os clarões mais fortes do ecumenismo nas igrejas brasileiras aconteceram num clima de ventos mornos prenunciadores de tempestades. E os clarões e as tempestades vieram do Norte. A serenidade do tradicionalismo teológico já fora perturbada pela chegada aos arraiais presbiterianos de teólogos considerados não ortodoxos como Karl Barth, Emil Brunner, Dietrich Bonhoeffer, Harvey Cox, Rudolf Bultmann e Oscar Cullmann. Eram as “novidades” teológicas oriundas do “modernismo”.

Ao mesmo tempo, as notícias da aproximação do CMI por parte das igrejas do mundo socialista, diga-se, como de fato era dito, do mundo comunista, e da presença de observadores católicos na Assembléia de Evanston, acenderam o medo do ateísmo e o receio da reaproximação do catolicismo.

A importância do protestantismo brasileiro para o mundo ecumênico ficou evidenciada pelas visitas que nos fizemos, logo em seguida à fundação do CMI, o pastor reformado francês Marc Boegner, seu primeiro presidente, e o holandês também reformado Dr. W. A. Visser't Hooft, seu primeiro secretário geral. As irênicas defesas do ecumenismo, principalmente por parte do primeiro, não foram capazes de apagar o fogo da controvérsia levantada entre as igrejas brasileiras pelo fundador do Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, o presbiteriano norte-americano Carl McIntire.

Pregando um fundamentalismo radical, McIntire assustou as igrejas, sendo que a maioria fechou-lhe as portas, embora algumas igrejas presbiterianas do Norte do país e a Igreja Presbiteriana Conservadora,

oriunda da divisão da IPI do Brasil em 1942, tenham se mostrado sensíveis à sua mensagem e acabaram por formar a Confederação de Igrejas Fundamentalistas do Brasil. O órgão de comunicação da Confederação era *O Presbiteriano Bíblico*, que tinha como principal dirigente o norte-americano William R. Le Roy.

O que aconteceu foi que, apesar da não adesão explícita ao fundamentalismo, as principais igrejas presbiterianas brasileiras passaram a viver à sua sombra.

O clima sócio-político e religioso do Brasil no período do debate ecumênico

O grande e principal efeito da Segunda Guerra foi o surgimento da super-potência militar e ideológica, que foi a União Soviética. Paradoxalmente, dois dos aliados na Guerra, União Soviética e Estados Unidos, dividindo o mundo em duas partes antagônicas, capitalismo e socialismo, protagonizaram uma guerra ideológica, a Guerra Fria. A influência da ideologia capitalista atingiu em cheio a América Latina, de maneira negativa, isto é, através da propaganda contra o horror ao comunismo, descrito então como o próprio mal em si.

O clima do anti-comunismo dominou todo o período da marcha do ideal ecumênico. Pressupostos do paradigma capitalista, descrições patéticas do comunismo e o ideal de união das igrejas cristãs no mundo caminharam lado a lado no período histórico em questão. É nesse mundo que se inscreve a história das igrejas brasileiras no universo das idéias ecumênicas.

O golpe militar de março de 1964 colocou as igrejas no dilema crucial de ou apoiar o “o status quo” com todas as injustiças ou assumir a posição de compromisso com os movimentos em favor de sua transformação. Em suma, ou as igrejas apoiavam o “status quo” ou se inseriam no movimento intelectual, estudantil e popular que reclamava “reformas de base”.

O dilema das igrejas confundiu-se incidentalmente com as propostas da Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, em Nova Délhi, Índia, em 1961, que se definira pelo compromisso das igrejas com as mudanças sociais. As propostas de Nova Délhi ganharam corpo com a Conferência Mundial de Genebra, em 1966. O tema dessa Conferência foi

“Os cristãos e a revolução técnica e social de nosso tempo”.

A Conferência de Genebra provocou impacto muito grande. Logo, as idéias de “reformas de base” sensibilizaram as lideranças jovens das igrejas e provocaram reações das lideranças institucionais sob pretexto de que as novas idéias comprometiam as igrejas com a ideologia comunista. Neste ponto, começaram, principalmente após o golpe de 64, os conflitos entre as lideranças das uniões de mocidade, inclusive seminaristas, em torno da identificação entre ecumenismo e comunismo. Essa estranha identificação se tornou mais forte por causa da adesão ao CMI, em Nova Délhi, das igrejas do Leste Europeu socialista, particularmente a Ortotoxa Russa. Entre 1962, marcado pela Conferência do Nordeste, e 1968, assinalado pela crise nos seminários, inclusive no da IPI do Brasil, houve expurgos de jovens leigos e seminaristas.

Mas, se o compromisso das igrejas do CMI com o ideal de construir um mundo justo e pacífico prôvocou grande turbilhão no protestantismo brasileiro, o velho problema do protestantismo em suas relações com o catolicismo romano fez entrar em erupção um vulcão mais ou menos adormecido. O progresso do protestantismo no período que sucedeu o Congresso do Panamá até o colapso da Confederação Evangélica



Da esq. p/ a dir.: Revs. Gerson Meyer (Igreja Presb. Unida do Brasil) e membros da direção da IPI do Brasil (Revs. Ezequias dos Santos, Abival Pires da Silveira e Rubens Cintra Damião). O Rev. Rubens foi membro do Comitê Executivo e o Rev. Abival foi vice presidente da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (AMIR)

fizera com que a hegemonia católica fosse menos sentida. O jogo de empurra entre católicos e protestantes fora, nessa quadra, mais político do que histórico-teológico e, na maior parte das vezes, a balança pendera para o lado protestante por causa da influência do americanismo, agora uma força mundial durante e após a Guerra.

Por outro lado, o unionismo pan-protestante, assim como o espírito de tolerância para com o catolicismo parece ter prevalecido nesse intermédio.

De fato, a nova visão do protestantismo para o mundo contribuiu para a sua expansão. Esforços foram feitos para unir as igrejas em torno de alguns projetos como a educação teológica e religiosa (Seminário Unido e Escolas Dominicais), assim como a abertura das igrejas locais para os bairros em que estavam situadas, através de recursos como bibliotecas, jogos e brincadeiras de salão, teatros e outras manifestações artísticas, assim como práticas esportivas como o basquete, recém-chegado ao país. Essa visão da igreja para o mundo refletia o aspecto prático do Evangelho Social e parecia indicar uma feição diferente para o protestantismo brasileiro. Sua tendência afigurava-se como uma franquia para a sociedade ao oferecer-lhe o que tinha de novo e melhor, não somente uma religião, mas também cultura e lazer sadio.

Falamos em crescimento das igrejas nesse período. Mas o crescimento não se deu só pela abertura para o mundo. Mais uma vez, na atividade humana, entra a força da dialética. A ala que se considerou perdedora no Congresso do Panamá, isto é, aquela que continuou entendendo que a Igreja Católica se desviara do cristianismo e, por isso, era fundamental seguir atingindo os católicos, passou a desenvolver intensa atividade evangelística que muito contribuiu para o crescimento das igrejas. Foi a época áurea das grandes campanhas de evangelização promovidas por igrejas locais com o concurso de grandes pregadores de avivamento, inclusive alguns estrangeiros. À semelhança do Grande Despertamento do século XIX, esqueceram-se as fronteiras denominacionais e as igrejas cooperavam umas com as outras nas chamadas “séries de conferências” que, em geral, iam de quarta-feira a domingo.

Parece, contudo, que a crítica às bases teológicas do Evangelho Social repercutiu em suas expressões práticas e foi desviando as igrejas da “abertura para o mundo” que haviam iniciado. A progressiva influência da moral evangélica exclusivista colaborou para isso, partindo da velha tese de que os salvos não se devem misturar com o mundo a fim de não

se contaminarem. As igrejas retomaram sua função centrípeta e voltaram de novo as costas para o mundo à sua volta. O denominacionalismo progressivo arrefeceu também o esforço evangelístico em comum das “séries de conferências”.

Se a ala liberal do Congresso do Panamá representou uma abertura para a união do protestantismo e certo grau de tolerância ao catolicismo, a ala conservadora contribuiu para trazer à tona e acirrar mesmo as velhas resistências. As tendências liberais do protestantismo brasileiro parecem ter sido eliminadas definitivamente com a ruína da Confederação Evangélica, passando a predominar, daí por diante, os traços do conservadorismo “evangelical”.

No período do debate sobre o ecumenismo, o temor da aproximação do CMI em relação à Igreja Católica foi um dos mais candentes. Para muitos protestantes eminentes, a posição que a Igreja Católica assumiu perante o ecumenismo objetivava esfriar o fervor proselitista dos evangélicos.

Em resumo, esse era o clima sócio-político e religioso no Brasil em que os agudos debates sobre o ecumenismo se desenvolveram. Mas, antes de concluir-se esta parte, ressalte-se um detalhe curioso: tanto a ala liberal como a conservadora do Congresso do Panamá eram representadas, cada uma delas, por um um presbiteriano e um presbiteriano independente, e isso treze anos apenas após a separação de 1903. A ala liberal por Erasmo Braga, presbiteriano, e Epaminondas Melo do Amaral, presbiteriano independente; a ala conservadora por Álvaro Reis, presbiteriano, e Eduardo Carlos Pereira, presbiteriano independente.

A teologia do ecumenismo

O estudo do clima das idéias teológicas do século XIX ao mesmo tempo que nos ajuda a compreender melhor o ecumenismo no seu todo, auxilia-nos no entendimento dos seus reflexos no Brasil e o nível dos debates teológicos que antecederam e sucederam decisões importantes.

Em primeiro lugar, surpreende a todos o volume e a riqueza da teologia protestante no século XX em comparação com a produção teológica dos séculos anteriores. O século XX é o século de Brunner, Gogarten, Cullmann, Bultmann, Moltmann, Bonhoeffer e Karl Barth. É necessário inserir neste conjunto Adolf von Harnack (1851-1930) e Ernst Troeltsch (1865-1923) que influíram nas bases do liberalismo teológico

presente no século XX. Foi com este liberalismo que a neo-ortodoxia barthiana dialogou em reação.

Até aqui falamos de teólogos protestantes. Mas há forte contrapartida teológica católica com Ives Congar, Hans Küng, M.D. Chenu, J. Daniélou, Hans Hurs Balthasar, E. Schillebeckx e outros. Nenhum deles foi infenso ao debate ecumênico. Fato curioso também foi o irenismo e respeito mútuo que mantiveram essas grandes cabeças teológicas do século XX.

Temos de procurar no emaranhado das correntes teológicas do século XX os canais principais pelos quais correu o pensamento catalisador do movimento. Em primeiro lugar, não há como passar de largo pelo pesado influxo da teologia liberal protestante representada por Harnack e Troeltsch.

Segundo o historiador da teologia Rosino Gibellini (1998), a teologia do século XX teve seu início com o curso que Harnack deu na Universidade de Berlim, entre 1899 e 1900, sobre “A essência do cristianismo”. É sabido que as grandes especulações filosóficas, ci-



Revs. Abival e Assir visitam Igreja Presbiteriana na Bolívia

entíficas e teológicas levantaram as perguntas: “O que é o cristianismo? É uma religião? É simplesmente um sistema ético? O que é igreja? É ela necessária?”

No seu curso, publicado em 1900 com o mesmo título, Harnack defende a tese que a essência do cristianismo só pode ser captada na história. O que ele queria dizer é que, de fato, não podemos saber o que é o cristianismo em si mesmo porque só é possível vê-lo nos seus momentos vividos na história humana, nas expressões sociais e culturais da humanidade. Harnack já trabalhava com o ponto de partida da Escola da História das Religiões, conhecida pela defesa do relativismo histórico entre as religiões.

Por sua vez, Troeltsch, num ensaio publicado em 1903, perguntava: “o que é a essência do cristianismo?” Para Troeltsch, que não nega que a essência do cristianismo só se percebe na história, o cristianismo, como toda religião, emerge nos eventos humanos tanto na cultura do espírito como algo concreto e caracterizado como elemento normativo. O cristianismo, como toda religião, portanto, não é um fenômeno que se esgota em si mas, com seu caráter normativo, influi e condiciona as ações humanas. Desse modo, a diferença entre Harnack e Troeltsch está em que este avança o pensamento daquele na direção da concretude histórica do cristianismo.

Agora, há um ponto fundamental no pensamento liberal. O método de buscar a normatividade através da história não implica a noção de absolutidade do cristianismo, isto é, apesar de se reconhecer a fundamental influência do cristianismo na construção espiritual e material do Ocidente, ele não se encontra só e exclusivo nessa função. Há outros elementos a serem considerados, mesmo outras religiões que, em outros lugares, desempenharam o mesmo papel.

Troeltsch avança a ponto de superar o conceito de “absolutidade” em favor do conceito de “maior validade”. Partindo daí, as normas cristãs, embora não únicas e absolutas, aparecem com caráter de maior validade, isto é, de maior efetividade na orientação dos atos humanos e, por conseguinte, da história, do que outros fatores, sejam não-cristãos ou produtos de outras religiões. O que distingue o cristianismo no mundo é a sua normatividade mais válida.

O método histórico-crítico dos liberais, que pretendia desaguar numa teologia científica e, ao mesmo tempo, num cristianismo prático e dinâmico, despertou a reação do teólogo reformado Karl Barth, que acusou a teologia científica protestante de se ter esquecido do fundamento da própria teologia, que é “a palavra da revelação de Deus”.

Ao excesso antropológico da teologia liberal, Karl Barth opõe forte ênfase no Deus abscondito, absolutamente outro, como força que move o mundo. Alinhando conceitos opostos, como Deus e ser humano, eternidade e tempo, revelação e história, Barth inaugura a teologia dialética, invertendo o vetor da teologia liberal que propunha caminhos de ida do ser humano para Deus como o da experiência religiosa, da história ou da metafísica. Não há caminho do ser humano para Deus, mas só de Deus para o ser humano porque a história humana é uma história do

pecado e da morte. O ser humano está sempre em crise, sob o juízo de Deus e, por isso, está debaixo do “não” de Deus. Mas o “não” de Deus é superado pelo “sim” em Jesus Cristo. Por causa da alternância entre o “não” e o “sim” de Deus, a teologia de Barth foi chamada dialética.

A teologia dialética está exposta na célebre obra de Karl Barth *Epístola aos Romanos*, publicada em 1922. Porém, a obra considerada como a summa teológica do século XX, inclusive por teólogos católicos, foi a *Dogmática da Igreja*, em vários volumes, escrita por Barth entre 1932 e 1967.

Na *Dogmática da Igreja*, Barth evolui da Teologia Dialética para a Teologia da Palavra de Deus numa volta à tradição da Reforma. Por isso, a teologia de Barth veio a ser chamada de neo-ortodoxia.

Em suma, o que é mesmo a Palavra de Deus em Barth? Para ele a Palavra de Deus se expressa na Palavra “pregada” pela igreja, na Palavra “escrita” do testemunho bíblico e na Palavra da “revelação” de Deus em Jesus Cristo. Como se vê, a revelação de Deus “progride” num retrocesso histórico da igreja para Jesus Cristo e não mais recai na ação do ser humano na história, mas na ação de Deus que, negando o que o ser humano faz, ao mesmo tempo justifica-o com o “sim” em Jesus Cristo. Portanto, em Barth temos a revalorização da igreja, conseqüentemente da Eclesiologia, e da obra de Cristo, ou da Cristologia.

Cabe aqui a pergunta do porquê da recusa generalizada de Barth por parte das alas conservadoras do presbiterianismo brasileiro enquanto esse teólogo reformado representa um retorno aos fundamentos da Reforma?



Rev. Antonio Gouvêa Mendonça,
diretor do Seminário Teológico
de São Paulo na década de 70

Para responder, podemos suscitar uma hipótese. A teologia de Barth, ao definir a iniciativa de Deus na reconstrução de um mundo destroçado pela guerra, servia para a Europa como também para as periferias, como a América Latina, que sentiram seus efeitos e os gravames das transformações sociais e tecnológicas. Todavia, não era conveniente para os Estados Unidos que, saindo fortalecido da guerra, tinha em mãos o poder econômico-político para dar as diretrizes para os países dependentes. Não era conveniente

uma teologia transformadora, como a de Richard Shaull, que seguia a mesma trilha. Por isso, os canais de informações e as organizações para-eclesiais fundamentalistas desempenharam o papel bloqueador das novas tendências teológicas. O Deus revelado de modo perfeito em Cristo e agindo no mundo continuou sendo o Cristo docético ausente e que retornará no fim da história.

Agora, o que representam a Teologia Dialética, a Teologia da Palavra de Deus e as tradições liberais na formação da teologia do ecumenismo?

Começemos pelo Conselho Mundial de Igrejas. Todas as igrejas arroladas no CMI confessaram e confessam o “Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador”, confissão básica e fundante. Estas palavras expressam a convicção de que o Senhor da Igreja é Deus-entre-nós, que continua a reunir seus filhos para construir sua própria igreja. O CMI assumiu desde seu início o postulado cristológico do retorno à Palavra de Deus viva e presente na neo-ortodoxia de Barth.

Por outro lado, a visão preliminar do movimento ecumênico, exposta magistralmente no livro do presbiteriano John A. Mackay (1889-1983) *A Ordem de Deus e a Desordem do homem*, refletia bem a Teologia Dialética por opor “a ordem de Deus” à “desordem dos homens”. Não há, porém, como não reconhecer na evolução histórica do ecumenismo encarnado no CMI, traços muito fortes da antropologia liberal, especificamente na Assembléia de Nova Délhi (1961) e na Conferência de Genebra (1966).

Diante das grandes mudanças sócio-políticas e tecnológicas daquele período histórico, o CMI insistia no compromisso das igrejas na luta por um mundo justo.

Richard Shaull (1919-2002), teólogo presbiteriano norte-americano, acentua a “natureza dinâmica de Deus e o fato de que sua atividade na história está prosseguindo rumo a um alvo” assim como “seu envolvimento nas crises políticas e nos complexos problemas sociais e culturais”. Shaull, embora chame as pessoas ao engajamento nos atos de Deus para a reconstrução de uma sociedade mais justa, parte, como bom reformado, da soberania absoluta de Deus como “criador e governador de todas as esferas da natureza e da sociedade”. Neste ponto, convergem a visão da Teologia Dialética, que conclama o esforço humano para dizer ao menos um “sim” imperfeito ao “sim” perfeito de Deus, e a Teologia da Palavra de Deus no desafio ao compromisso da igreja no

processo de combate à injustiça e o correspondente reconhecimento do senhorio absoluto de Jesus Cristo como Senhor de toda a igreja. Shaull entendia que, em qualquer lugar em que as pessoas, em nome do que quer que fosse, estivessem lutando pela justiça, ali os cristãos deveriam estar também porque Deus age segundo seus planos.

O movimento ecumênico e o CMI propõem uma síntese do pensamento teológico predominante no século XX ao conservar a antropologia da teologia liberal ajustada à cristologia da teologia barthiana, aquela subordinada a esta como pensavam os adeptos da neo-ortodoxia.

O postulado ecumênico do Senhorio Absoluto de Cristo, revelação perfeita de Deus, apresentava-se ao movimento ecumênico como suficiente para atrair todos os cristãos aos seus ideais, inclusive os católicos romanos. Mas o Concílio Vaticano II (1963-1965) não deixou de desiludir o mundo ecumênico ao aprovar alguns documentos que comprometiam todas as suas expectativas.

Teólogos importantes do mundo católico esforçaram-se, após o Concílio, por elaborar teologias propriamente ecumênicas. Entretanto, todo esse empenho foi, se não teoricamente, ao menos praticamente, implodido pela Declaração *Dominus Iesu* (Senhor Jesus).

Conclui-se que, sob o ponto de vista ecumênico-institucional, a aproximação da Igreja Católica Romana do ecumenismo, com mais este abalo, está definitivamente comprometida, ao menos por muito tempo ainda. Resta, entretanto, a possibilidade sempre contínua da vivência ecumênica entre pessoas e grupos não sujeitos à hierarquia romana.

A IPI do Brasil frente ao ecumenismo

O ecumenismo foi o maior movimento histórico no seio do cristianismo após a Reforma Religiosa do Século XVI. Ocupa praticamente as páginas da história de todo o século XX. Contudo, a não consecução completa de seus objetivos, as mudanças históricas havidas nas últimas décadas do século e a volta do denominacionalismo arrefeceram bastante o ecumenismo, tanto espiritual como institucional. Resta hoje, ao espírito ecumênico, o consolo do diálogo inter-religioso.

Os mecanismos inibidores do ecumenismo foram de natureza interna e externa. Internamente, a IPI do Brasil sempre lutou com sua própria história, com seu conservadorismo e sua concepção intimista da experiência religiosa. A história da IPI do Brasil é marcada por dois

dolorosos cismas. O primeiro, é o da sua própria origem, em 1903, e o segundo é a ruptura que sofreu, com grandes perdas, no desfecho da Questão Doutrinária, em 1942. Em 1903, as partes contrárias não foram capazes de superar os antagonismos e interesses divergentes; em 1942, visível inabilidade de síntese teológica por parte de alguns levou a questão ao infeliz desfecho.

A IPI do Brasil tinha razões de sobra para ser conservadora. O seu conservadorismo constitui-se em elemento de auto-identificação em ambiente culturalmente adverso. É de se supor também que o Movimento Evangélico já estendesse sua influência aos meios protestantes brasileiros.

O Movimento Evangélico, de origem européia, e certos aspectos da Teologia de Princeton constituíram-se em bons pontos de partida para o movimento fundamentalista que passou a formar a base do pensamento e das atitudes do protestantismo brasileiro, particularmente do presbiterianismo por causa do seu lastro fortemente confessional

Quando a Teologia de Princeton defrontou-se com o fundamentalismo, certos aspectos de sua abordagem bíblica, como as teses da inspiração plenária e da infalibilidade, vieram a colaborar com aquele movimento.



Rev. Celso Machado, (o 1º em pé, da esq. p/dir.) em Vallenar, Chile, onde foi missionário da IPI do Brasil naquele país por quase 10 anos



Rev. Assir Pereira e Rev. Dr. Duncan Shaw, último moderador da Igreja Presbiteriana da Escócia

Em 1857, quando Charles Hodge (1797-1878), um dos mais importantes teólogos de Princeton, desenvolvia sua tese sobre a inspiração, preparavam-se os primeiros missionários presbiterianos que viriam para o Brasil. O peso da influência princetoniana que receberam, principalmente Ashbel G.

Simonton que chegou ao Brasil em 1859, mostra-se nos programas de ensino teológico dos primeiros anos do presbiterianismo brasileiro. É, portanto, válida a hipótese de que o conservadorismo presbiteriano brasileiro deve bastante à influência dessa escola.

Aqui, as condições fizeram com que dois traços particulares da Teologia de Princeton encontrassem sulcos favoráveis de apropriação: o apego ao texto inerrante da Bíblia e sua interpretação pré-estabelecida e o pré-milenarismo de espera. Acolhidos sem crítica e sem reflexão diante da nova realidade, esses dois traços transformaram-se em instrumentos imobilizadores quanto à inserção na cultura e na participação política e social.

Mais adiante, o ensino teológico foi tomado por manuais portadores da teologia metafísica que, por sua natureza, mal chegava aos púlpitos de maneira compreensível. Ora, tanto o messianismo de espera, típico da fé cristã desinteressada pelas coisas práticas do mundo, como a teologia metafísica, cujos conceitos abstratos e imutáveis pairam no alto e por sobre o cotidiano, formaram no Brasil uma cultura cristã protestante indiferente e avessa às coisas novas e ameaçadoras à fé num reino de Deus a vir com o fim da história. E, por fim, a experiência religiosa intimista, portanto individual, presente de maneira insistente em todo o processo de evangelização e doutrinação religiosa, constituiu-se em obstáculo para uma visão social da fé cristã. Daí, a compreensível recusa do aspecto prático do cristianismo defendido como uma das preocu-

pações do movimento ecumênico.

Os mecanismos inibidores de natureza externa estão relacionados com os anteriores. O movimento ecumênico trazia consigo elementos liberais do cristianismo prático.

Os canais conservadores, principalmente de algumas igrejas e instituições para-eclesiásticas norte-americanas, de maneira particular o fundamentalismo extremado de Carl McIntire encarnado no Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, desencadearam obstinada campanha contra o “modernismo” que, segundo eles, fora incorporado pelo CMI. Ponto alto dessa campanha foi a investida contra a aproximação do CMI em direção à Igreja Católica representada pela presença de seus observadores na Assembléia de Evanston. Ainda, a participação da Igreja Ortodoxa Russa serviu de motivo para McIntire acusar o CMI de aproximar-se do comunismo. De maneira talvez proposital, passou-se a confundir ecumenismo com comunismo. Assim, ao mesmo tempo que reacendeu o velho conflito com a Igreja Católica, o ambiente sócio-político do pós-guerra, com reflexos no Brasil em que se lutava por profundas mudanças, produziu verdadeira fobia anti-comunista.

Esse cenário novo e complicado condicionou o debate e a posição da IPI do Brasil em relação ao ecumenismo. Na realidade, o debate, que deveria ser amplo e profundo, com análises acuradas dos prós e contras, assim como a consequente e consciente tomada de posição, não esteve em nenhum momento à altura daquilo que a situação exigia. A falta de apresto teológico consistente aliado à privação de informações a respeito do que se passava no mundo não permitiram julgamentos justos e tolerantes. Na realidade, com diminutas exceções, as atitudes foram condicionadas pela intermediação de informações filtradas por canais comprometidos com determinada direção dos acontecimentos.

A leitura de *O Estandarte* indica que



Rev. Roberto Vicente Cruz Themudo Lessa (no centro), em igreja chinesa de Cingapura

o debate sobre o ecumenismo limitou-se, de fato, a dois contendores, um deles professor de Dogmática no Seminário e o outro diretor do Instituto Bíblico João Calvino, Arapongas, PR. A fraqueza teológica a que nos referimos não é imputada aos contendores, os Revs. Cyro Machado e Antônio de Godoy Sobrinho, que se revelaram firmes em suas convicções e argumentos, mas ao alcance diminuto do debate que não foi além de dois teólogos num universo amplo de professores de teologia e pastores. Falta de conhecimento, desinteresse, receio de um novo conflito interno? É possível que essas causas se somaram para levar o Supremo Concílio da IPIB a assumir as posições que assumiu entre 1963 e 1967.

No Supremo Concílio (SC) de 1963, entrou em pauta a questão da filiação ao CMI. Foi nomeada uma comissão composta pelos Revs. Azor Etz Rodrigues, Antônio de Godoy Sobrinho, Evaldo Alves, Seth Ferraz e Gérson Moraes com a tarefa de dar parecer. Decidiu-se pela não filiação. No Supremo de 1965, decidiu-se continuar “eqüidistante” dos “movimentos ecumênicos que se verificam no mundo cristão hodierno”. Não obstante, foi nomeada uma Comissão Permanente de Relações Inter-Eclesiásticas composta pelos Revs. Azor Etz Rodrigues, Antônio de Godoy Sobrinho, Laudelino de Abreu Alvarenga, Tércio Moraes Pereira e Paulo Cintra Damião, com o encargo de promover estudos continuados sobre o movimento ecumênico.

Parece que o SC de 1967 definiu de uma vez por todas a posição da IPI do Brasil quanto ao movimento ecumênico e o CMI. Sustentando a decisão de se manter eqüidistante entre o Conselho Mundial de Igrejas e o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, o SC exigiu o cumprimento dessa resolução, proibindo a participação de seus ministros em atos de culto e cerimônias religiosas com a presença de sacerdotes católicos. O SC declarou, também, que, não sendo a IPI do Brasil filiada ao CMI, não podia aceitar sua tendência político-social.

A posição da IPI do Brasil em relação ao CMI não significava sua ausência nas instituições marcadas exclusivamente pelo ecumenismo pan-protestante. Aliás, estas instituições, como a Comissão de Cooperação da América Latina e sua expressão no Brasil, a Comissão Brasileira de Cooperação, a UNELAM (União Evangélica Latino-Americana) e seu sucessor, o CLAI (Conselho Latino-Americano de Igrejas), sempre contaram com a presença da IPI do Brasil.

A posição da IPI do Brasil no movimento ecumênico foi sempre defi-

nida pela resistência a qualquer aproximação do catolicismo romano. Assim, não ingressou no CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil), fundado em 1982, com a participação das Igrejas Católica Romana, Cristã Reformada do Brasil, Episcopal Anglicana, Evangélica de Confissão Luterana e Metodista. Todas estas igrejas, menos a Católica Romana, estão, desde o início, ligadas ao movimento ecumênico.

O CONIC assumiu como base constitucional o princípio de “associação fraterna de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo as Escrituras... respeitadas as diferentes concepções eclesiológicas”, tendo como objetivo “manifestar amplamente a unidade da Igreja de Cristo”. Em resumo, o CONIC ajustou-se à base e aos objetivos do CMI.

Considerações finais

O movimento ecumênico na atualidade caiu praticamente no esquecimento e suas instituições estão adormecidas. Todavia, ao menos entre as igrejas tradicionais, incluindo-se a Católica Romana, o movimento



Representantes da IPI do Brasil e da Igreja Presbiteriana do Brasil da Comissão Paritária de Diálogo entre as duas denominações: Revs. Abival Pires da Silveira, Paulo de Melo Cintra Damião, Guilhermino Cunha, Mathias Quintela de Souza, Wilson Souza Lopes e Roberto Brasileiro

ecumênico contribuiu para criar um clima de diálogo e respeito mútuo.

As igrejas novas, surgidas no cenário religioso dos últimos trinta anos, reintroduziram o velho clima de hostilidade e concorrência. Apesar disso, frustradas as intenções de união, fala-se hoje em diálogo inter-religioso, incluindo-se nele as religiões não cristãs, particularmente as grandes religiões mundiais.



Rev. Leontino Farias dos Santos, presidente da Assembléia Geral da IPI do Brasil, recebe um exemplar da Bíblia das mãos do Rev. Guilhermino Cunha, presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil

Agora, a pergunta final: em razão de sua posição de equidistância em relação ao Conselho Mundial de Igrejas e ao Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, quais foram as conseqüências para a IPI do Brasil? A resposta a esta pergunta poderia ser dada de maneira óbvia: nenhuma; a igreja continuou como dantes.

Apesar disso, podemos sugerir algumas coisas que, ligadas à reação ao ecumenismo, modificaram a trajetória da igreja após o período agudo do debate e da decisão. Uma delas é que a igreja tornou-se mais conservadora do que era, isolou-se em si mesma e abandonou sua in-

serção nas questões sociais. O conservadorismo e a busca do intimismo da experiência religiosa, que sobreveio após o Congresso da Mocidade de 1965, abriram caminho para a pentecostalização, que desembocou em outra cisão nos anos 70, com a perda de pastores e líderes leigos.

Estamos vendo hoje que o processo de pentecostalização continua forte em vários setores da igreja. A causa básica desse cenário talvez seja o receio de desenvolver com clareza e independência estudos teológicos importantes, situação agravada pelo desinteresse por essas questões exatamente pela atitude intimista, de um lado, e pela superficialidade pentecostal, de outro. Há sensível tendência para a indisciplina resultante de certo congregacionalismo desvirtuado, tanto no que se

refere às igrejas locais como aos presbitérios. Uma “espiritualidade” decorrente da negação de um cristianismo prático, uma das vertentes do ecumenismo, faz tábula rasa, paradoxalmente, do próprio conservadorismo, isto é, da disciplina racional da Confissão de Fé e da tradição presbiteriana. Tudo isso somado conduz à perda da identidade.

Paralelamente a essas conseqüências negativas, o movimento ecumênico, embora de modo indireto, não deixou de beneficiar a IPI do Brasil. Os estudos teológicos, por exemplo, foram favorecidos com a ajuda às bibliotecas dos seminários com a possibilidade de aquisição de livros e a tradução de muitas obras importantes promovidas pela ASTE (Associação de Seminários Teológicos Evangélicos) com recursos do Fundo de Educação Teológica. Alguns pastores receberam bolsas de estudo no exterior com recursos dessa mesma fonte. Certa experiência internacional originada de participações em eventos no exterior não deixou de influir no desenvolvimento de alguns setores da igreja, embora a ligação entre esses eventos e a igreja, a ser feita pelos seus representantes, nem sempre tenha sido visível.

Não se pode dizer que a IPI do Brasil seja absolutamente fechada. Lembremo-nos do benefício recebido pela sua participação, desde o início, do Conselho Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, liderado pelo Instituto Metodista de Ensino Superior, hoje Universidade Metodista de São Paulo, o primeiro curso de pós-graduação protestante a ser credenciado pelo Governo. Esse Curso vem contribuindo bastante na formação de professores para seminários e na formação de lideranças intelectuais.

Neste balanço sumário de lucros e perdas, transparecem alguns ganhos indiretos para a IPI do Brasil, que talvez não cheguem a compensar o que perdeu, não necessariamente porque não se filiou ao CMI, mas por ter-se mantido à margem da história do cristianismo do século XX. Os lucros, na maior parte, foram temporários, porém as perdas notam-se até hoje.



O Rev. Mendonça é professor da Universidade Mackenzie

A IPI do Brasil e a ação social e política

Rev. Márcio Pereira de Souza

Não pretendemos encarcerar nestas linhas os cem anos de ação social e política da IPI do Brasil. O que tencionamos é perseguir os “sinais” que apontam para ação social e política da igreja.

Primeiros sinais

O primeiro sinal está na obra “*História da Igreja Presbiteriana do Brasil*”, do Rev. Júlio Andrade Ferreira, ao narrar o início do ministério do Rev. Eduardo Carlos Pereira e sua esposa, em Campanha, MG: “*Seis anos passaram em Campanha, tendo granjeado, por fim, pela paciência, senão a amizade, ao menos o respeito da cidade. D. Luizinha dava lições de piano e seu esposo muitas vezes defendia no juri. Mas todo o seu tempo era aplicado em acudir os pobres e doentes com um velho Chervoniz, a ponto de recolherem em uma das dependências da casa um pobre morfético, o Natanael*”.

O futuro líder presbiteriano independente nutria profundo carinho pelos empobrecidos.

De Eduardo Carlos Pereira registramos mais um compromisso social e político. Ele publicou, em 1886, o livreto “*A Religião Cristã e Suas Relações com a Escravidão*”, onde defendeu abertamente a abolição da escravatura.

Portanto, muito antes da organização da IPI do Brasil, já se manifestavam alguns sinais da vocação de uma igreja séria e comprometida com seu tempo.

Os sinais se intensificam

Na segunda década de sua história, a IPI do Brasil teve um avanço extraordinário no campo da ação social, capitaneado por um pastor

interiorano, de mentalidade arejada, que adquiriu uma propriedade em Campinas, SP, para organizar nela o primeiro orfanato da igreja, abrindo inicialmente cerca de 20 crianças, no ano de 1922.

Sua preocupação não se resumia ao amparo a crianças e velhos, mas também aos deficientes mentais. Fruto desta preocupação surgiu, em 1930, a Associação Evangélica Beneficente (AEB), instituição à frente qual permaneceu durante muitos anos.

O pastor era o Rev. Othoniel Mota, nascido em 1878, em Porto Feliz, SP. Enquanto viveu, preocupou-se em servir e, após sua morte, em 1951, seu nome passou a ser justamente associado com toda e qualquer obra social no arraial evangélico.

O Dr. Lauro Monteiro da Cruz, continuador de sua obra, nasceu, em 1904, e cresceu na cidade de Santos, litoral paulista. Veio para a capital a fim de estudar, onde cursou, com brilhantismo, a Faculdade de Medicina. De intensa vida acadêmica, destacou-se em tudo que participou. Foi professor da Escola Paulista de Medicina, organizada no ano de 1934. Atuou não somente na área médica, mas foi vereador na cidade de São Paulo e deputado federal por cinco legislaturas, período em que se dedicou à assistência social, educação e cultura, acompanhando e orientando diversos projetos filantrópicos. Faleceu em 1989.

Destaca-se ainda a figura de Carlos René Egg, curitibano, nascido em 1912. Líder incontestável, teve lugar destacado na galeria dos grandes alicerçadores do movimento independente. Em 1940, assumiu a secretaria executiva da Mocidade Presbiteriana Independente do Brasil e, em 1943, sua liderança estendeu-se sobre varonis, senhoras, mocidade e juvenis, com a criação da Comissão de Educação Religiosa e Atividades Leigas (CERAL), da IPI do Brasil. Assumiu a direção do Orfanato Bethel, em Sorocaba, SP, em 1947. Esta missão foi desempenhada por cerca de 12 anos. Atuou ainda junto aos in-



Presb. Carlos René Egg, fazendo palestra sobre diaconia no ano de 1976

dios na Missão Caiuá, de 1951 a 1972, quando conheceu mais de perto a realidade das comunidades indígenas. Na vida política, foi suplente de deputado por São Paulo entre 1959 e 1962, e deputado estadual de 1963-1967. Deixando a Assembléia Legislativa, presidiu o Serviço Social de São Paulo, que, mais tarde e com melhor estrutura, veio a se chamar Secretaria da Promoção Social. Carlos René Egg ficou à frente deste órgão até 1971. Retornou a Curitiba em 1971 e, em 1979, transferiu-se para Sorocaba, onde dedicou-se exclusivamente ao Lar Betel. Faleceu em 1982, ainda envolvido com o Lar Betel e a Missão Caiuá.

O ministério diaconal existe nas igrejas presbiterianas brasileiras desde 1866, porém, estava restrito às pessoas do sexo masculino.

Fato relevante foi a ordenação da primeira diaconisa presbiteriana independente, Albina Pires de Camargo, ocorrida na 1ª IPI de São Paulo no ano de 1934, época de grande efervescência do movimento leigo na IPI do Brasil.

A repercussão deste ato ainda está por ser estudada em nosso meio, todavia não se pode ignorar a importância desse conjunto de ações para a vida da igreja e da vida da nação. No âmbito nacional, o Governo Provisório da República Brasileira decretara eleições gerais para maio de 1933, concedendo também o direito de voto às mulheres, em consonância com o movimento de laicização da administração pública, pregada sobretudo pela Liga Pró Estado Leigo, que teve grande penetração

no meio evangélico.

Alguns questionamentos da época eram os seguintes: “*Dar o direito de voto à mulher, é fazê-la meter-se na política. Estará a nossa educação social habilitada a uma tal evolução?*”; “*Por ocasião das eleições, se o marido quiser votar num candidato, e a mulher noutro, a filha preferir um e o pai estiver comprometido com outro, o genro votar em fulano e a*



Internos de Bethel-Lar da Igreja, de frente ao pavilhão principal da instituição em Sorocaba, SP, década de 70

sogra fizer questão de sicrano, o que acontecerá?”.

Em artigo publicado em O Estandarte de 1932, o Dr. Nicolau Soares do Couto Esher, autor dos questionamentos acima, vice-presidente da Liga Pró Estado Leigo, num artigo intitulado “*O papel da mulher na política*”, emitiu o seu parecer: “*No nosso modo de ver, não só convém como é necessário; e até, diremos, é obrigatório. No momento atual, em que o clericalismo procura dominar o paiz, ameaçando a Pátria com a religião oficial, toda mulher crente, e mesmo toda e qualquer que tem o espírito liberal deve alistar-se. Serão milhares de votos a mais, a favor dos candidatos liberais, milhares de votos, em luta pela liberdade de consciência. Nesses casos não haverá discórdia nos lares. Mulheres e maridos, pais e filhas sogras e genros, todos votarão sem discrepância nos candidatos que se apresentarem como defensores da liberdade de culto e de consciência. Elas terão obrigação de fazer propaganda, aliciando eleitores liberais para concentrarem seus votos em tais candidatos, evangélicos, si houver, em primeiro lugar; e si não houver, em candidatos liberais que se compromettam formalmente e publicamente a defenderem a liberdade de pensamento. É a salvação da Pátria, em perigo. Os padres já estão agindo. Eles tem o confessionario para dominarem a mulher. Nós não temos. Trabalhamos ás claras. Não temos o confessionario, mas temos o espírito consciente da mulher evangelica e liberal, instruida e energica, para defender, com seus votos, os nossos ideais, de liberdade de crenças, que são os verdadeiros ideais republicanos”.*

Esse texto mostra como alguns objetivos estavam sendo alcançados com a liberação do voto feminino. Deste contexto para questões mais particulares, como a participação da mulher na liderança da igreja, é fácil supor que tais anseios também eram agasalhados no seio de nossa igreja. Não se tratava ainda de uma emancipação, mas de uma concessão; quantitativamente a mulher interessava às ideologias dominantes em todas as esferas da sociedade.



Presb. Dr. Carlos Fernandes Franco, secretário nacional de Diaconia da IPI do Brasil, na década de 80

A entrada de idéias ligadas ao Evangelho Social na seara independente suscitou muitas controvérsias e ânimos exaltados, ressuscitando uma velha polêmica a respeito da existência ou não de compatibilidade entre o social e o espiritual.

Com referência ao movimento leigo, há que se destacar a atuação da juventude na primeira década de sua organização.

Nos primeiros anos da Confederação da Mocidade, conduzida com brilhantismo por Eduardo Pereira de Magalhães, seu primeiro secretário executivo, O Estandarte publicou em todas as suas edições a página “A Mocidade e a Igreja”, nas quais soava o tom da caminhada da juventude. Na edição de 1/6/34, por exemplo, o subtítulo é “a mocidade cristã e o nosso cenário político” e ali afirma-se: “*o nosso movimento pretende ser integral, e orientar a mocidade em todas as direções. Assim sendo, um dos pontos a tocar é o espírito nacionalista, o sentimento patriótico, quer na esfera doutrinária, quer na administrativa*”. O texto apresenta como “acontecimentos significativos” a participação da juventude católica no Movimento Integralista Brasileiro (movimento de inspiração fascista, fundado em 1932 por Plínio Salgado, unindo católicos e conservadores contra o liberalismo e o capitalismo internacional), e lança a pergunta: “*qual será a resposta da nossa mocidade a esse repto, a esse tremendo desafio?*”. O artigo prossegue indicando a missão para a juventude evangélica: “*Somos contra a formação de um partido evangélico por poderosas e importantes razões, mas de modo algum somos favoráveis ao retraimento político de muitos evangélicos. Não queremos que a mocidade crente forme um partido semelhante ao Movimento Integralista. Ahamos que seria desvantajoso em todos os sentidos para nós*”.

O articulista define então a linha de ação da mocidade: “*1º- Interessar-se vivamente pelos acontecimentos políticos e sociais, acompanhando-os e conversando sobre eles. 2º- Estudar os fatos, analisando-os e verificando sua significação para nós evangélicos. 3º- Preparar com todo o cuidado e estudo, um programa saturado do ensino de Cristo, um ideal sublime e definido, jurar absoluta fidelidade a êle, propagá-lo e, se for preciso, morrer por ele. 4º- Promover caravanas, congressos comícios e fazer larga propaganda destes ideais e programas. 5º- Dar seu voto bem pensado e interessar a todos na administração e política de nossa Pátria. 6º- Prestar atenção para que na doutrina e na prática a nossa atividade não saia das normas lançadas por Cristo.*”.

No corpo deste artigo aparece a informação de que a diretoria da Mocidade estava trabalhando pela criação de uma “*secção especial de ação social*”.

Na edição de 1/11/1938, o Rev. Severino Alves de Lima escreveu um artigo intitulado “O Brasil para Cristo”, frase esta que seria depois adotada como lema do umpismo nacional. Deste texto, destacamos: *“Se Jesus Cristo reinasse nos corações dos brasileiros, outra seria a condição moral e espiritual desta gloriosa Pátria digna de melhor sorte, pela sua grandeza territorial; pela fertilidade admirável de seu solo; pela riqueza de seu sub-solo; pela vastidão esmeraldina de seus campos e das suas matas; pela inaudita beleza do seu céu; pela reconhecida hospitalidade da sua gente e pela inigualável inteligência de seus filhos! (...) Uma Pátria assim seria melhor e mais próspera; seria verdadeiramente livre e feliz como as nações que são alicerçadas em Cristo e nos seus evangelhos”*.



Rev. Adiel Tito de Figueiredo, pastor, líder e escritor, um dos grandes inspiradores do movimento diaconal na IPI do Brasil

Sinais institucionalizados

A IPI do Brasil, passados os “anos de chumbo”, voltou a se preocupar mais formalmente com a questão social. Naquela época, silenciosamente, muitos irmãos e irmãs dedicavam-se ao serviço aos pobres, esmeravam-se no “servir as mesas”, preocupavam-se com os necessitados, promoviam coleta e distribuição de alimentos, entre outras atividades afins. Nas comunidades locais, as Mesas Diaconais desempenhavam suas funções de caráter assistencial, limitado e, muitas vezes, proselitista. Foi, então, que despontou o trabalho do Rev. Adiel Tito de Figueiredo, pastor da 1ª IPI de São Luís do Maranhão. No seu livro “*Diaconia ou Promoção Humana*”, ele conta o seguinte: “*No início dos anos 70, um presbítero da 1ª IPI de São Luiz do Maranhão, Israel Nunes, chamou a atenção do Conselho para o fato de que a obra social estava sendo realizada erradamente, pois não era feita por quem de direito, segundo a Bíblia. À Mesa Diaconal, por direito divino e constitucional, caberia realizar toda a obra social da igreja. Fiquei impressionado com o assun-*

to e comecei a estudá-lo, sobretudo do ponto de vista bíblico. A Mesa Diaconal resolveu assumir todas as obrigações do SEAS (Serviço Evangélico de Assistência Social, sociedade criada em 1952, em São Luiz-MA). O assunto foi me empolgando. Fiz uma carta circular à maioria dos pastores e presidentes de mesas diaconais da IPI do Brasil. Visitei dezenas de igrejas, falando a respeito do assunto, discutindo, ouvindo



Portão principal de Bethel-Lar da Igreja, em Sorocaba, SP

perguntas e respondendo. Meu ideal, naquele tempo, era o de que fossem criadas federações presbiteriais de diáconos e diaconisas e uma confederação nacional abrangente. O primeiro presbitério a instituir tal federação foi o do Norte, em 1974, ao qual eu estava filiado. Outros o acompanharam, tais como: o de Assis, o do Nordeste, o de Osasco, o de Santa Catarina e o do Vale do Paraná. Tudo isso me animou a apresentar ao Supremo Concílio, reunido em Osasco, SP, de 15 a 18 de fevereiro de 1978, a seguinte proposta: 'Considerando que: o regime presbiteriano é federativo por natureza e excelên-

cia; está se formando entre os diáconos de nossa igreja uma nova mentalidade, já se iniciando entre eles o costume de realizar encontros, os quais têm sido verdadeiros mini-congressos; há uma crescente conscientização a respeito do trabalho assistencial dos diáconos; as mesas diaconais, reunidas em federações, poderiam realizar, a favor da igreja, trabalho de maior envergadura; por meio de uma confederação nacional de mesas diaconais, a igreja poderia marcar presença e atuação nas calamidades públicas; as mesas diaconais reunidas em confederação poderiam ser mais bem orientadas a respeito do seu trabalho; um dos presbitérios, o Presbitério do Norte, já criou uma federação de mesas diaconais em sua área:

propomos: a) que o Supremo Concílio crie a Confederação Nacional

de Mesas Diaconais; b) que o Supremo Concílio nomeie uma comissão para estruturar e elaborar estatutos da tal Confederação; c) que a Mesa Administrativa do Supremo Concílio fique com a atribuição de implantar a referida Confederação.

Proponentes: Adiel Tito de Figueiredo, Laudelino de Abreu Alvarenga, Francisco José Cruz de Moraes, Leontino Farias dos Santos, Rui Anacleto, José Xavier de Freitas, Jonan Cruz e Joaquim Ferreira Bueno”.

O Rev. Adiel Tito de Figueiredo foi quem deu os passos iniciais para o reconhecimento e oficialização do movimento diaconal pela IPI do Brasil. É claro que ele não cumpriu sozinho tal tarefa. Muitos irmãos e irmãs poderiam ser listados como parceiros desta empreitada.

A sonhada Confederação demorou mais alguns anos para vir à luz. Em 1981, no Supremo Concílio reunido na IPI de Casa Verde, em São Paulo, foi organizada a Comissão de Diaconia, composta pelo Rev. Adiel, seu relator, e demais membros: Rev. Elizeu Rodrigues Cremm, Rev. Glicério Elias de Lellis, Diac. Daltro Izídio dos Santos e Prof^a Dra. Marília Teixeira da Cruz.

Esta comissão reuniu-se pela primeira vez em 7 de fevereiro de 1981. A Igreja Nacional acabara de fazer uma reforma em sua constituição, e o artigo 89, que tratava especificamente da função dos diáconos, foi analisado pela Comissão de Diaconia. Eis o texto: “*Os diáconos são os*



Participantes do 3º Congresso Nacional de Diáconos e Diaconisas, realizado na 1ª IPI de Osasco, SP, em julho de 1985

oficiais encarregados de atividades temporais da Igreja, competindo-lhes, especialmente: 1. O exercício da beneficência; 2. A visitação aos necessitados; 3. A manutenção da reverência e ordem na Casa de Deus e suas dependências.”.

Os Congressos de Diaconia

As decisões desta Comissão foram no sentido de oficializar um congresso, realizado na 1ª IPI de São Paulo, de 15 a 18 de novembro de 1979, reconhecendo-o como o I Congresso Nacional de Mesas Diaconais, e dar os passos para a realização de um segundo congresso com a participação de todas as Mesas Diaconais da IPI do Brasil. Com isso, a história dos Congressos de Diaconia é a seguinte:

a) I Congresso Nacional de Mesas Diaconais: de 15 a 18/11/1979, em São Paulo, SP, sob o tema: “Trocando idéias e experiências”

Foi o congresso oficializado pela Comissão de Diaconia, em 1981. A 1ª IPI de São Paulo, em seu pioneirismo diaconal, realizou este encontro de caráter interno. Ali esteve presente parcela muito significativa do pessoal envolvido na ação social da igreja, inclusive no trabalho diaconal da 1ª IPI de São Paulo através da Fundação Francisca Franco (o nome de Francisca Teixeira Franco não pode deixar de constar nos anais da diaconia nacional, bem como de seu filho, Carlos Fernandes Franco) e da Fundação Mary Harriet Speers (que tem intenso trabalho de financiamento à educação, inclusive a educação teológica).

b) II Congresso Nacional de Mesas Diaconais: de 30/10 a 2/11/1982, em São José do Rio Preto, SP, sob o tema: “Experiências diaconais de outras denominações evangélicas”.

A intenção deste congresso foi ouvir a experiência de outras igrejas evangélicas.

O pastor Nicholas Willem van Eycke, da Igreja Evangélica Missionária Pentecostal e diretor do Centro Assistencial em Sabinópolis, MG, apresentou as experiências concretas do dia-a-dia do atendimento a crianças, ébrios e mães solteiras. Esteve acompanhado de sua esposa, missionária Irene Van Eyck.

Gisela Beulke, diaconisa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, apresentou um histórico da diaconia nesta igreja, bem como os projetos lá existentes.

Também falou uma representante da Aliança Bíblica Universitária,

Marlene Suursoo, sobre suas experiências com crianças de rua em São Paulo, capital.

Em 2/10/1983, a Comissão de Diaconia aprovou o Ante Projeto do Código de Ação Social da IPI do Brasil, a ser submetido à aprovação pelo Supremo Concílio. Deste código, destacamos o artigo segundo: “ *A igreja reconhece estar inserida em um mundo sofrendor de violências, injustiças, corrupções, fome, abandonos e enfermidades, no qual ela também é vítima, mas para com o qual tem responsabilidade social de testemunho e sacrifício (martíria)*”.

Motivos de saúde levaram o Rev. Adiel a se afastar da Comissão de Diaconia. Na relatoria assumiu o Presb. Carlos Fernandes Franco, indicado pelo Supremo Concílio realizado em Londrina, 1984.

c) III Congresso Nacional de Diáconos e Diaconisas: de 18 a 21/7/1985, em Osasco, SP, sob o tema: “Construindo juntos” (realizado paralelamente ao Congresso de Presbíteros).

A ênfase do congresso foi a necessidade de uma diaconia “global”, ou seja, que envolvesse a igreja toda. Daí a necessidade de se discutir em conjunto com outros segmentos.

O Rev. Valdomiro Pires de Oliveira coordenou este evento, recheado de oficinas e orientações práticas, como a de “Técnicas Práticas para a Elaboração de Projetos Sociais”, apresentada pelo Rev. Carlos Queiroz, da Igreja de Cristo no Brasil e Visão Mundial.

O Congresso contou também com a presença do ilustre pastor



4º Congresso de Diaconia da IPI do Brasil, em outubro de 1987 na cidade de Lençóis Paulista, SP

presbiteriano Rev. João Dias de Araújo, ministrando sobre as bases bíblicas e teológicas da ação social.

d) IV Congresso Nacional de Diaconia: de 9 a 12/11/1987, em Lençóis Paulista, SP.

A Comissão de Diaconia da IPI do Brasil recebeu nova denominação. Passou a chamar-se Secretaria de Nacional de Ação Social e Diaconia.

Não houve um tema específico, mas a idéia de que “o serviço é para todos” foi a tônica deste congresso.

O IV Congresso também marcou o envolvimento formal de nossa igreja com a campanha Criança Esperança.

A essa altura, já havia uma grande conscientização da igreja com relação à urgência de uma ação social mais comprometida. Sob a liderança do Rev. Valdomiro Pires de Oliveira a igreja avançou muito nesta área.

Um dos slogans utilizados, “Em cada igreja um projeto social”, foi uma das marcas deste novo momento. Muitas igrejas lançaram-se a esse desafio.

Porém, no seu conjunto, a obra estava prejudicada. Havia um grande equívoco. Não bastava às igrejas organizarem seus próprios projetos sociais sem antes passarem por um processo de amadurecimento de todas as questões inerentes a ele, tais como: auto-sustentação, adequação de clientela, espaços físicos compatíveis com a nova atividade, etc. A agenda oficial da igreja estampava vitoriosamente uma relação de

mais de 300 projetos sociais em todo o arraial presbiteriano independente. Contudo, o fato era que igrejas deficitárias, que mal mantinham saneadas suas finanças, embrenhavam-se numa aventura desastrosa.

Uma crise administrativa acompanhou este momento, decor-



Encontro de diáconos e diaconisas no acampamento da 1ª IPI de Londrina, em 1996

rentê do despreparo de Mesas Diaconais e Conselhos para a co-gestão de tais projetos. Em muitos casos, a questão da ação social de uma igreja local passou a ser tratada em três instâncias diferentes: associações beneficentes, Mesa Diaconal e Conselho da igreja.

O levantamento ainda está por ser feito, mas deixamos a pergunta: quantos projetos sobreviveram?

e) V Congresso Nacional de Diaconia: de 9 a 12/7/1992, em São Paulo, SP, sob o tema: “Igreja apaixonada a serviço da vida”.

Com um cuidado especial na parte litúrgica, este congresso popularizou a canção “Barnabé”, composição de Guilherme Kerr Neto e Jorge Rehder, como o hino da diaconia presbiteriana independente. Solidariedade e ecologia também foram temas tratados, bem como as sempre oportunas “técnicas” de como organizar um projeto social.

f) VI Congresso Nacional de Diaconia: de 5 a 7/4/1996, em Londrina, PR, sob o tema: “Por uma igreja cidadã”

A partir de 1995, inaugurou-se uma nova experiência na gestão da ação social da igreja.

O Rev. Luiz Alberto de Mendonça Sabanay foi indicado pelo Supremo Concílio como secretário de diaconia. O novo secretário demonstrou muita habilidade no trato com os departamentos internos da igreja, e, apoiando-se numa base de sustentação democrática, em pouco tempo a Secretaria de Diaconia passou a ocupar papel importante dentro da estrutura da IPI do Brasil.

Este momento foi marcado pela participação intensa dos diáconos e diaconisas na condução do processo de construção de uma política diaconal para a IPI do Brasil.

Outro detalhe que é de suprema importância é o avanço alcançado no tocante à composição da sua diretoria. Embora a Secretaria de Diaconia continuasse a ser indicada pela Comissão Executiva da IPI do Brasil, esta diretoria entendeu que necessitava indicar uma Comissão Executiva Nacional, que tivesse por objetivo “definir as ações e diretrizes da Secretaria Nacional de Diaconia no biênio 97/98.

A Executiva Nacional foi composta por Adiloar Franco Zemuner (Londrina, PR), Sônia Leme da Rocha (Bauru, SP), João Ferreira Cunha (Salvador, BA), Dora Correa Machado (Dourados, MT) e Francisca Cezarina da Silva (Fortaleza, CE), todos diáconos e diaconisas que participavam daquele congresso, indicados e com ampla representação em

suas regiões.

O mesmo grupo convidou uma equipe de assessoria, composta pelos Rev. Eliabe Gouveia de Deus, José Antônio Gonçalves, Márcio Pereira de Souza, Nenrod Douglas de Oliveira Santos, Romeu Olmar Klich e pela missionária Virgínia Clare Gartrell, da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, que há muito contribuía com o Lar Betel. A forma que essa diretoria encontrou para desempenhar seu papel foi através de um Programa de Formação Diaconal, utilizando-se para isso de oficinas regionalizadas, encontros e cursos específicos.

Do Congresso realizado em Londrina saiu um documento que, entre outras ações, confirmou a nova estrutura proposta para o funcionamento do movimento diaconal no âmbito da igreja nacional, bem como indicou as diretrizes desta ação.

Tais diretrizes são: a) garantir orientação básica para uma ação diaconal séria e engajada; b) pleitear o direito de voz e voto para diáconos e diaconisas em todos os concílios da igreja; c) obter autonomia na execução de seus projetos; d) orientar as Mesas a se organizar, criando ONG's; e) promover formação diaconal e treinamento contínuo; g) realizar divulgação eficiente dos diversos projetos; h) propor a exclusão do art. 74 da Constituição da IPI do Brasil (trata sobre a instrução para a contribuição liberal e graciosa); i) organizar encontros regionais; j) produzir um manual de diaconia.

Na seção final foi aprovada uma moção pedindo a ordenação de mulheres ao presbiterato docente e regente, nos seguintes termos: *“Nós, diáconos e diaconisas presentes ao VI Congresso Nacional de Diaconia, levamos ao conhecimento do Supremo Concílio da IPI do Brasil, motivados pela necessidade de igualdade entre homens e mulheres da nossa igreja, e para que essa igualdade aconteça de fato e de direito, que se faz necessário que as mulheres sejam ordenadas ao presbiterato e pastorado”*.

Também os pastores presentes apresentaram um documento, recorrendo a importância de tal solicitação e apoiando este pedido.

Em maio de 1997, a Secretaria de Diaconia passou a funcionar em sua nova sede nas dependências do Lar Betel em Sorocaba, SP, ampliando assim o seu raio de atuação.

Ao final de 1997, o relatório de atividades da Diaconia apontava participação nos seguintes eventos: Conferências Nacional e Estadual (SP)

dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conferência Estadual (SP) de Educação; Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana Unida; Comissão Externa da Câmara Federal pela defesa dos brasileiros no Paraguai e Controle do Tráfico de Crianças para Prostituição; Comissão Nacional da Pastoral da Terra; Criação da disciplina de Diaconia no Seminário Presbiteriano de Salvador; Encontro Intereclesial das CEB's; Assembléia Anual e Conselho Fiscal da Comissão Ecumênica de Serviços/CESE; e Encontro Nacional da Juventude, do Conselho Latino Americano de Igrejas-Região Brasil.

Em algumas regiões, as Mesas Diaconais conseguiram se organizar em pequenos fóruns regionais de diaconia, ampliando a idéia de secretarias presbiteriais de diaconia, realizando diversas ações conjuntas.

O Rev. Nenrod Douglas de Oliveira Santo assumiu a assessoria executiva da Diaconia, passando também a residir em Sorocaba em fevereiro de 1998.

Nesse mesmo ano, a Secretaria de Diaconia assumiu um projeto social em Palmas, TO, ficando o Rev. José Antônio Gonçalves como responsável por este trabalho com um ambulatório médico e um posto avançado de missões.

Foi publicado ainda nesse ano, em parceria com a Editora e Livraria Pendão Real, o livro *Diaconia ou Promoção Humana*, do Rev. Adiel Tito de Figueiredo, contendo testemunhos diaconais, a história deste movimento e outros textos afins.

Como órgão responsável pela vocação, formação e capacitação teológica do diaconato, a Secretaria de Diaconia promoveu muitas campanhas no âmbito nacional, sendo que devem ser destacadas: a *2ª Semana Diaconal*, em julho de 1998, com a publicação de uma *Cartilha de Orientação*, elaborada pelo Rev. Márcio Pereira de Souza, e a *1ª Jornada Nacional de Conscientização e Solidariedade aos portadores do vírus do HIV (Aids)*, realizada em dezembro de 1998, quando o Rev. Marcos Nunes da Silva preparou uma *Cartilha de Orientação*, utilíssima para toda a reflexão da igreja em torno desta problemática.

Ainda em 1998, iniciaram-se as primeiras tratativas no sentido de adequar as ações do Lar Betel e da Secretaria de Diaconia. Do livro de atas da diretoria executiva da Secretaria de Diaconia, destacamos o texto a seguir: *“Esteve presente o Presb. Azor do Prado Ferreira, presidente de Betel-Lar da Igreja, o qual expôs as necessidades e desafios da*

instituição, colocando que o pensamento da Diretoria é que Betel possa vir a ser o braço da Ação Social da Igreja Nacional. Portanto, solicitou o apoio e assessoria da SND para uma proposta de formar um grupo de trabalho, a fim de estudar e encaminhar alternativas a questão do Betel, criando estrutura jurídica para a formação de uma Central Nacional de Projetos Sociais. Após discussão, conclui-se que a SND é um apêndice da instituição (IPIB), o que só poderá acontecer com a formação de um braço institucional para desenvolvimento da Ação Social. Se o Supremo Concílio entender que a SND é o braço gestor da Ação Social, estamos nos colocando à disposição e em condições de gestar no campo social e político uma proposta sobre o assunto” (Ata nº 3-14,15/3/98).

g) VII Congresso Nacional de Diaconia: de 24 a 27/11/1998, em Salvador, BA, sob o tema: “Resgatando uma Espiritualidade Inte-



7º Congresso de Diaconia, Salvador, BA, 1998

gral”.

Surgiu aí a discussão sobre a espiritualidade, baseada num trinômio: solidariedade, justiça, cidadania.. O avanço nas discussões sobre participação política e cidadania ensejou, em muitas frentes, uma certa desconfiança sobre o papel do diácono. Foi preciso um trabalho intenso de conscientização para que o grupo pudesse entender que não há dicotomia entre o serviço “espiritual” e o serviço diaconal.

Retirados do *Caderno Motivador*, material para uso dos congressis-

tas, encontramos os objetivos específicos do mesmo: *“1. Aprofundar o conceito bíblico e teológico do diaconato na perspectiva reformada associado com a realidade social do nosso país; 2. Estudar os temas: Solidariedade, Justiça e Cidadania, resgatando uma espiritualidade integral; 3. Refletir sobre a missão e espiritualidade da igreja como testemunho integral da fé; 4. Identificar as demandas sociais prioritárias para uma ação efetiva e conjugada do diaconato através dos projetos sociais; 5. Buscar elementos para uma ação efetiva da igreja na realidade para minimizar as causas da exclusão social como testemunho da glória de Deus e a dignidade humana; 6. Avaliar, deliberar e propor sobre o futuro da vocação diaconal como ação institucionalizada na IPI do Brasil.”*

Nos dias 29 de abril a 2 de maio de 1999, em São Paulo, SP, foi realizado um seminário de planejamento para o quadriênio 1999-2002. Nesse encontro, os 28 participantes foram desafiados a preparar um texto que resumisse os objetivos da diaconia, a saber: *“manifestar a glória de Deus em atos de amor a Ele e ao próximo, através da adoração, do serviço, da vida comunitária e da proclamação das boas novas do Reino, em obediência a Cristo, na unção do Espírito e na unidade visível da igreja”*. E ainda: *“Promover e testemunhar uma esperança viva por meio de relações justas entre os seres humanos e a criação de Deus, a partir das periferias de nossas cidades, do nosso país e do mundo”*.

Outro tema que surgiu nessas discussões foi o trinômio *“solidariedade, justiça e cidadania”*.

O grupo entendeu então que *“todas estas propostas devem ser executadas, sem perder de vista o conceito de uma espiritualidade integral”*.

h) VIII Congresso Nacional de Diaconia: de 14 a 17/11/2001, em Sumaré, SP, sob o tema *“Revendo a Espiritualidade e Ação Diaconal da Igreja”*.

Foi o maior congresso, contando com a inscrição de mais de 300 diaconos e diaconisas de todo o Brasil.

Sob a direção do Rev. Eliabe Gouveia de Deus, secretário de diaconia, o congresso teve como preletores e motivadores os Revs. Carlos Queiros, Marcos Inhauser, Valdinei Aparecido Ferreira e Leontino Farias dos Santos, além do Prof. Dr. José Adriano Filho. Uma ênfase muito grande foi dada à necessidade de uma liturgia dinâmica e contextualizada, sendo que, em todos os momentos devocionais, havia uma proposta litúrgica,



Participantes do 8º Congresso de Diaconia, realizado em Sumaré, SP, no ano de 2001

um tema específico e gestos apropriados. O Rev. Ismael Gomes Júnior foi encarregado de selecionar as canções, encomendando-se a ele o cuidado em mesclar canções que representassem todos os estilos musicais presentes na vida da igreja hoje.

Primou-se pela qualidade teológica dos textos e pela utilização de cada canção em seu momento apropriado.

Os textos das palestras, as canções, as liturgias e devocionais foram impressas num *Caderno Motivador* para uso dos congressistas.

O congresso procurou discutir o tema da espiritualidade sob a ótica diaconal. Viu-se que a igreja, que vem sofrendo grande influência do movimento *gospel*, precisa rever seus conceitos sobre o sentido da verdadeira espiritualidade, que deve ir além de gestos repetitivos, como levantar as mãos, dizer frases de efeitos no momento do louvor, etc. Foi dito mais de uma vez que “as mãos que se erguem para louvar devem ser as mesmas que se abaixam para levantar aquele que está caído”.

A presença massiva de diáconos e diaconisas foi muito importante. A plenária deste congresso elegeu a sua diretoria, isto é, os diáconos(isas) que passariam a compor a diretoria já existente. Foram indicados(as): Maria Inês Barbosa (Londrina, PR), Dora Machado Correia Neto (Dourados, MS), Maria do Socorro Silva (Manaus, AM), Samuel Oliveira Cerqueira (São Paulo, SP) e Samuel Teixeira Lima (Fortaleza, CE).

Para onde caminha a diaconia?

Em 1999, teve início a gestão administrativa do grupo liderado pelo Rev. Leontino Farias dos Santos.

Para a relatoria da Secretaria Nacional de Ação Social e Diaconia foi indicado o Rev. Márcio Pereira de Souza, acompanhado dos seguintes membros: Diaconisas Dora Correa Machado (Dourados, MT), Francisca Cezarina da Silva (Fortaleza, CE), Maria Inês Barbosa Marques (Londrina, PR), Neide Pereira Barros (São Paulo, SP) e Sônia Leme da Rocha (Bauru, SP) e Revs. Eliabe Gouveia de Deus (Salvador, BA), Gessé Moraes de Araújo (Sorocaba, SP), e José Antônio Gonçalves (Palmas, TO). O Rev. Nenrod Douglas Oliveira Santos continuou na função de secretário executivo.

Alegando dificuldades pessoais, o relator indicado não assumiu, permanecendo entretanto na diretoria, e foi substituído pelo Rev. Eliabe Gouveia de Deus.

Cumpriu a esta diretoria colocar em funcionamento o planejamento estratégico para os anos de 1999 a 2002, surgido do Congresso de Londrina em 1996.

O documento “*Seminário de Planejamento 1999-2002*” lista as principais ações: a) Formação e Capacitação de Agentes Diaconais; b) Mobilização e articulação com as igrejas; c) Divulgação e Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; d) Solidariedade e Poimênica (instruções e procedimentos para a prática da solidariedade e visitação aos necessitados).

Boa parte destas tarefas foi cumprida, o que projetou a Secretaria Nacional de Ação Social e Diaconia no cenário denominacional e intereclesialístico. Fruto deste reconhecimento é o subsídio financeiro e técnico recebido pela Secretaria para diversos de seus projetos. Entre os parceiros podemos citar: Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), Diaconia do Nordeste, Visão Mundial, Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUSA) e Missão e Diaconato Mundial de Igrejas Reformadas da Holanda.

Além dos cursos e oficinas de formação, algumas campanhas foram realizadas com um alcance muito grande, como é o caso do Programa Emergencial do Combate a Fome no Nordeste, das Campanhas de Solidariedade e Combate a Aids, e as Semanas Diaconais.

Como resultado desta nova fase institucional, devemos apontar a

criação da Associação Betel, como produto das reflexões diaconais em torno da melhoria dos serviços da IPI do Brasil.

Foi num encontro realizado entre 10 e 11/11/1999, em São Paulo, que a coordenação da Secretaria Nacional de Diaconia começou a discutir sua relação com Betel.

A essa altura, claro estava para todos que o papel da Secretaria de Diaconia seria o de inspirar, treinar, fomentar a vocação diaconal da igreja, sendo que Betel seria o braço institucional desta vocação.

Em encontro posterior com a diretoria de Betel ficou estabelecido que seria encaminhado um documento à Secretaria Executiva da IPI do Brasil, propondo: a) manter a Secretaria de Diaconia e Associação Betel; b) desmembrar o documento apresentado como proposta, fazendo distinção da missão de cada organismo; c) manual de operacionalização da Associação Betel apresentado pelo Rev. José Antônio Gonçalves; d) aprovação do desmembramento das Casas Lares de Betel; e) o recebimento por doação de terreno em Cesário Lange, SP, com 25.000 m², destinado à construção de um Centro de Reabilitação Humana.

Atualmente, pode-se dizer que existe um conflito de papéis entre a Associação Betel e a Secretaria de Diaconia, que precisa ser solucionado.

Além disso, devemos insistir num despertamento mais precoce de vocações diaconais. É urgente que se formem diáconos e diaconisas entre os mais jovens, e que essa juventude venha a se juntar com a nossa quase centenária experiência diaconal.

Há ainda um último sonho e bandeira de luta.

O sonho não está muito longe de se realizar: o de que o movimento diaconal seja conduzido essencialmente por diáconos e diaconisas.

A bandeira é algo por ser ainda decidido: a Assembléia de Betel deve ser o Congresso Nacional de Diaconia, pois são os diáconos e as diaconisas que mais entendem de projetos sociais, e não a Assembléia Geral da Igreja, como hoje está estabelecido.

São do Rev. Adiel Tito de Figueiredo as palavras finais: *“Minha vida tem acalentado sonhos. Sonhos que não são miragens, que não se vão com o vento nem passam com as nuvens. Sonhos que se efetivam e se transformam em realidade”*.



A IPI do Brasil nos “anos de chumbo” (1964-1985)

Rev. Dr. Leonildo Silveira Campos

A descrição e interpretação do discurso e do comportamento institucional da IPI do Brasil entre os anos 60 e 80 é o objetivo deste texto. Consideramos como “ditadura militar” ou “anos de chumbo” aquele período que se iniciou no final de março de 1964, quando os militares assumiram o controle do Estado brasileiro, terminando somente 21 anos mais tarde, em 1985.

No decorrer desse estudo, torna-se fácil perceber que muitos eventos no interior das igrejas evangélicas encontram o seu paralelo na história política e cultural do País. Por exemplo, o primeiro mandato do Rev. Abival foi um período de “abertura” na IPI, coincidindo com a mobilização ocorrida na sociedade civil, que pressionou os militares a darem fim ao regime autoritário. Já por sua vez, as administrações anteriores, do Rev. Daily Resende França (1965-1971) e do Rev. José Coelho Ferraz (1972-1982), podem ser encaradas como períodos de “fechamento” da igreja dentro das fronteiras ideológicas, em que houve a implantação de uma administração centralizada e da presença de autoritarismo nas relações entre concílios, igrejas locais, pastores e leigos, embora no decorrer do mandato deles não se possa afirmar que tenha havido uma espécie de “ditadura eclesiástica”. A principal fonte para a reconstituição da interação social e da ação das pessoas que governaram a IPI do Brasil naqueles tempos foi a coleção de *O Estandarte*, embora tenhamos baseado, também, em nossas próprias memórias, as quais procuramos confrontar com as de outras pessoas.

Os “anos de chumbo” (1964-1985) se caracterizaram pela tentativa de reorganização política, econômica e jurídica do Brasil, seguindo à risca os critérios definidos pela chamada *Doutrina de Segurança Nacional*. Foi dentro desses marcos ideológicos que ocorreram processos eco-

nômicos como: a abertura da economia para as grandes empresas multinacionais, o aumento de investimentos financeiros vindos do exterior à título de empréstimo e a modernização do parque industrial brasileiro. Tudo isso provocou, não há dúvidas, o crescimento do Brasil, mas acabou atolando a sua economia numa dívida externa, que saltou dos 2,5 bilhões de dólares, em 1964, para mais de 120 bilhões, no final do período militar. Na área jurídica criaram-se muitas novas leis que se baseavam no pressuposto de que o Estado seria a fonte dos direitos humanos, inclusive do direito de tirar a vida ou de banir do território brasileiro aqueles cidadãos que “atentassem à segurança” do Estado. Essa doutrina da *Segurança Nacional* inspirou diretamente atos institucionais, que deram origem a arbitrariedades como: cassações de mandatos, fechamento de casas legislativas, afastamento de juízes e prisões sem controle do judicial. O Ato Institucional nº5 foi um deles, um típico ato ditatorial. O ideal de “democracia representativa” foi duramente golpeado naquela período.

A implantação dessa ideologia da segurança nacional contou com o apoio das instituições religiosas, que eram consideradas parceiras do Estado na manutenção da segurança e da ordem pública. Como doutrina e estratégia, ela foi elaborada por setores hegemônicos dos Estados Unidos, transmitidas a uma geração de militares latino-americanos, que tomaram o poder em seus respectivos países, sempre agitando a bandeira do combate ao comunismo e à corrupção. Essa ideologia era repassada aos empresários, líderes civis e religiosos, por meio de cursos dados na Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), dos quais vários pastores da IPI e de outras denominações participaram ativamente.

1. A IPI do Brasil e as tensões no período anterior aos “anos de chumbo”

O período que antecedeu os “anos de chumbo” foi marcado por manifestações nacionalistas, as quais recebiam estímulos ou tolerância de um modelo de Estado populista e clientelista, implementado no Brasil e na América Latina desde os anos 30. Contudo, em 1964, esse tipo de Estado vivia a sua crise final, em parte por causa da ofensiva econômica desencadeada pelas multinacionais, pela demanda norte-americana

por segurança no continente, assim como também pelas relações de clientelismo e de corrupção que se engendravam em seu processo de dominação.

O golpe militar de 1964 foi antecedido por uma intensa luta ideológica, que sacudiu as instituições seculares e religiosas brasileiras, entre 1960 e 1964. Essa polarização atingiu tanto as camadas médias como o proletariado urbano e rural do País, afetando em particular as camadas mais jovens, que ansiavam por mudanças concretas na sociedade brasileira. Essa tensão, também forte nas igrejas evangélicas, instituiu conflitos internos e formas de mobilização, levando os fiéis das várias denominações religiosas a uma tomada de decisão, quase sempre contra o comunismo e só esporadicamente à favor das chamadas “reformas de base”.

Nesse período, o catolicismo brasileiro, tradicionalmente anticomunista, também se mobilizou, preparando caminho para a intervenção militar. Eventos de massa ocorreram entre os católicos, no final de 1963 e início de 1964, entre eles as famosas “marchas da família com Deus pela liberdade” ou a “cruzada do rosário pela liberdade”, manifestações de massas estimuladas por governadores de direita como Ademar de Barros, em São Paulo, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na Guanabara. Enquanto isso, os evangélicos realizaram um “dia nacional de oração e jejum”, convocado sob a liderança do pastor Enéas Tognini, um batista pentecostal, para o dia 15/11/63. O



Edifício da Faculdade de Teologia da IPI do Brasil, localizado no Jd. Bonfiglioli, SP, na década de 60.

objetivo explícito desse jejum era “pedir a proteção de Deus”, evitando-se assim a “instauração de um regime comunista no Brasil”. A essa altura, muitos templos evangélicos, inclusive da IPI do Brasil, já desempenhavam um importante papel na distribuição de alimentos doados pela *Aliança para o Progresso* no Brasil, uma campanha norte-americana destinada a desarmar a insatisfação popular nos países pobres com a fome, miséria e política externa norte-americana.

Essas tensões ideológicas se avolumaram após a realização da *Conferência do Nordeste*, realizada em julho de 1962, sobre o tema “*Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro*”. Dela participaram alguns intelectuais não-evangélicos como: Celso Furtado, Gilberto Freire, Paulo Singer, Juarez R.B. Lopes, que falaram ao lado de outros conhecidos nomes do mundo evangélico, a maioria deles famosos por suas posturas “liberais” como os Revs. João Dias de Araújo, Joaquim Beato, Almir dos Santos, Edmundo Sherril e outros. Mas havia também, naquela Conferência, conservadores, como por exemplo, o presbiteriano independente Rev. Sebastião Gomes Moreira, cujo tema da palestra “Cristo – a única solução para os problemas do Brasil”, gerou intensos debates, dada a presença de participantes que faziam uma leitura da realidade brasileira calcada em modelos ideológicos filo-marxistas. Para estes últimos, a mensagem do ilustre pastor da IPI do Brasil seria mais um exemplo de como a religião teria se tornado o “ópio do povo”. Essa Conferência no Recife, na realidade, foi a *IV Reunião de Estudos* convocada pelo “Setor de Responsabilidade Social da Igreja”, da Confederação Evangélica do Brasil.

Como parte desse processo de “conscientização” na IPI do Brasil circulava entre pastores e seminaristas, graças à importação e distribuição de livros, a partir de alunos do Seminário de São Paulo, textos do padre Lebrez; do “teólogo da revolução”, Richard Shaull; de pensadores do Conselho Mundial de Igrejas (CMD), tais como Egbert de Vries e Paul Albrech, assim como textos de teólogos considerados pelos fundamentalistas como “pouco-ortodoxos”, tais como Barth, Brunner, Tillich, Bultmann, Dodd e outros.

Nesse período, a história das lutas e tendências ideológicas, teológicas e administrativas na IPI seguiam de perto o que ocorria na IPB. No interior das duas denominações presbiterianas no Brasil, as tensões entre capitalismo e comunismo se davam através do embate teológico

entre “fundamentalistas” e “liberais”, “modernistas” e “conservadores”, embora muitos deles não soubessem distinguir bem entre uma coisa e outra. Aos chamados “liberais”, os “protestantes da reta doutrina”, no dizer de Rubem Alves, atribuíam, além da “inclinação para o comunismo”, a tendência teológica “modernista” e “ecumênica”.

Contudo, naqueles anos anteriores a 1964, já começavam a ser percebidos fenômenos que seriam considerados grandes problemas denominacionais no Brasil até o final do século XX: a questão da *perda de autoridade dos concílios*; a erosão da *identidade denominacional*; a *diminuição da lealdade das pessoas à tradição histórica de suas respectivas igrejas*; o *crescimento e a hegemonia dos grupos pentecostais*, resultando tudo isso numa recomposição do campo religioso desfavorável para o protestantismo tradicional, dentro do qual a IPI sempre se inseriu.

Algumas das mudanças teológicas começaram com a presença do missionário norte-americano Richard Shaull. No Brasil e no Seminário Presbiteriano de Campinas, desde o início dos anos 50 até o começo dos anos 60, depois no Mackenzie e no apoio a organizações cristãs estudantis, irradiava uma enorme influência sobre jovens pastores e líderes de juventude, tanto na IPB como também na IPI. Porém, no lado conservador surgiam novas formas de mobilizar a juventude, que ganharam corpo em São Paulo com a instalação da organização norte-americana de origem batista, mas “interdenominacional” em suas metas de ação, *Palavra da Vida*, que montou em Atibaia, por volta de 1955, um centro nacional dedicado ao acolhimento de jovens em seu acampamento. Os missionários dessa entidade para-eclesiástica realizavam cruzadas de evangelização, com muita música e pregações, em igrejas de todo o País. Posteriormente, seguindo o exemplo da Palavra da Vida, alguns outros movimentos nativos também se organizaram com propósitos semelhantes, tais como os *Jovens da Verdade*, *Jovens em Cristo*, e outros mais. A porta de entrada nas igrejas locais era uma nova forma de cantar – os corinhos – e uma maneira mais informal de expressar a religiosidade e de se comportar no espaço litúrgico. No entanto, por detrás desse aparente liberalismo havia uma reafirmação de uma mensagem fortemente fundamentalista e conservadora quanto aos hábitos, costumes e doutrinas.

Nos encontros de juventude, e em outros congressos daqueles anos de tensão, circulavam muitos pregadores e literatura, que faziam refe-

rência ao combate ao comunismo e ao romanismo como formas necessárias de evangelização. Com relação ao comunismo, o fervor e preocupação se aguçaram após a revolução comunista em Cuba (janeiro de 1959). Parte dessa literatura, oriunda dos EUA, referia-se à prática “desumana” dos comunistas chineses, que teriam realizado atos de “lavagem cerebral” na Guerra da Coreia, e aos paredões de fuzilamento do regime castrista, em Cuba. A mobilização dos evangélicos brasileiros contra o comunismo foi uma meta muito importante na agenda de entidades norte-americanas nesse período. Porém, o anticomunismo dos protestantes brasileiros, já muito forte desde que apareceram em cena no Brasil nos anos 30 os movimentos políticos e sindicais desencadeados pelo Partido Comunista do Brasil (fundado em 1922) ou pelos anarco-sindicalistas, veio à tona com muito vigor e energia nos anos 60, inclusive na Conferência do Nordeste, com panfletos e folhetos anticomunistas, que foram encaminhados para serem distribuídos aos congressistas.

Mesmo assim, uma liderança jovem da IPI do Brasil, integrada por Xel Santana Graça, Roberto Vicente Themudo Lessa, Moisés Campos de Aguiar Neto, Ferdinando Caldeira, Josué Pacheco de Lima e outros, insistia, por meio da Confederação da Mocidade Presbiteriana Independente (Umpismo), em desvincular o comunismo da necessária preocupação social, política e ecumênica. Entre eles estavam crentes idealistas e conservadores, como Hélio Teixeira Calado, que participou e divulgou, em 1962-1963, os resultados da Conferência do Nordeste no interior de São Paulo, fazendo palestras e mostrando inclusive o material que circulou naquele evento. Também circulavam alguns documentos publicados pela Confederação do Umpismo naquele período (*Documentos de Botucatu*, 1964, por exemplo), os quais insistiam na ação profética, social e política da igreja para os novos tempos que se julgavam “revolucionários”.

Nesse contexto começaram os preparativos para o Congresso Nacional do Umpismo, marcado para julho de 1964, mas que acabou sendo adiado para o ano seguinte por causa do golpe militar. A liderança da IPI desconfiava de alguns dos oradores convidados, entre outros, de um jovem ministro da IPB, ainda quase desconhecido, Rubem Alves. Apesar dos receios e oposições, esse Congresso acabou sendo realizado em 1965, na cidade de Curitiba, PR, para onde a Mesa Administrativa do Supremo Concílio da IPI enviou três de seus líderes para acompanhar,

como observadores, todo o desenrolar daquele evento.

Nos anos seguintes, por influência do movimento estudantil, que no mundo todo se agitava contra o autoritarismo e também contra a Guerra do Vietnã, no Brasil, os jovens evangélicos, que eram universitários, também protestavam, e muitos deles, especialmente seminaristas de São Paulo, participavam de passeatas estudantis. Todavia, a represália

dos conservadores veio rapidamente e grande parte dessa geração foi sendo alijada de seus postos no interior das denominações. Muitos desses jovens ou abandonaram as igrejas ou entraram para movimentos que, no final dos anos 60 e início dos 70, se tornariam conhecidos como “movimentos revolucionários subversivos”.

Na Confederação Evangélica do Brasil, a partir de 1964, o grupo conservador, impulsionado pela nova liderança na IPB, expurgou, a mando dos militares, a liderança jovem, cujo papel desde a Conferência do Nordeste ti-



Revs. Leonildo Silveira Campos e Leontino Farias dos Santos, professores do Seminário de São Paulo desde a década de 70.

nha sido decisiva. Nessa época foram demitidos, entre outros, Jovelino Pereira Ramos e Waldo César. Cabe ressaltar que o registro histórico do que aconteceu na IPB e na Confederação Evangélica do Brasil (CEB), naquele período, é importante para se entender o que ocorreu na IPI, dada a filiação da IPI à CEB e à sua ligação histórica com a IPB. A importância de tais ligações se deve ao fato de que elas se deram no mesmo tempo, isto é, a repressão desencadeada na IPB e os ensaios repressivos estimulados por Daily Resende França, um ex-candidato ao ministério da IPB que passou para a IPI, acabando por assumir a presidência do Supremo Concílio, em 1965. A repressão na IPB mereceu um relato histórico de João Dias Araújo (*Inquisição sem Fogueiras*) e uma tese de livre docência na área de ciências humanas, de Rubem Alves (*Protestantismo e Repressão*), na Universidade de Campinas, assim como diversas

dissertações de mestrado no Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Metodista de São Paulo.

2. A IPI do Brasil e os primeiros “anos de chumbo” (1964 a 1969)

Como os evangélicos receberam o golpe militar de 1964? De uma maneira geral, as denominações evangélicas em suas bases se comportaram como o restante da classe média brasileira, que se sentia amealhada com o risco de uma “república sindicalista” ou de um “regime vermelho”. Temia-se que o avanço da classe trabalhadora na direção de um possível controle do Estado significasse a chegada do comunismo e o fim da liberdade de pregação do evangelho. Por isso, as elites eclesásticas se manifestaram rapidamente a favor do golpe militar, enviando telegramas de congratulações aos militares, e, para se adequarem aos novos tempos, desencadearam processos internos de caça às bruxas ou simplesmente passaram a escrever em seus jornais mais sobre assuntos de caráter pastoral e espiritual do que sobre temas ligados ao contexto social e político. A reação dos membros das várias denominações protestantes brasileiras pode ser dividida entre “aturdidos”, “indiferentes”, “prudentes” e “entusiastas” do golpe militar. Nas denominações mais alinhadas com o Conselho Mundial de Igreja (metodistas, luteranos e episcopais) houve inicialmente um desconforto, dada a abertura que internamente se dava nessas denominações aos temas políticos. Posteriormente, algumas alas dessas igrejas se curvaram ao regime militar.

A IPI registrou a seguinte reação, esboçada na edição de 15/4/64 de *O Estandarte*, sob o título “O país tem um novo presidente”:

“O país foi atingido por um movimento revolucionário de grandes proporções e que tem implicações muito profundas (...) o antigo presidente da República não estava conduzindo-se com austeridade, mas ameaçava levar o país a rumos perigosos (...) os grupos democráticos da oposição, contando com o apoio das Forças Armadas, provocaram mudanças radicais (...) posteriormente o Alto Comando Revolucionário, assumindo a liderança definitiva da situação, deu a conhecer o Ato Institucional [AI-1]... sendo certo que sua vigência será justificada até que se eliminem as causas que motivaram a revolução, isto é, o comunismo e a corrupção. Temos justos motivos para aplaudir a ação revolucionária, acrescentan-

do que veio em muito boa hora (...) Confieemos em sua ação administrativa e em seus propósitos moralizadores. Sobretudo oremos: Deus guarde o Presidente. Deus salve a pátria.”

No mesmo número de *O Estandarte*, em sua dinâmica coluna *Doutrinas, verdades, opiniões e curiosidades*, o Rev. Sérgio Paulo Freddi inseriu uma nota que seguia as linhas editoriais do jornal: “Caiu o Jango”, principalmente “por causa de sua omissão”, pois segundo o articulista:

“os comunistas aboletavam-se no poder e preparavam-se para, através de um golpe, dominar o país. Governa agora o Marechal Humberto Castelo Branco, e a nossa posição de Evangélicos, que respeitamos as autoridades constituídas, não pode ser; com referência aos perdedores a de ódio e da vindita (...) O comunismo é inimigo do Evangelho, por certo. Mas os cristãos amam os inimigos e pregam a Cristo.”

Porém, poucos dias após o golpe militar de 1964, começaram os reajustes internos em todos os níveis no protestantismo brasileiro, a começar com a Confederação Evangélica do Brasil, cuja diretoria demitiu colaboradores. Nas denominações presbiterianas houve a ascensão de novas lideranças autoritárias. Na IPB, assumiu o Rev. Boanerges Ribeiro e, na IPI, o Rev. Daily Rezende França (1965-1966), demonstrando que estava em andamento uma certa acomodação dos presbiterianos brasileiros ao novo momento político autoritário no País. Após esse endurecimento ocorreu, especialmente com a juventude, um certo desânimo e redução na esperança de que as igrejas oferecessem canais para uma ação política mais transformadora da sociedade brasileira. Essa atitude se expressou no abandono ou na exclusão das igrejas de jovens membros e pastores que contestavam os limites e autoridades denominacionais. A caça às bruxas “modernistas”, “ecumênicas” ou “subversivas” afetaria diretamente a juventude presbiteriana brasileira.

Por exemplo, a Mesa Administrativa, instância então encarregada de administrar a IPI no interregno das reuniões do Supremo Concílio, recebeu, em sua reunião de 29 e 30 de setembro de 1966, um “Memorial” subscrito por 14 pastores e 28 presbíteros contendo denúncias contra um grupo de pastores jovens, exigindo que medidas repressivas fossem tomadas contra eles, imediatamente. Os dizeres do documento apresentado em alguns trechos aqui selecionados falam por si mesmos sobre o clima “revolucionário” que havia contagiado a IPI naquele momento:

“Nós abaixo assinado, Pastores e Presbíteros, tendo em vista a Paz, a

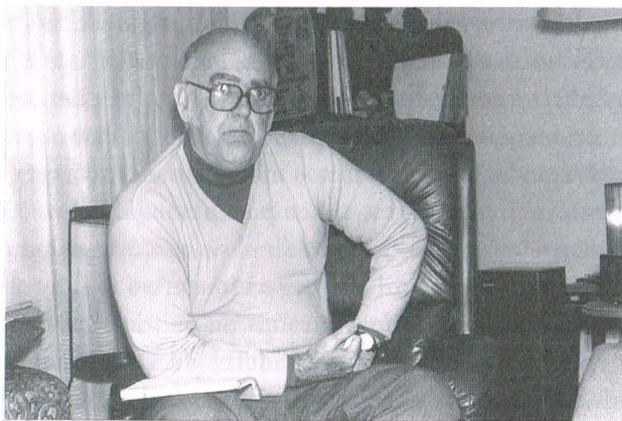
Pureza e a Santidade da IPIB; preocupados e impressionados com alguns fatos que nos têm chegado ao conhecimento, vimos, através deste MEMORIAL, perante essa Egrégia Mesa Administrativa, solicitar (...) medidas e providências urgentes sejam tomadas, evitando assim conseqüências mais desastrosas para a nossa Igreja, e conseqüentemente para o evangelismo nacional (...). 1) Há um grupo de ministros jovens que, adotando uma orientação teológica contrária aos princípios do nosso Presbiterianismo (...) vem tentando, por diversos modos e meios arregimentar-se numa frente unida para mudar os rumos da IPIB. Alguns Pastores, através do Púlpito, em CONGRESSOS e mesmo pelo nosso órgão oficial (...) vêm expendendo idéias absurdas a respeito de PECCADO, da OBRA EXPIATÓRIA DE CRISTO, da INSPIRAÇÃO DA BÍBLIA, etc. (...) 2) A autoridade do Supremo Concílio vem sendo diminuída através de pronunciamentos em jornais e boletins de igrejas locais. Algumas de suas resoluções desrespeitadas e uma delas, a que se refere ao Ecumenismo e a cessão dos nossos púlpitos a padres, cavilosamente interpretada. 3) Há presbitérios, que no uso de sua autonomia (?), vem licenciando e ordenando candidatos sem estarem convictos dos princípios doutrinários que são basilares (...) 4) Pastor da IPI de Curitiba: Sermões ecumênicos, entrega de dinheiro da Igreja para a manutenção do Centro Ecumênico de Curitiba e púlpito a padres, sermões políticos, sermões sobre temas sexuais (anexo boletim com resumo do sermão sobre 'relações pré-matrimoniais'). 5) Licenciado Gabriel Pitta, candidato não aprovado 'devido a dificuldades de doutrina, relativa à maçonaria (...). 6) O jornal 'Palavra', órgão da UMPI de Vila Iara, publica artigos perigosos e comprometedores (...). 7) Há elementos que estão em postos diretivos do trabalho de mocidade, comprometidos doutrinária e ideologicamente que devem ser afastados, para que a nossa juventude possa seguir rumos certos e realizar um trabalho útil na Igreja...".

A Mesa Administrativa nomeou uma Comissão para estudar a questão, que registrou: "A Comissão reconhece a gravidade do assunto, pois os fatos apontados apresentam um grande mal para Igreja e deve a Mesa tomar pronta e decisiva atitude sobre o assunto (...) que cabe aos denunciantes a apresentação das provas do alegado, no prazo de 30 dias". Os denunciantes, no entanto, na reunião de 10 de novembro de 1966, apresentaram um novo documento alegando que não caberia a eles produzirem provas e informavam esperar medidas severas por parte

da Mesa. Foi então que a Mesa Administrativa deliberou que se solicitasse aos presbitérios a abertura de processos eclesiásticos contra os pastores Roberto Vicente Cruz Themudo Lessa, Moisés Campos de Aguiar Neto e Mathias Quintela de Souza, e que providências fossem tomadas em nível de presbitérios com referência a outros casos de pastores, igrejas e lideranças jovens, que desobedecessem o estabelecido quanto ao ecumenismo, ou seja, a participação em cerimônias proibidas pelo Supremo Concílio.

O processo contra os pastores resultou em nada quanto ao Rev. Mathias, na suspensão do Rev. Roberto Lessa (cujo processo foi anulado pelo Sínodo e o Presbitério simplesmente não voltou a considerar o Rev. Lessa como seu integrante, sendo o mesmo arrolado posteriormente pelo Presbitério de São Paulo) e na cassação “branca” (forçada e disfarçada de “renúncia ao ministério”) do Rev. Moisés. Quanto à Confederação do Umpismo, iniciou-se um processo de dispersão que sequer o sucesso do Congresso de Brasília (1968) viria deter, desmobilização essa que nunca mais foi revertida.

Mesmo assim, o alinhamento ideológico da IPI ao regime militar se daria com maior intensidade e de uma forma mais explícita somente após 1968, já no governo Médici, quando alguns pastores e leigos da IPI assumiam com desenvoltura o discurso do governo da revolução. Teve um papel decisivo nessa adesão o Rev. Daily Resende França, cuja mor-



Rev. Jaime Wright, da Igreja Presb. Unida do Brasil. Trabalhou no projeto “Brasil Nunca Mais”, com a arquidiocese de São Paulo da Igreja Católica, no levantamento de um dossiê sobre a tortura e a perseguição desenvolvidas pelo regime militar

te em um trágico acidente automobilístico, rendeu um editorial na obrigatória cadeia radiofônica “*A Hora do Brasil*” nestes termos: “*Sábado, faleceu o Rev. Daily Resende França, pastor em São Paulo. Com ele a gloriosa revolução de março de 1964 perdeu um de seus grandes sustentáculos e amigo...*”. Ficava então pública e notória a proximidade do presidente do Supremo Concílio da IPI do Brasil com o regime militar.

É claro que tal alinhamento, acreditamos nós, não pode ter nascido de uma má-fé desses pastores e leigos. Para eles, muitos funcionários públicos, a participação em um regime de exceção era um mal menor, diante da oportunidade que tinham de “testemunhar os seus princípios de fé” e de colaborar com a “grandeza do País”. Um exemplo desse tipo de conduta, burocraticamente correta, pode ser visto na trajetória de vida do Rev. Sérgio Paulo Freddi (falecido em 1972), pastor e jornalista, pessoa simpática, e, segundo as suas ovelhas e familiares, “um amoroso chefe de família e pastor”, que foi o responsável, nos últimos anos de sua vida, pela agência paulista da Assessoria Especial da Presidência da República (AEPR), um órgão encarregado da propaganda do regime militar em cada Estado da federação. O Rev. Freddi, como milhares de outros pastores brasileiros daquele momento, era uma pessoa pouco preocupada com questões políticas e militares que poderiam brotar de seu trabalho. Na visão deles, condicionada por um mundo burocrático, cada um deveria cooperar pelo bem estar da nação, naquele momento incorporado pelos que detinham o poder militar. Mas bem próximo daqueles pastores e fiéis evangélicos, nos porões da repressão e nas ruas, se davam os embates entre as “forças da lei” e a “subversão”, uma “guerra suja”, na qual não faltaram assassinatos, tortura, assalto a bancos, desaparecimento de presos, que resultou em centenas de mortos e feridos.

A cooptação de quadros dirigentes nos meios conservadores, que fossem leais ao novo regime político, encontrou nos evangélicos muitas pessoas dispostas a aceitar tais cargos. Afinal de contas, era uma oportunidade para exercer uma luta mais concreta contra a subversão comunista, a corrupção e a hegemonia católica na política brasileira. Foi assim que emergiram a figura de governadores de Estados com tradição evangélica: os Gueiros, no nordeste; Jeremias Fontes, no Rio de Janeiro; ou até mesmo Ernesto Geisel, presidente, de origem luterana.

Certamente, duas bandeiras dos militares que sempre fizeram muito sucesso no país também tremularam nesses meios religiosos: o

anticomunismo e a luta contra a corrupção. Entretanto, o fortalecimento do pensamento conservador e o alinhamento ideológico de autoridades da IPI do Brasil ao regime militar provocaram o aprofundamento de alguns conflitos, que já se esboçavam desde o início dos anos 60. Esses conflitos podem ser assim mapeados: distanciamento dos “liberais-ecumênicos” de seus adversários “conservadores-fundamentalistas”; conflito de gerações entre “jovens” e “velhos”; instalação de um clima de delações, estigmatização e acusações entre irmãos.

O clima propiciado pelo golpe militar de 1964 favoreceu o crescimento do fundamentalismo teológico na IPI do Brasil. Naquela época, houve várias interferências de representantes estrangeiros na vida doméstica da IPI, sem se contar a força que tradicionais conservadores sempre tiveram no interior da denominação. Porém, por trás de muitos desses conflitos internos da IPI, pairava a influência dos presbiterianos conservadores norte-americanos, entre eles do grande líder fundamentalista Dr. Carl McIntire (1906-2002), que, desde o fim dos anos 40, fustigava as lideranças continentais do protestantismo histórico, acusando-as de fraqueza diante do comunismo, de corrupção doutrinária e de filo-romanismo.

No Brasil, tais idéias eram divulgadas por jornais como “*O Fundamentalista*” ou “*O Presbiteriano Bíblico*”, que, no final dos anos 60 e metade dos anos 70, eram distribuídos gratuitamente nos templos da IPI. Nesses jornais, dava-se destaque a escritos de pastores presbiterianos independentes, que nem sempre encontravam acolhidas em *O Estandarte*. Embora, como afirmaria o Rev. Sebastião Gomes Moreira, em um culto comemorativo ao aniversário da Igreja, no Teatro Cultura Artística, em São Paulo, no início dos anos 80, a “*IPI nunca foi uma Igreja fundamentalista e sim uma Igreja conservadora*”.

Porém, a análise dessa questão esbarra em vários problemas. O primeiro deles é a dificuldade em se dizer claramente quem podia ser classificado em um ou em outro grupo. Houve casos, por exemplo, de pastores rotulados como “liberais”, como o Rev. Dr. Seth Ferraz, que inclusive assinou o “manifesto liberal” dos anos 30 e, nos anos 60, até o final de sua vida, se tornou um expoente do pensamento fundamentalista. De uma maneira geral, naquele contexto, “liberais” eram os rotulados por causa da crença em pontos de fé diferentes dos tradicionais, os quais diziam se manter leais à teologia formulada em Princeton (Hodge e

Strong), apregoando a fidelidade aos princípios doutrinários da Confissão de Fé de Westminster. Por sua vez, os “liberais” eram vistos como simpáticos às teologias “novas” que chegavam da Europa, tais como as reflexões de Barth, Brunner, Bultmann e outros. Tais teólogos eram rotulados, injustamente, como “perigosamente ecumênicos” e “excessivamente simpáticos” com a Igreja de Roma. Além do mais, os “liberais” estavam, no imaginário fundamentalista, “de mãos dadas” com o comunismo ateu. Portanto, ser liberal era “abandonar” a dedicação à evangelização e à expansão da Igreja. Ganhou notoriedade na IPI, defendendo esse ponto de vista, Rubens Tomás de Aquino, que posteriormente passou para a Igreja Presbiteriana do Brasil. Seus artigos, confessadamente fundamentalistas, eram publicados em *O Estandarte* ou no *Presbiteriano Bíblico*, nos quais a IPI era retratada como um campo de batalha em que os “liberais” e “ecumênicos” levavam vantagem.

As lutas desse período foram vivenciadas por muitos como sendo um conflito de gerações ou de idéias. Na própria IPI houve, no decorrer dos anos 60 e 70, um “desmanche” da Confederação Nacional da Mocidade, seguido por um processo centrifugador, por meio do qual a igreja passou a jogar fora aquela liderança intelectualmente melhor preparada, no interior das classes médias urbanas. Isso era feito de uma forma inquisitorial ou por meio de um desestímulo ao trabalho de reforma da cultura e da estrutura organizacional da denominação.

O conflito entre “jovens” e “velhos” se manifestou antes da realização do VIII Congresso Nacional do Umpismo (1965). No ano de 1963, sob o impacto da Conferência do Nordeste, a juventude da IPI nomeou comissões de preparo para o Congresso Nacional, que deveriam tomar como eixos principais: o estudo, a ação e a alfabetização. Diversos encontros regionais de líderes da mocidade trabalharam nos meses seguintes sobre temas sociais que envolviam a preocupação com o camponês e a reforma agrária e a situação social dos operários de fábricas. Em vários desses encontros, o que é digno de nota, houve até a presença de sacerdotes católicos. O Brasil vivia os primeiros anos após o Concílio Vaticano II.

Entretanto os “anos Daily” (1965-1971), que coincidem com o período aqui analisado, geraram uma certa modernidade na IPI. A própria vitória de sua candidatura, na reunião do Supremo de julho de 1965, se deveu ao lançamento de um “plano trienal”, que foi exaustivamente

detalhado e comentado em *O Estandarte* daquele ano. Fazia parte desse plano, entre outras providências, a centralização da tesouraria da igreja e o lançamento de lições de escola dominical. Fundou-se na esteira dessas preocupações a Livraria Pendão Real. A IPI participou ativamente de eventos inter-denominacionais no Brasil e no exterior, tais como AIPRAL, Celadec, Conselho Mundial de Igrejas, etc.

Houve tentativas da IPI de ocupar espaços na mídia, o que infelizmente não foi adiante por falta de recursos, dado o alto preço cobrado pelas emissoras de rádio e de televisão. Mesmo assim, "*Os varonis em marcha*", um programa da Federação Sinodal dos Varonis (São Paulo) foi levado ao ar em diferentes emissoras de rádio. O mesmo aconteceu com "*A voz do Estandarte*", um programa que tinha o próprio Rev. Daily como pregador, que em 1966 inseriu em seu relatório pastoral ter pregado 80 vezes em programas de rádio. A 1ª IPI de São Paulo, tentou levar ao ar, mas sem continuidade, o seu próprio programa televisivo. Nessa mesma época, o Rev. Rubens Lopes, da Igreja Batista de Vila Mariana, iniciava a transmissão de seu programa "*Um pouco de sol*", na TV Gazeta.

Nesses anos, foi tomando corpo o trabalho leigo dos homens e mulheres, que, por meio de congressos nacionais, passou a substituir o ativismo até então creditado aos jovens. Data de 1967 a organização da Confederação Nacional de Senhoras. O primeiro congresso das senhoras ocorreu entre 10 e 17 de agosto de 1967. Surge na esteira desse trabalho a revista *Alvorada*, ainda hoje editada. Na proclamação dos resultados do Primeiro Congresso, as senhoras também dedicaram um bom espaço à recusa do ecumenismo e do comunismo, ambos vistos como "um perigo à IPI e à Pátria". Porém, após o Congresso de 1972, surgiu o primeiro documento oriundo da Confederação Nacional de Senhoras pedindo a ordenação de mulheres ao presbiterato, cujo fator desencadeante deve ter sido a visita de uma presbítera norte-americana como delegada enviada para participar do Congresso de Senhoras. Em 1967, Carlos René Egg, que desde os anos 40 vinha liderando o trabalho leigo na IPI, após encerrar o seu mandato de deputado, foi nomeado para o cargo de Diretor do Serviço Social do Estado. Poucos anos depois, sai do palco político o deputado federal por cerca de 20 anos, Dr. Lauro Monteiro da Cruz, encerrando um período inicial de participação de leigos da IPI na política partidária.

3. A IPI nos anos Médici e Geisel (1969 a 1979).

Antes de nos referirmos ao comportamento da IPI no decorrer desse período em que estiveram à frente do governo dois generais, seria bom verificarmos o comportamento de outros ramos cristãos diante desse mesmo regime.

Os evangélicos conservadores e fundamentalistas, em 1967, depois de um Congresso em Recife, conclamavam os pastores no Brasil a denunciarem quaisquer de seus membros, que porventura estivessem envolvidos com o que se convencionava chamar de “subversão”. Na Igreja Metodista, um pastor assinava seus artigos com opiniões políticas de direita usando o seu título eclesiástico junto com a patente militar: “*reverendo, major...* fulano de tal”. Um outro pastor denunciou jovens líderes de sua igreja local ao DOPS e um deles morreu em consequência de torturas.

Muitas denominações evangélicas, entre elas congregações locais da Assembléia de Deus, eram abertas para campanhas de políticos da Arena (partido do governo militar), sob a alegação de que os cristãos deveriam votar em candidatos oficiais para manter o desenvolvimento político e econômico do país. O mesmo se pode dizer do alinhamento ideológico dos batistas brasileiros e de boa parte dos luteranos.

Foi uma exceção, no meio protestante, a colaboração do Rev. Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), ao projeto *Brasil: Nunca Mais*, que resultou numa autêntica enciclopédia de denúncias ao regime militar, totalizando 6.891 páginas. Certamente pesou em sua decisão o desaparecimento de seu irmão, Paulo Wright, um antigo presbítero da IPB de Florianópolis, que foi deputado estadual cassado a pedido do regime militar e expulso da igreja. Anos depois, Paulo caiu nas mãos da repressão em São Paulo e desapareceu, constando o seu nome do rol dos desaparecidos cujos cadáveres jamais foram encontrados.

A oposição cristã ao regime militar ficou por conta da Igreja Católica, que, por motivos corporativos, organizacionais e, só depois, pastorais e teológicos, principalmente após a Conferência de Medellín, passou a se opor aos militares, com mais evidência no Brasil e no Chile.

3.1 OS CRISTÃOS E A OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR DE 1969 A 1979.

Os “anos de chumbo” foram marcados, em termos de oposição ao

regime militar no campo religioso, mais pela atuação da Igreja Católica Apostólica Romana do que pelas denominações protestantes. Essa postura contrária ao regime se expressou, somente entre 1968 e 1978, em cerca de 50 documentos enviados a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Porém, em maio de 1964 a posição da Igreja Católica face ao regime militar não era essa, pois, a declaração oficial da CNBB daquela data registrou o seguinte: *“Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo eminente.”* Nesse mesmo documento, a CNBB ressaltava que os bispos estavam dispostos a auxiliar o Estado em todas as atividades possíveis para ajudar na construção do bem comum e que aquele momento era sobretudo de “reconstrução da Pátria”.



D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, da Igreja Católica Romana. Coordenou o dossiê “Brasil Nunca Mais”.

Bastou, contudo, pouco menos de quatro anos para que a Igreja Católica se tornasse opositora ao regime militar. Em 1968, depois de perseguições a líderes leigos, seminaristas e padres, a Igreja Católica passou a assumir, cada vez mais, uma postura de oposição ao regime. Em julho de 1968, um documento analisava a doutrina de segurança nacional exposta pelo regime militar. Em 1973, um grupo de bispos do nordeste elaborou o documento *“Eu ouvi os clamores de meu povo”*, deixando bem claro que *“é, pois, também nosso direito e nosso dever tratar, como pastores, de problemas humanos: por conseguinte, de questões econômicas, políticas e sociais, na medida em que neles o homem está*

em jogo e Deus está comprometido”. Em 1976, veio à luz o documento *“Comunicação pastoral ao povo de Deus”*, no qual foram analisadas e condenadas as perseguições, prisões, tortura e morte de sacerdotes e leigos católicos em diversas regiões do Brasil e, em 1977, *“Exigências cristãs de uma ordem política”*. Em 1981, já no período da abertura e após a lei de anistia e eliminação do AI-5, surgiu o documento *“Refle-*

xões cristãs sobre a conjuntura política” que condenava o modelo político e econômico assumido pelo Estado militar no Brasil.

No campo protestante, somente os luteranos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) assumiram um papel, embora tímido, de oposição a certos aspectos do regime militar. Porém, mesmo naquela denominação, houve em vários momentos apoio ideológico ao governo militar.

3.2 A IPI E O GOVERNO MÉDICI

Os anos Médici se iniciaram após o afastamento do marechal Costa e Silva e o impedimento, declarado pelos militares, do seu vice Pedro Aleixo. Nessa época, os resultados do “golpe dentro do golpe” (AI-5, em 1968) começavam a oferecer ao regime militar os primeiros frutos. Acentuou-se nesse período a contestação armada ao regime militar com o surgimento do terrorismo urbano nas cidades brasileiras e com a guerra de guerrilhas no Tocantins. Porém, ao lado da repressão, esse foi um período, pelo menos nos seus primeiros anos, de um grande apoio popular ao regime. Era o tempo do slogan “*Brasil: ame-o ou deixe-o*” e a entrada de uma enorme quantidade de dólares no País, o que provocou o inadequadamente chamado “milagre brasileiro”. Entretanto, esses foram os anos em que a violência da repressão esmagou a violência da contestação. A propaganda do regime tornava a adesão popular facilmente explicitada diante de um presidente (que não era aos olhos do povo um ditador) de olhos claros, muito simpático, e que gostava de futebol. A IPI refletiu também esse clima de “Brasil grande”, que desfrutava de “paz” sob o controle do “grande paizão”.

Foi nesse período que surgiu uma maior aproximação entre a IPI e os militares brasileiros, e isso pode ser visto em alguns extratos de *O Estandarte* daquele período, os quais reproduzimos a seguir:

“O Coro e o Presidente Médici. A IPI Central de Brasília canta para o Presidente. Em seu repouso nos dias que marcaram os festejos do fim-de-ano, o Presidente Médici recebeu, no Palácio da Alvorada a visita do Coro da Igreja Presbiteriana Independente Central de Brasília (...) o pastor da Igreja fez a entrega ao presidente de um long-play (...) e proferiu uma oração intercessória, em favor da pátria, do Presidente Médici e toda a sua equipe de governo” (O Estandarte, 31/1/71),

Essa mesma visita, em um outro número de *O Estandarte*, foi assim retratada pelo próprio Rev. Sebastião Gomes Moreira, sob o título: “No-

tícias novas e velhas: com sua Excelência o Presidente Médici”:

“O encerramento da campanha [do coral] foi no Palácio do Alvorada, cantando para o Presidente (...) num clima de profunda reverência e sob os aplausos do Presidente e sua exma. Senhora. Findos os cânticos o pastor fez oração, agradecendo o Natal de Jesus, a oportunidade que nos deu de chegarmos à presença do supremo magistrado de nossa Pátria, o clima de liberdade religiosa em que vivemos, a paz e a ordem reinante no País e o governo que temos, e suplicando pela segurança pessoal de S.Excia. e as bênçãos de Deus sobre todo seu Governo (...) tudo isso nos encantou, e nos deu a dimensão do espírito altamente democrático do grande Presidente que está dirigindo os destinos da nossa querida Pátria”.

A morte violenta do Rev. Daily, em 1971, em um acidente automobilístico, encontrou no vice-presidente, Rev. Rubens Cintra Damiano, um excelente condutor provisório até que o Supremo Concílio se reunisse em Brasília, alguns meses depois e escolhesse o novo presidente, o pastor da IPI de Campinas, Rev. José Coelho Ferraz, que era um homem amante de sua igreja, mas profundamente conservador no que se refere a política.

Antes dessa eleição, no final do ano de 1971, o Rev. Seth Ferraz, na primeira página do jornal, escreveu uma “mensagem ao Supremo Concílio” na qual começa lamentando a falta de firmeza das reuniões do Supremo Concílio na condenação ao ecumenismo e que este levava à subversão. Para comprovar essa afirmação repetiu uma história, também contada por um outro Ferraz, o seu sobrinho, José Coelho:

“Ministros nossos em reunião na Capital de um dos países sul-americanos, ouviram de representantes estrangeiros, reunidos em uma sala contígua, declaração estarrecedora de que, a melhor maneira de introduzir a subversão na América Latina, seria pela introdução da mesma nos seus seminários teológicos, devendo o movimento ser iniciado em São Domingos, e a seguir, Buenos Aires e São Paulo, onde movimento grevista de estudantes deveria eclodir em junho de 1968. O plano diabólico foi executado à risca, pois na data prevista entraram em greve os estudantes da Faculdade de Teologia da Igreja irmã e, logo a seguir, o mesmo aconteceu com os estudantes de nosso Seminário. Foram excluídos cerca de dez estudantes nossos que tiveram suas carreiras cortadas. Foi resolvido o problema? Infelizmente não, pois até hoje a Igreja

no Brasil continua a receber doutrinação perniciosa através das várias comissões do CMI (...) Não culpamos os nossos estudantes, mas a nós mesmos, autoridades eclesiásticas atuantes nos Conselhos, nos Presbiterios e Sínodos e Supremo Concílio (...) por não termos zelado como era do nosso dever, por aqueles que foram confiados aos nossos cuidados (...) O atual movimento pentecostal constitui séria ameaça à unidade de nossa denominação (...) São pentecostais? Organizem-se e nós os respeitaremos. Terminando, queremos deixar bem claro que, tanto liberais modernistas que pedem sabedoria e cultura, como os Pentecostais que pedem milagres, ambos são vítimas de grupos estrangeiros, agentes do ecumenismo marxista, que hipocritamente, anunciando o evangelho social, de paz e harmonia entre todos os homens [mas] a Igreja é de Cristo. Ele vencerá.”

No entanto, já desde há muito o Rev. Seth Ferraz insistia na ligação entre ecumenismo, modernismo teológico e subversão comunista. Em um artigo anterior de *O Estandarte* (31/7/1967), esse venerando ministro fez uma relação direta, de uma forma clara, a título de denúncia, de que havia influência espúria na IPI por parte do Conselho Mundial de Igreja. No Supremo Concílio, realizado algum tempo depois, elegeu-se presidente exatamente o seu sobrinho, o Rev. José Coelho Ferraz, que iniciou um processo de “expurgo” na IPI, colocando fora da IPI os pentecostais ou “avivados”, reiniciando também a repressão no Seminário, conhecida como a “crise do Seminário de São Paulo de 1972”.

Contudo, a eleição do Rev. Ferraz se deu dentro de um contexto em que se suspirava por um líder forte para colocar “ordem na casa”. Havia um anseio por disciplina e ordem, e os “avivados” eram considerados os responsáveis pela “desordem interna”. Naquele mesmo ano, em 1972, os “renovados” ou “avivados” abandonaram a IPI, completando o ciclo de uma série de conflitos. Em 1973, a pedido da Mesa Administrativa, o Rev. Azor, que teve um importante papel em Assis na manutenção daquela grande igreja no seio da IPI, escreveu para *O Estandarte* uma série de artigos sobre a crise do avivamento, enquanto o Rev. Ferraz propunha uma grande campanha de evangelização que pudesse reunificar a IPI.

No decorrer da administração do Rev. Ferraz, entretanto, houve duas crises no Seminário de São Paulo, em 1972 e 1978. No final de seu mandato, uma outra crise se desenhava no horizonte, decorrente de

uma carta aberta do Presbitério do Ipiranga, na qual se escreveu que: havia insuficiência de ensino, “falta de definição e firmeza”, ilustrando com frases do discurso do formando da turma de 1979, que teria se esquecido de Cristo e fugido da orientação doutrinária da igreja. O petardo maior foi reservado ao paraninfo da turma, o Rev. Antonio Gouvêa Mendonça, que pronunciou as seguintes palavras, que foram consideradas exageradas e perigosas pelos signatários do documento: *“Lutem para que as coisas mudem. Lutem pelo aperfeiçoamento do Seminário (...) pela sua abertura ecumênica, pelo rompimento do sistema (...) lutem contra o medo da teologia e do saber (...) contra o dogmatismo e o obscurantismo (...)”*

A sociedade brasileira, contudo, respirava os novos ares resultantes da política de distensão “lenta, segura e gradual”, proposta por Geisel. Como consequência desses novos tempos, em 1979, surgia a Lei da Anistia, foi restaurado o pluripartidarismo, retirada a censura dos meios de comunicação de massa e revogado a AI-5.

4. A IPI do Brasil nos anos Figueiredo (1980 a 1985)

O período administrativo em que o Rev. Ferraz esteve à frente da IPI foi de tentativa de manutenção de uma ordem abalada, em 1972, com o surgimento da Igreja Presbiteriana Independente Renovada, mas de um esforço conservador para reequilibrar a IPI. Isso, porém, foi feito à custa de uma centralização administrativa de inspiração autoritária. Contudo, no final da década havia muito descontentamento, especialmente em relação à questão do Seminário, à falta de uma política de expansão missionária da igreja, à situação do jornal oficial, que estava fechado para debates, à fraca atuação diaconal da IPI, assim como a inexistência de um projeto de educação cristã.

O fechamento do jornal oficial a debate de questões que implicassem em qualquer mudança político-administrativa (para não dizer teológica), gerava a necessidade de se publicar fora do âmbito da Igreja notícias que questionavam o modelo administrativo e teológico do grupo que estava na sua direção. Por exemplo, o Rev. Roberto Vicente Cruz Themudo Lessa publicava no jornal *Folha da Tarde* artigos sobre a falta de liberdade no meio presbiteriano brasileiro, na coluna “O som do Evangelho”, republicada por mais de uma centena de jornais no interior do

País.

A saída dessa situação foi a organização, por parte de um grupo de pastores e presbíteros, de uma ação coordenada para mudar a direção da igreja. Um grupo de estudos, formado por voluntários, se encarregou em vários encontros de pensar e propor estratégias para a igreja nos anos 80 e 90. Num dos últimos desses encontros, em Londrina, o Grupo Voluntário de Estudos (GVE) houve a apresentação de temas divulgados como “Documentos de Londrina”. Na apresentação do volume de estudos, a coordenação escreveu:

“Como o nosso nome de batismo traduz muito bem, constituímo-nos numa espécie de grupo de trabalho voluntário com o objetivo principal de estudar, analisar e refletir sobre os problemas atuais do mundo e da Igreja da perspectiva da fé cristã. E, mais especificamente, levantar a pertinência para a vida da IPI do Brasil (...) se a partir daqui conseguirmos pelo menos começar a criar uma nova consciência de ministério e missão dentro de nossa Igreja, nos daremos por satisfeitos (...).”

O primeiro documento, constante de um volume publicado em off-set, se intitulava “o decálogo da integração” e nele podemos ler:

“O Grupo Voluntário de reflexão e estudos, reunido em Londrina, tendo feito um demorado retrospecto dos idos anos de vitória de nossa amada IPI do Brasil (...) pode observar que as mesmas com o conseqüente progresso de Igreja Nacional se deveu à grande unidade existente na Igreja de então (...) Dessa forma reconhece que a falta de continuidade nos trabalhos iniciados pelos grandes homens (...) se deu exatamente pela falta de objetivo e de unidade inexistente (...) falta verdadeiro e profundo conhecimento da história da IPI, o que tem provocado desamor e desinteresse (...) há falta de amadurecimento e há intolerância em relação à pluralidade de idéias (...) falta orientação teológica (...) se tem perdido a visão do todo no trato dos interesses administrativos da Igreja, resultando daí a dicotomia e tricotomia igrejas do norte, sul e centro, (...) faltando interligação entre os concílios (...) que se descentralize a obra de educação teológica da Igreja (...) que se ative um programa de educação cristã (...) transformar o órgão oficial num meio de comunicação rápido e que atenda aos interesses da denominação (...).”

Os demais textos faziam referência à questão da unidade da igreja, às relações entre o mundo contemporâneo e a missão, ao papel da edu-

cação cristã na igreja e do ministério docente. A coordenação geral do grupo, que atingiu quase 50 pastores e presbíteros, esteve a cargo dos Revs. Doracy Natalino de Souza, Ezequias Alves Evangelista, Leonildo Silveira Campos, Leontino Farias dos Santos, Waldomiro Pires de Oliveira e do então presbítero José Aríston da Silva.

A ação do Grupo Voluntário resultou na eleição para presidente do Supremo Concílio, em 28/2/81, do pastor da 1ª IPI de São Paulo, Rev. Abival Pires da Silveira, e de uma chapa comprometida com os projetos discutidos pelo Grupo. Os anos posteriores do mandato do Rev. Abival foram de uma sensível modificação na fisionomia da IPI, surgindo daí alguns projetos como o de educação cristã, com as revistas de escola dominical, e a descentralização da educação teológica, com a organização dos seminários de Londrina e Fortaleza.

O Projeto de Educação Cristã, com a nossa participação, planejou e publicou, em 1982, primeiro a revista de estudos para adultos e adolescentes, *Semente e Colméia*. No quadrimestre seguinte surgiram as revistas para crianças *Sementinha, Peixinho e Peixinho Jr.* e para jovens, *O Luzeiro*. No final daquele mandato, essas revistas atingiram uma tiragem superior aos 50 mil exemplares.

Com a abertura do *O Estandarte* para discussões resultou numa enorme quantidade de artigos sobre a ordenação de mulheres ao presbiterato e pastorado. No campo da música proliferavam esforços para dar um novo cântico, que fosse mais brasileiro. Em 31/7/81 *O Estandarte* registrava notícias sobre o CAFÉ, um festival que gerou um dinâmico grupo musical, ao qual esteve ligado o Rev. Waldomiro Pires de Oliveira. Na 1ª IPI de São Paulo, tomava corpo o *Projeto Canteiro*, que visava oferecer a IPI um hinário próprio, no final de um projeto que deveria se completar no ano 2003.

O ano de 1982 foi um momento de muitos encontros. Os missionários realizaram o seu primeiro encontro nacional. O encontro nacional de pastores daquele ano foi um sucesso. A IPI participou da fundação do Conselho Latino Americano de Igrejas. Internamente realizou-se a campanha nacional de evangelização “Cristo é Vida”; estabeleceram-se os termos da cooperação entre a IPI e a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, superando-se o distanciamento que vinha desde 1903. A IPI voltou a participar ativamente da Aliança de Igrejas Reformadas da América Latina (AIPRAL) e da Aliança Mundial de Igrejas Presbiterianas

e Reformadas (AMIR), da qual o Rev. Abival se tornou membro do comitê e, depois, vice-presidente.

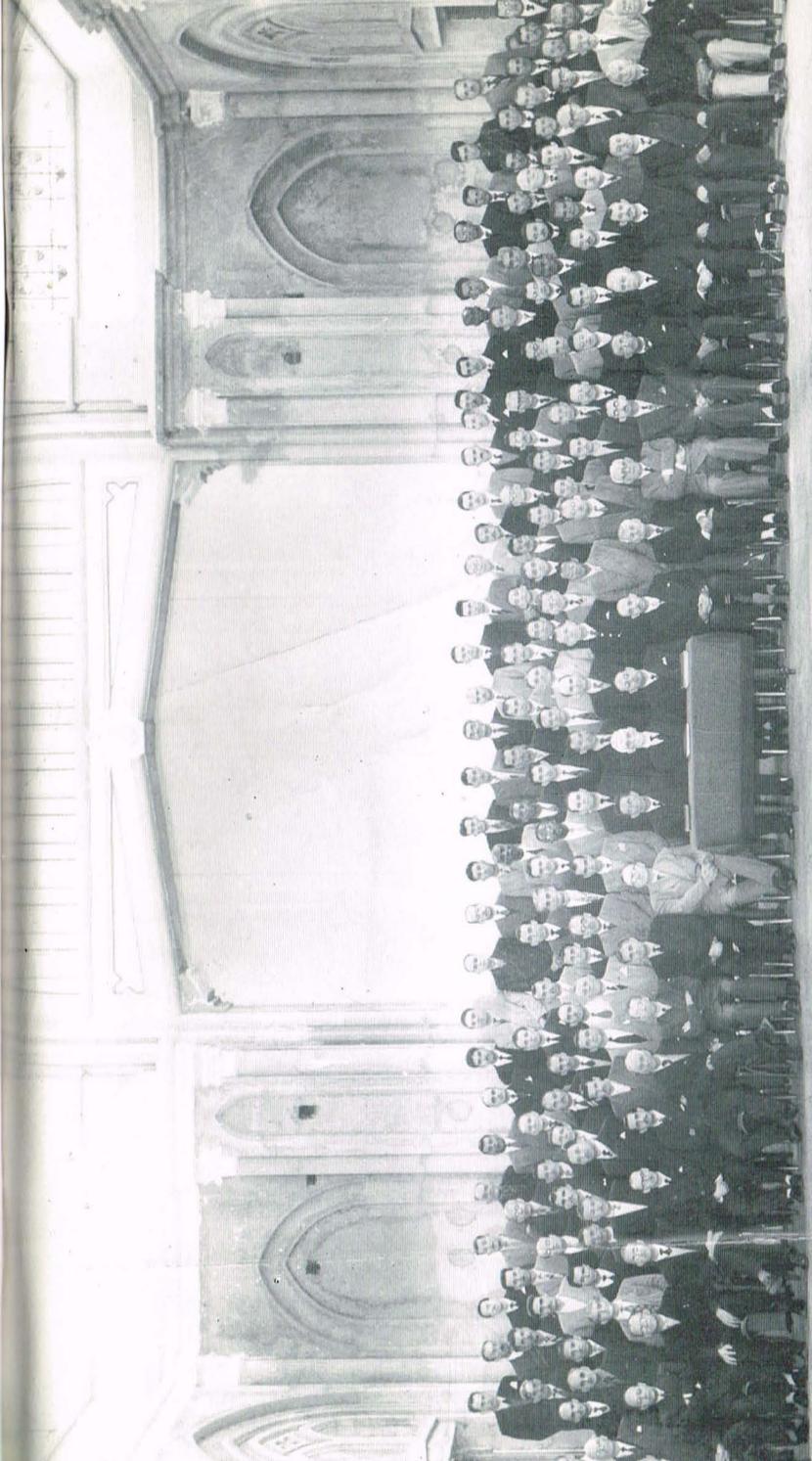
Porém, nem tudo foi unanimidade naquele período. Houve contestação das diretrizes por parte de pastores e presbíteros adeptos da administração anterior. Uma manifestação de descontentamentos se deu em uma reunião no Acampamento de Roseira, que chegou a editar o seu manifesto e distribuí-lo em todo o arraial presbiteriano independente. Em uma linguagem bastante dura e até desrespeitosa em relação àquela administração, às revistas de escola dominical e à educação teológica, aqueles membros da IPI puderam tranqüilamente, sem ameaças quaisquer, como acontecia no período anterior, demonstrar o seu amor e entusiasmo por uma igreja, que não é somente de alguns, mas de todos os que a integram e lutam pelo seu crescimento.

Politicamente um destaque tem que ser dado à declaração encaminhada pela assembléia geral da IPI (Londrina, 1984), ao Presidente da República, pedindo “eleições diretas já” para a presidente. Com isso, a IPI voltava a se despertar para uma participação política, mais crítica em relação aos donos do poder. Como resultado dessa postura, depois desse período, alguns pastores e presbíteros iriam se candidatar a cargos eletivos. Assim foi eleito o Rev. José Carlos Vaz de Lima, deputado estadual em São Paulo por várias legislaturas e, sem sucesso disputaram: Roberto Lessa (vereador em São Paulo), Assir Pereira (deputado federal e vereador em São Paulo), Valdomiro Pires de Oliveira (deputado estadual) e Abival Pires da Silveira. Essa etapa, porém, poderia ser objeto de um outro artigo, pois este se encerra em 1985, quando os civis assumem o poder, no lugar dos militares, e o Brasil entrava em uma nova fase política. Outro seria também o papel da IPI nesse contexto.



O Rev. Leonildo é professor do Seminário Teológico de São Paulo da IPI do Brasil e da Universidade Metodista de São Paulo.

Observação: Um texto acadêmico, de autoria do Rev. Leonildo, com maiores detalhes sobre o comportamento da IPI nesse período foi publicado na revista Estudos de Religião, ano XVI, n. 23, do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Metodista de São Paulo, 2º Semestre de 2002.



Sínodo do Cinquentenário



*"filhos
não amamos
de palavra,
nem de boca,
mas de fato
e de verdade"
(1 João 3:18)*



1903



2003